



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DÉRECK KÁSSIO FERREIRA PEREIRA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE UNIVERSITÁRIOS RECIFENSES ACERCA
DA REALIZAÇÃO DE ARTIGO DEFINIDO FEMININO DIANTE
DE ANTROPÔNIMO MASCULINO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Recife

2021

DÉRECK KÁSSIO FERREIRA PEREIRA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE UNIVERSITÁRIOS RECIFENSES ACERCA
DA REALIZAÇÃO DE ARTIGO DEFINIDO FEMININO DIANTE
DE ANTROPÔNIMO MASCULINO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Roberta Tavares Silva

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

- P436a Pereira, Déreck Kássio Ferreira
 Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimo masculino no português brasileiro / Déreck Kássio Ferreira Pereira. – Recife, 2021.
 170f.: il., tab.
- Sob orientação de Cláudia Roberta Tavares Silva.
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.
- Inclui referências e apêndices.
1. Avaliação subjetiva. 2. Artigo feminino. 3. Antropônimo masculino. 4. Comunidade de prática LGBTQ+. I. Silva, Cláudia Roberta Tavares (Orientação). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-248)

DÉRECK KÁSSIO FERREIRA PEREIRA

**AVALIAÇÕES SUBJETIVAS DE UNIVERSITÁRIOS RECIFENSES ACERCA
DA REALIZAÇÃO DE ARTIGO DEFINIDO FEMININO DIANTE
DE ANTROPÔNIMO MASCULINO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Doutor em Letras.

Aprovada em: 30/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Raquel Meister Ko Freitag (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins (Examinador Externo)
Universidade Federal do Agreste Pernambucano

Prof^a. Dr^a. Denise Porto Cardoso (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambucano

Prof^a. Dr^a. Marcos Emanuel Pereira (Membro Titular)
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Durante a longa caminhada que antecedeu este trabalho, muitas pessoas queridas fizeram, verdadeiramente, parte da minha história e deixaram marcas que serão levadas por toda minha vida. Foram momentos de alegrias, de angústias, momentos que contribuíram para minha formação enquanto profissional das letras e cidadão. Por isso e por tantas outras coisas, agradeço a Deus por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo dessa jornada: “deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para você em Cristo Jesus” (1 Tessalonicenses 5:18). Agradeço também:

À minha família, pelo apoio, estímulo e, principalmente, paciência concedida em todos os momentos. Não foi fácil, mas aqui estou eu!

À minha excelentíssima professora e orientadora, Claudia Roberta Tavares Silva, um exemplo de pessoa e profissional, que, com muita atenção, paciência e responsabilidade, orientou-me durante a realização das árduas etapas deste trabalho. Certamente, estas palavras são poucas para representar o meu agradecimento pelo constante incentivo, por todo o respeito e pela confiança depositada em mim ao longo dessa longa caminhada na pós-graduação.

Ao meu professor e orientador de graduação, Adeilson Pinheiro Sedrins, a quem também tenho como exemplo de um excelente profissional. Serei eternamente grato por todos os ensinamentos, pela confiança e pelo incentivo dado a mim durante a graduação, sem o qual este trabalho jamais teria sido possível. Obrigado também por compor a banca examinadora desta pesquisa.

À professora Raquel Freitag, por aceitar o desafio de auxiliar na orientação desta tese. Obrigado pelas ricas considerações acerca desta pesquisa, pela disponibilidade, pelo compartilhamento de seus conhecimentos durante orientação e cursos de extensão oferecidos. Sua contribuição foi de grande importância.

Ao professor Marcos Emanuel Pereira (UFBA), por compor a banca deste trabalho e por, gentilmente, oferecer-se para me ajudar com o uso do pacote estatístico do JASP. Foram interações valiosas.

À professora Denise Porto Cardoso (UFS), por sua contribuição para a linguística desenvolvida no país e por participar da banca examinadora.

Ao professor Iran Ferreira de Melo (PPGL/UFPE), por compor a banca examinadora deste trabalho.

Aos professores Marcelo Amorim Sibaldo e Dorothy Bezerra Silva de Brito, por todo o

auxílio e conhecimento compartilhado durante o período de graduação e pós-graduação. Obrigado também por aceitarem participar da suplência da banca examinadora.

À Alane Luma Santana Siqueira, por ter sido uma verdadeira amiga desde a época de PIBIC, quando vivíamos como cão e gato, mas sempre juntos. Obrigado também pela ajuda com a elaboração do *abstract* deste trabalho e por estar sempre disposta a ajudar da melhor forma possível.

Aos meus amigos de pós-graduação, por compartilharem momentos ímpares durante essa trajetória e por, de uma forma ou de outra, ajudarem-me a desenvolver não só este trabalho, mas outros relacionados às disciplinas da pós, dentre os quais destaco: Gabryella Fraga, Elizabeth Costa, Flávia Ramos, Thaise Paraíso, Edite Consuêlo, Cícero Kleandro, Thiago França, Iane Siqueira, Jamillys Nogueira, Juliana Santos, Gésica Souza, Meiriany Alcântara. Vocês foram incríveis, obrigado!

À Universidade Federal de Pernambuco, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por favorecer o desenvolvimento de meus conhecimentos.

Aos demais professores e funcionários da UFPE que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a minha formação acadêmica.

À CAPES, por ter financiado o desenvolvimento desta pesquisa e por resistir às pressões contrárias ao desenvolvimento da ciência brasileira.

RESUMO

O Português Brasileiro apresenta particularidades que o diferencia de outras línguas, como a possibilidade de um antropônimo vir ou não acompanhado por artigo definido: “o João” e “João”. No entanto, podemos encontrar uma terceira variante desse fenômeno: uma forma em que o artigo não apresenta o mesmo gênero gramatical do antropônimo a que se une, como “a João”. Essa variante possui um caráter emergente e tem sido encontrada na fala LGBTQ+, sendo explicada como marca do falante para expor tanto seu sentimento de pertencimento à comunidade quanto às suas causas (PEREIRA, 2020). Diante disso, desenvolvemos um estudo empírico para verificar as avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca dessa última variante, tomando por base estudos sociolinguísticos que controlaram a avaliação subjetiva de seus informantes (LABOV, 2008 [1972]; CARDOSO, 2015 [1989]). Para tanto, elaboramos dois instrumentos de coleta de dados: um questionário de perguntas objetivas – para a obtenção dos dados de crença – e outro contendo teste de julgamento com escala, mais especificamente a escala Likert – para a obtenção dos dados de atitudes –, que foram julgados por 60 informantes, estratificados de acordo com duas variáveis de controle: a autoidentificação de gênero e a comunidade. Os resultados alcançados nesta pesquisa apontam para o fato de estarmos diante de um fenômeno que sofre interferência significativa de uma das duas variáveis, a saber: a comunidade – indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQ+ possuem crenças e atitudes linguísticas altamente favoráveis à variante controlada, enquanto aqueles que não pertencem à comunidade tendem a seguir por um caminho contrário. Esse resultado, então, comprova a nossa hipótese de que o favorecimento dessa variante está relacionado com o senso de pertencimento do indivíduo.

Palavras-chaves: Avaliação subjetiva; Artigo feminino; Antropônimo masculino; Comunidade de prática LGBTQ+.

ABSTRACT

Brazilian Portuguese has characteristics that differentiate it from other languages, such as the possibility of an anthroponym being accompanied or not by a definite article: “o João” and “João.” However, a third variant of this phenomenon is also seen: a form in which the article does not have the same grammatical gender as the anthroponym, as “a João.” This variant has an emergent character and has been found in LGBT+ speech, a mark used in the speaker’s speech that exposes both their feeling of belonging to the community and its causes (PEREIRA, 2020). Therefore, an empirical study to verify the subjective assessment of university students from Recife (PE, Brazil) of this last variant was carried out based on sociolinguistic studies that controlled the subjective evaluation of their participants (LABOV, 2008 [1972]; CARDOSO, 2015 [1989]). For this purpose, two data collection instruments were developed: a multiple-choice questionnaire – to obtain belief data – and another containing a judgment test using the Likert scale – to collect attitude data. These were applied to 60 students who were divided into two groups as control variables: gender self-identification and community. The results found in this research point to the fact that this is a phenomenon significantly affected by one of the two variables, namely community. Individuals belonging to the LGBT+ community have linguistic beliefs and attitudes highly favorable to the controlled variant, while those who are not part of this community tend to go the opposite way. These findings, thus, support the hypothesis that favoring this variant is related to the individual's sense of belonging.

Keywords: Subjective assessment; Feminine article; Masculine anthroponym; LGBT+ community of practice.

RESUMEN

El portugués brasileño tiene particularidades que lo diferencian de otros idiomas, como la posibilidad de que un antropónimo vaya acompañado o no de un artículo definido: “o João” y “João”. Sin embargo, podemos encontrar una tercera variante de este fenómeno: una forma en que el artículo no tiene el mismo género gramatical que el antropónimo a que une, como “a João”. Esta variante tiene un carácter emergente y está presente en el discurso LGBT +, como una marca del hablante para exponer gran parte de su sentimiento de pertenencia a la comunidad y a sus causas (PEREIRA, 2020). Por lo tanto, desarrollamos un estudio empírico para verificar las evaluaciones subjetivas de los universitarios de Recife sobre esta última variante, según estudios sociolingüistas que controlaban la evaluación subjetiva de sus informantes (LABOV, 2008 [1972]; CARDOSO, 2015 [1989]). Con este fin, creamos dos instrumentos para obtener datos: un cuestionario con preguntas objetivas - para obtener datos de creencia - y otro que contiene una prueba de juicio con una escala, más específicamente la escala Likert - para obtener datos de actitud -, que fueron juzgados por 60 informantes, estratificado según dos variables de control: autoidentificación de género y la comunidad, entendida como un orientación afectivo-sexual. Los resultados obtenidos en esta investigación apuntan al hecho que nos enfrentamos a un fenómeno que se ve significativamente interferido por uno de los dos variables, a saber: comunidad: los individuos pertenecientes a la comunidad LGBT + han creencias y actitudes lingüísticas muy favorables a la variante controlada, mientras que los que no pertenecen a la comunidad tienden a ir al otro lado. Este resultado, entonces, prueba nuestra hipótesis de que favorecer esta variante está relacionado con el sentido de pertenencia del individuo.

Palabras-claves: Evaluación subjetiva; Artículo femenino; Antropónimo masculino; Comunidad de práctica LGBT +.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais.....	28
Figura 2 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais.....	29
Figura 3 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais.....	30
Figura 4 - Presença da variante no gênero notícia.....	31
Figura 5 - Reações contrárias ao uso da variante com inversão da regra de concordância nominal de gênero fora do meio LGBTQ+.....	32
Figura 6 - Representação da Geometria de Traços.....	38
Figura 7 - Movimento paraibano para celebrar a concessão do direito ao povo LGBTQ+ de doar sangue.....	43
Figura 8 - Cartaz de divulgação de debate sobre relações de trabalho das pessoas LGBTQ+	45
Figura 9 - Defesa do emprego da variante emergente.....	46
Figura 10 - A exposição do significado social da variante emergente para o indivíduo LGBTQ+.....	47
Figura 11 - Casos noticiados por delegacias (2006 – 2009).....	51
Figura 12 - Atuação do SJC nos casos pesquisados por Lemos (2017).....	52
Figura 13 - A noite LGBTQ+ na Av. Manoel Borba, Boa Vista, Recife – PE.....	56
Figura 14 - Manifestação no Recife Antigo para celebrar o dia internacional do orgulho LGBTQ+.....	56
Figura 15 - A interferência da variável sexo em Cardoso (2015 [1989]).....	71
Figura 16 - Julgamento estético da variante predominante nas cidades de Recife e Serra Talhada.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Realização do artigo definido diante de antropônimo apresentada no trabalho de Callou e Silva (1997).....	24
Tabela 2 - Frequência de artigo definido diante de antropônimos nos conjuntos de cidades analisadas.....	25
Tabela 3 - Exposição dos resultados da frequência de realização de artigo diante de antropônimos na fala universitária de Recife, apresentados em Callou e Silva (1997) e Veríssimo (2021).....	26
Tabela 4 - Centralização e atitudes com relação a ilha de Martha's Vineyard.....	67
Tabela 5 - Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	105
Tabela 6 - Crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	106
Tabela 7 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos é algo exclusivamente da população LGBT+”.....	107
Tabela 8 - Tabela de contingência sobre a crença “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos é algo exclusivamente da população LGBT+”.....	107
Tabela 9 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “quando não LGBT+ utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles têm intenções irônicas”.....	108
Tabela 10 - Tabela de contingência sobre a crença “quando não LGBT+ utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles têm intenções irônicas”.....	109
Tabela 11 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que sua comunidade seja questionada”.....	110
Tabela 12 - Tabela de contingência sobre a crença “não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que sua comunidade seja questionada”.....	110
Tabela 13 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado”...111	111

Tabela 14 - Tabela de contingência sobre a crença “LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado”	112
Tabela 15 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe alta.”	113
Tabela 16 - Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe alta.”	113
Tabela 17 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de média”	114
Tabela 18 - Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe média.”	115
Tabela 19 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de média-baixa”	116
Tabela 20 - Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe média-baixa”	116
Tabela 21 - Teste de qui-quadrado da crença linguística “quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal”	118
Tabela 22 - Tabela de contingência sobre a crença “quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal”	118
Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma sem artigo	120
Tabela 24 - Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma com artigo	122
Tabela 25 - Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical	124
Tabela 26 - Resultado da Análise de Variância para a estética da forma sem artigo	127
Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a estética da forma com artigo	128
Tabela 28 - Resultado da Análise de Variância para a estética da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical	130
Tabela 29 - Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma sem artigo	132
Tabela 30 - Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma com artigo	133

Tabela 31 - Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	135
Tabela 32 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente formal.....	137
Tabela 33 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente formal.....	139
Tabela 34 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente formal.....	140
Tabela 35 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente informal.....	142
Tabela 36 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente informal.....	144
Tabela 37 - Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente informal.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a forma sem artigo.....	121
Gráfico 2 - Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a forma com artigo.....	123
Gráfico 3 - Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a formas em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	125
Gráfico 4 - Médias do julgamento da estética da forma sem artigo por parte dos informantes.....	127
Gráfico 5 - Médias do julgamento da estética da forma com artigo por parte dos informantes.....	129
Gráfico 6 - Médias do julgamento da estética da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	130
Gráfico 7 - Médias do julgamento da sonoridade da forma sem artigo por parte dos informantes.....	132
Gráfico 8 - Médias do julgamento da sonoridade da forma com artigo por parte dos informantes.....	134
Gráfico 9 - Médias do julgamento da sonoridade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical.....	135
Gráfico 10 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente formal.....	138
Gráfico 11 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente formal.....	139
Gráfico 12 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente formal.....	141
Gráfico 13 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente informal.....	143
Gráfico 14 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente informal.....	145

Gráfico 15 - Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário
da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo
gênero gramatical em ambiente informal.....146

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	APRESENTAÇÃO DO FENÔMENO.....	22
2.1	A EMERGÊNCIA DO FENÔMENO.....	22
2.2	O ENCAIXAMENTO SOCIAL DA VARIANTE.....	33
2.3	O ENCAIXAMENTO LINGÜÍSTICO DA VARIANTE.....	37
3	A COMUNIDADE ANALISADA.....	41
3.1	A COMUNIDADE DE PRÁTICA LGBTQ+.....	41
3.2	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE LGBTQ+ DO RECIFE.....	49
3.2.1	Índice de violência contra a pessoa LGBTQ+ na capital pernambucana.....	49
3.2.2	Contexto sócio-cultural da comunidade.....	54
3.3	O GRUPO LGBTQ+ ELEITO PARA ESTE TRABALHO.....	57
4	A PROPOSTA DE ESTUDO.....	60
4.1	LABOV (2008 [1972]).....	61
4.2	CARDOSO (2015 [1989]).....	68
4.3	O QUE É CONSIDERADO NESTE TRABALHO.....	77
5	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	79
5.1	INICIANDO A DISCUSSÃO.....	79
5.2	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	80
5.2.1	Da validação da pesquisa.....	80
5.2.2	Critério de inclusão e exclusão do participante da amostra.....	81
5.2.3	Variáveis dependentes controladas.....	84
5.2.4	Tamanho da amostra.....	84
5.3	MÉTODOS UTILIZADOS.....	86
5.3.1	Método não-cronométrico (<i>off-line</i>) de análise.....	87
5.3.1.1	Descrição do instrumento de coleta de atitudes: escala Likert.....	88
5.3.1.1.1	Descrição dos itens de testagem.....	92
5.3.1.2	Descrição do instrumento de coleta de crença: questionário fechado.....	96
5.3.2	O tratamento estatístico dos dados.....	98
5.3.3	Recrutamento dos participantes e ordem de apresentação dos testes.....	101
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	104

6.1	APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO.....	104
6.2	OBSERVANDO AS CRENÇAS LINGUÍSTICAS DOS INFORMANTES....	104
6.3	OBSERVANDO AS ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS PARTICIPANTES..	119
6.3.1	Sentimento de inclusão.....	120
6.3.2	Estética da forma.....	126
6.3.3	Sonoridade da forma.....	131
6.3.4	Nível de profissionalismo do usuário em ambiente formal.....	136
6.3.5	Nível de profissionalismo do usuário em ambiente informal.....	142
6.4	O QUE SUGEREM OS RESULTADOS?.....	148
7	CONCLUSÃO.....	152
	REFERÊNCIAS.....	156
	APÊNDICE A – FICHA SOCIAL	162
	APÊNDICE B – TESTE DE CRENÇA.....	163
	APÊNDICE C – TESTE DE ATITUDE.....	165

1 INTRODUÇÃO

O português brasileiro apresenta particularidades que o diferencia de outras línguas românicas, incluindo suas variedades, a exemplo da europeia e da africana. Uma dessas particularidades diz respeito ao fenômeno da realização de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, os antropônimos. Enquanto que em Portugal o antropônimo aparece, obrigatoriamente, acompanhado por artigo definido (CASTRO, 2006), as gramáticas tradicionais do português brasileiro reconhecem duas variantes desse fenômeno, a saber: uma em que o antropônimo não vem acompanhado de artigo definido, como em (1), e outra em que o antropônimo vem acompanhado por um artigo definido, como em (2).

(1) [João] perdeu as chaves

(2) [O João] perdeu as chaves

Os compêndios gramaticais prescrevem, em suas seções sobre a sintaxe da concordância nominal, regras em que os artigos devem concordar em número e gênero com o nome a que se unem, cumprindo assim o acordo estabelecido entre o núcleo nominal e seus elementos satélites. Logo, no que diz respeito ao uso de artigo definido diante de antropônimos, se o nome for masculino, o artigo também deve ser.

No entanto, uma nova variante vem emergindo na língua portuguesa falada no Brasil, a saber: uma em que um artigo definido antecede um antropônimo, mas não há correspondência de traço de gênero entre os dois elementos, como em (3).

(3) [A João] perdeu as chaves

O indivíduo que toma como base a prescrição gramatical diria que a variante em (3) possui um “erro” quanto ao emprego do artigo “a” diante do nome próprio “João”, pois este é masculino e aquele, feminino, colocando em dúvida a sua existência na língua. No entanto, como bem indica Pedreira (2017), os compêndios gramaticais ainda hoje tomam por base a língua utilizada, com finalidades estéticas, por um grupo restrito de poetas do passado, mais especificamente aqueles de educação portuguesa.

Essa realidade, por seu turno, faz com que nem sempre encontremos em nosso cotidiano a língua portuguesa que estudamos nas aulas de gramática. Antunes (2007) afirma que o que encontramos nas gramáticas tradicionais é uma idealização do português relacionada a como deveríamos utilizar a língua. Fora dessa idealização gramatical, porém, encontramos aquilo que é, de fato, produzido pelos falantes em diferentes contextos sociocomunicativos.

Pesquisas, como as realizadas por Lau (2015) e Carvalho (2020), mostram que essa forma de se referir ao outro existe na língua portuguesa falada no Brasil e está presente na realidade linguística de uma comunidade formada por cerca de 20 milhões de brasileiros: a comunidade LGBTQ+. Este grupo “faz uso dessa inversão de concordância nominal de gênero, utilizando determinantes marcados no feminino pareado com nomes masculinos ou estabelece concordância no feminino na sentença com um referente masculino” (CARVALHO, 2020, p. 25). Para Pereira (2020), o uso dessa variante é explicado como sendo uma forma de o usuário expor seu senso de pertencimento ao grupo social na qual ela emergiu e de engajar-se nas suas causas sociais dessa comunidade, como veremos neste trabalho.

Construção em que um artigo definido antecede um antropônimo masculino de gênero gramatical oposto ao seu é possível na língua, apesar de as gramáticas tradicionais não a reconhecerem. É preciso entender, como aduz Monteiro Lobato (2008, p. 90), que “[...] uma língua não pára nunca. Evolui sempre, isto é, muda sempre. Há certos gramáticos que querem fazer a língua parar num certo ponto, e acham que é erro dizermos de modo diferente do que dizem os clássicos.”.

O fenômeno variável da realização de artigo definido diante de antropônimos vem sendo amplamente estudado no Brasil por uma série de autores no plano sintático (CALLOU; SILVA, 1997; VERÍSSIMO, 2021). Porém, a observação desse fenômeno à luz da abordagem prevista na gênese da Sociolinguística (LABOV [1972] 2008) voltada às avaliações linguísticas dos falantes não só quanto ao reconhecimento e à avaliação do uso das formas, mas também como aos efeitos desse uso em seu comportamento linguístico, ainda é pouco frequente. Diante disso, pretendemos com este trabalho verificar as avaliações subjetivas de informantes acerca de construção linguística, como (3), e de seus usuários. Para tanto, os indivíduos juízes deste trabalho serão universitários domiciliados na cidade de Recife – PE, estratificados de acordo com a sua autoidentificação de gênero e de comunidade. A nossa base teórica-metodológica é a do campo sociolinguístico das crenças e atitudes linguísticas (LABOV, 2008 [1972]; CARDOSO, 2015 [1989]). Estudos de percepção linguística fazem-se necessários para uma compreensão mais aprofundada da dimensão social dos fenômenos variáveis, uma vez que abordam nuances mais sutis da avaliação, conforme Mendonça e Freitag (2018). Labov (1972)

afirma que a avaliação da língua é determinante para a constituição da identidade linguística dos falantes.

Nosso objetivo principal, então, é: verificar as crenças e as atitudes linguísticas de universitários recifenses acerca da produção de sintagmas nominais compostos por artigo definido e antropônimo de gêneros gramaticais distintos, como a variante em (3), visando observar tais julgamentos dentro e fora da comunidade LGBTQ+. Já, os objetivos específicos, são os elencados a seguir:

- Verificar as crenças linguísticas dos informantes LGBTQ+ e não LGBTQ+ acerca da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical;
- Observar as atitudes linguísticas de universitários recifenses sobre a variante emergente na língua portuguesa;
- Verificar a interferência da variável gênero social nos julgamentos dos informantes;
- Observar a interferência da variável comunidade nas avaliações dos participantes;

Com este trabalho pretendemos responder às seguintes questões e comprovar as seguintes hipóteses:

Quadro 1 - Perguntas e hipóteses da pesquisa

Pergunta principal: ● Quais as reações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimos masculinos? Hipótese principal: ● Os informantes apresentarão reações distintas a partir de seus perfis sociais (gênero e/ou comunidade).
Perguntas e hipóteses secundárias:
● Pergunta 1: Existe associação entre as crenças dos informantes acerca de variantes como “A João” e a comunidade da qual pertence? ● Hipótese 1: Sim, sendo esta forma tomada como variante típica da fala LGBTQ+ (LAU, 2015; PEREIRA, 2020), os informantes deste grupo terão crenças mais favoráveis à variante; enquanto que informantes não LGBTQ+ tenderão a apresentar crenças mais desfavoráveis a forma em questão. ● Modelo 1: Tabela de contingência

- Pergunta 2: Existe associação entre as crenças dos informantes acerca de formas como “A João” e seus respectivos gêneros?
 - Hipótese 2: Não, tal como observado em estudo prévio (PEREIRA, 2020b), o favorecimento ou desfavorecimento de uma crença acerca da variante investigada não está associado ao gênero do informante.
 - Modelo 2: Tabela de contingência
-
- Pergunta 3: Acerca de variantes como “A João”, existem divergências entre as médias de avaliação dos informantes a depender da comunidade da qual pertence?
 - Hipótese 3: Sim, informantes do grupo LGBTQ+ terão médias estatisticamente mais significativas que informantes não LGBTQ+, uma vez que esta variante é produzida com maior frequência por integrantes daquele grupo social.
 - Modelo 3: ANOVA
-
- Pergunta 4: Acerca de variantes como “A João”, existem divergências entre as médias de avaliação dos informantes a depender de sua autoidentificação de gênero social?
 - Hipótese 4: Não, as médias de avaliação dos dois grupos (feminino e masculino) não serão estatisticamente significativas, uma vez que o fenômeno parece agir mais como uma forma de separação grupal à luz da comunidade (PEREIRA, 2020b).
 - Modelo 4: ANOVA

Fonte: Autor desta pesquisa

Em linhas gerais, para o desenvolvimento da temática aqui proposta, estruturamos esta tese da seguinte forma: no segundo capítulo, traremos uma discussão de apresentação do fenômeno investigado. Para tanto, discorreremos, primeiramente, sobre o caráter variável desse fenômeno da presença do artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro, pontuando qual o padrão de uso na cidade de Recife/PE, local onde nossos informantes residem. Em seguida, traremos a emergência da variante controlada neste trabalho, mostrando contextos de interações em que ela foi utilizada por seus usuários, evidenciando que estamos diante de um fenômeno legítimo da língua portuguesa. Ainda no referido capítulo, realizaremos algumas reflexões acerca do que há por trás da utilização dessa variável por parte do seu usuário, tomando-a como sendo uma arma na luta por visibilidade do grupo no qual emergiu. E, por fim, mostraremos, com base em um arcabouço formalista, como esse fenômeno pode ser licenciado na língua portuguesa falada no Brasil.

Acreditando que essa variante é motivada pelo senso de pertencimento do seu usuário ao grupo na qual ela surgiu, no terceiro capítulo, apresentaremos a comunidade que fez emergir

tal variante. De início, discutiremos acerca dos fatores sociais que fazem com que o grupo social LGBT+ seja considerada uma comunidade de prática específica, tais como engajamentos e práticas. Tendo realizado tal discussão, partiremos para a amostragem do contexto sócio-histórico dessa comunidade em Recife, localidade escolhida para a coleta dos dados. Nesta discussão, apresentaremos a realidade da população LGBT+ recifense, expondo desde os índices de violência até os direitos alcançados e os espaços ocupados por esses indivíduos na capital pernambucana. Para concluir o capítulo, realizaremos uma discussão sobre o segmento da comunidade LGBT+ que participou desta pesquisa, a saber: aquela com nível superior de escolarização e com acesso às redes, trazendo justificativas para a sua escolha.

No quarto capítulo, traremos a nossa proposta de estudo, discutindo sobre o problema da avaliação. Para tanto, apresentaremos alguns trabalhos que se preocuparam com tal problema, a saber: Labov (2008 [1972]) e Cardoso (2015 [1989]), mostrando como os seus respectivos autores trataram da avaliação, ou seja, como elaboraram seus métodos de pesquisa, os instrumentos utilizados na apreensão das avaliações e seus resultados. Ainda no referido capítulo, discutiremos sobre o que foi considerado dos trabalhos mencionados na realização deste, mostrando em quais pontos este trabalho avança.

No quinto capítulo, apresentaremos o protocolo metodológico aplicado nesta pesquisa. Assim, faremos a exposição dos procedimentos utilizados para a realização deste trabalho. Na seção dos procedimentos, centraremos nossa atenção no que foi necessário para que a pesquisa acontecesse: validação da pesquisa junto ao Conselho de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Pernambuco (CEP-UFPE), os critérios que consideramos para a inclusão e exclusão dos participantes juízes desta tese, a descrição dos instrumentos utilizados, descrição dos itens de testagem, a exposição do tratamento estatístico utilizado e, por fim, como se deu o recrutamento dos participantes. No sexto capítulo, apresentaremos os resultados alcançados por meio da aplicação dos questionários contendo o teste de crença e o de atitudes linguísticas. Os primeiros resultados serão referentes à observação das crenças dos indivíduos acerca das variantes (“João”, “O João” e “A João”) e serão oferecidos pelo teste de Tabela de Contingência e Qui-quadrado. Os resultados da Análise de Variância (ANOVA) das atitudes linguísticas de nossos informantes serão expostos logo em seguida. Ainda no referido capítulo traremos reflexões sobre os resultados encontrados.

Por fim, traremos considerações finais acerca deste trabalho de doutoramento, as referências bibliográficas e apêndices.

2 APRESENTAÇÃO DO FENÔMENO

2.1 A EMERGÊNCIA DO FENÔMENO

No português brasileiro (PB), os antropônimos podem vir acompanhados ou não de artigo definido. Essa opcionalidade é prevista pelas gramáticas tradicionais dessa variedade do português. Segundo Bechara (2009), em *Moderna Gramática Portuguesa*, os nomes próprios de pessoas, no PB, podem vir ou não antecidos de artigo a depender do fato de os locutores quererem expressar uma afetividade com o indivíduo a quem se refere. Nas palavras do autor, “de largo uso do idioma, o artigo assume sentidos especialíssimos, graças aos contornos verbais e extraverbais: junto a nomes próprios denota nossa familiaridade (neste mesmo caso pode o artigo ser omitido)” (BECHARA, 2009, p. 154).

- (4) a. O Cleto talvez falte hoje
b. Cleto talvez falte hoje.

Ainda segundo a referida gramática, o uso mais frequente na linguagem culta, tendo em vista o valor individualizante carregado pelo artigo, dispensa o artigo junto a nomes próprios de pessoas, com exceção dos que se encontram no plural. É tradição, no entanto, a anteposição de artigo diante de apelidos.

Cunha e Cintra (2016), por seu turno, em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, afirmam que devido a esse caráter individualizante, o nome próprio deveria dispensar o artigo. No que diz respeito aos nomes próprios de pessoas, os autores afirmam que os antropônimos não levam artigo, principalmente quando se aplicam a personagens muito conhecidos, como, por exemplo, “Camões, Dante, Napoleão” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 236).

Todavia, a gramática elaborada pelos autores reconhece que existem exceções para a regra. Segundo o que Cunha e Cintra (2016, p. 238) colocam, emprega-se, porém, o artigo definido quando:

- O antropônimo vem precedido de qualificativo;
- Quando o nome de pessoa vem acompanhado de determinativos ou qualificativos denotadores de um aspecto, de uma época, de uma circunstância

de vida dos indivíduos;

- Quando se pretende atribuir ao nome próprio um sentido depreciativo
- Quando o nome de pessoa vem enunciado no plural – seja para indicar indivíduos com o mesmo nome, seja para indicar um coletivo familiar;
- Quando há intenção de cercar o nome de afetividade.

Cunha e Cintra (2016) ainda acrescentam, em sua gramática, no que diz respeito ao fenômeno aqui mencionado, a observação sobre a possibilidade de alternância no preenchimento da periferia esquerda do sintagma nominal por parte de um artigo definido. Segundo os autores:

Na linguagem popular e no trato familiar é muito frequente no Brasil e está praticamente generalizada na linguagem corrente de Portugal a anteposição de artigo definido diante de nomes de batismo de pessoas, o que lhe dá, como dissemos, um tom de afetividades ou de familiaridade (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 239).

É importante mencionarmos que em Portugal a realização de estruturas em que o nome próprio de pessoa não vem acompanhado de artigo (5a) só é possível, segundo os autores supracitados, na modalidade escrita da língua.

- (5) a. Geraldo saiu agora
b. O Geraldo saiu agora

Segundo o que afirma a gramática de Cunha e Cintra (2016), no primeiro caso – restrita à modalidade escrita da língua portuguesa falada em Portugal –, a pessoa mencionada vem envolvida de certa distinção, existe um sentimento de distância entre o referido e o falante. Na segunda, há a indicação de que a pessoa é próxima, conhecida daquele que fala. Essa variação, então, é uma das características que diferenciam o português brasileiro de outras línguas românicas como a sua variedade europeia.

Diante do exposto, percebemos que a gramática do português brasileiro acolhe tanto construções em que o antropônimo vem acompanhado por artigo definido (cf. 4a), quanto aquelas em que o antropônimo não é antecedido por artigo (cf. 4b), assumindo a existência de duas variantes na língua.

Essa opcionalidade vista no PB pode estar ligado a fatores geográficos, como evidenciam estudos realizados por todo o Brasil. Callou e Silva (1997) verificaram que a questão diatópica é uma variável importante para a realização ou não do artigo diante do contexto mencionado. Essa verificação é feita por intermédio da análise de um *corpus* proveniente do Projeto Norma Urbano Oral Culto (NURC), composto por dados de fala de indivíduos de nível universitário de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) na década de 70. Os resultados apresentados pelas autoras são os que seguem:

Tabela 1 - Realização do artigo definido diante de antropônimo apresentada no trabalho de Callou e Silva (1997)

Município	Frequência de realização
Recife	(12/71) 17%
Salvador	(10/24) 32%
Rio de Janeiro	(27/85) 43%
São Paulo	(20/23) 87%
Porto Alegre	(50/63) 79%

Fonte: Callou e Silva (1997, p. 21)

Como podemos observar, quanto mais ao norte do país, menos é a frequência de realização do artigo; já, quanto mais ao sul, maior a produção. Nos resultados trazidos pelas autoras, os informantes das capitais nordestinas, a saber: Recife e Salvador, foram os que apresentaram uma menor frequência de realização de artigo definido diante do contexto de antropônimos, com 17% e 32%, respectivamente. As capitais localizadas ao sudeste e sul do país, no entanto, apresentaram uma frequência mais expressiva de uso de artigo diante de antropônimos. As autoras afirmam, então, que “(...) a variação regional mostrou-se atuante, evidenciando haver um “sotaque sintático” (TARALLO *et ali*, 1982) característico dos dialetos.” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 21).

O que as autoras observam também, ao se depararem com os resultados expostos na tabela acima, é que a utilização do artigo diante do contexto mencionado parece estar ligada também ao período colonial da cidade. As cidades mais antigas, como Recife, tendem a não favorecer a realização desse determinante diante de antropônimos, seguindo em uma direção mais conservadora do português. Sobre esse fato, vale ressaltarmos que o latim clássico não apresentava a classe dos artigos.

Os dados apresentados pelas autoras, então, evidenciam o padrão de uso dos informantes daquela época para cada capital observada. O padrão encontrado pelas autoras é condicionado tanto por fatores internos, quanto por fatores externos à língua. No referido estudo, Callou e Silva (1997), embasadas no fato observado em estudos anteriores, a saber: a pausa e/ou curva entonacional possível ou obrigatória antes de possessivos indicar uma constante inibição de artigo em início de período, lançam a hipótese de essa distribuição regional de uso de artigo poder apoiar-se na diferença de ritmo entre a fala do norte/nordeste e sul/sudeste brasileiro, o que as levariam a uma conclusão de a ocorrência de artigo, nesse contexto específico, poder ter uma explicação que ultrapassa as barreiras da definitude. Assim, restaria, segundo as autoras, estabelecer se a diferença prosódica – ritmo, entonação – é um traço distintivo ou relevante. A frequência de uso de artigo diante desse contexto estaria relacionada ao ritmo mais lento ou mais rápido da variante. O ritmo “mais lento” da fala recifense, então, poderia estar inibindo o uso de artigo diante do contexto, segundo o que é hipotetizado pelas autoras.

Tendo como norte o trabalho mencionado nos parágrafos anteriores, Veríssimo (2021) buscou verificar a frequência de uso desse determinante diante de antropônimos em seis cidades brasileiras: Campinas/SP, Feira de Santana/BA, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP. Os resultados encontrados foram semelhantes aos encontrados por Callou e Silva (1997), estudo que, como vimos, mostra que as cidades nordestinas possuem a tendência de privilegiar a variante em que o antropônimo não é antecedido por artigo. Vejamos:

Tabela 2 - Frequência de artigo definido diante de antropônimos nos conjuntos de cidades analisadas

Cidades	Ausência		Presença	
Campinas	70	41,7%	98	58,3%
Feira de Santana	374	97,1%	11	2,9%
Recife	211	93,8%	14	6,2%
Rio de Janeiro	134	40,5%	197	59,5%
Salvador	328	94,8%	18	5,2%
São Paulo	126	36,3%	221	63,7%

Fonte: Veríssimo (2021, p. 72)

Como podemos perceber, trabalho mais atual que buscou verificar a frequência de realização de artigo definido diante de antropônimos em diferentes comunidades brasileiras continua evidenciando empiricamente que esse fenômeno é interferido fortemente pela variável

diatópica/localidade, sendo a região nordeste a que menos contribui para a realização do artigo no contexto investigado¹.

Pelos dados apresentados por Veríssimo (2021), podemos perceber que, estatisticamente falando, não há uma diferença entre os padrões encontrados nas cidades nordestinas: todas apresentam um baixo índice de realização. Nesse momento, abrimos um espaço para chamar atenção para o resultado encontrado pelo autor na cidade de Recife, local onde nossos informantes residem. Ele mostra que o tempo não foi capaz de alterar o padrão encontrado por Callou e Silva (1997) na década de 90. O uso de artigos diante de nomes próprios de pessoas na fala dos falantes de nível universitário na cidade ainda continua sendo pouco frequente.

Tabela 3 - Exposição dos resultados da frequência de realização de artigo diante de antropônimos na fala universitária de Recife, apresentados em Callou e Silva (1997) e Veríssimo (2021)

Trabalho publicado	Resultado
Callou e Silva (1997)	17%
Veríssimo (2021)	6,2%

Fonte: Autores citados

Como podemos perceber na tabela 3, em 1997, a frequência de uso do artigo definido diante de antropônimo na fala de universitários recifenses era de 17%; já, em 2021, a frequência foi ainda menor: 6,7%. Tais resultados evidenciam que, mesmo com o passar de 24 anos, não houve alteração no padrão de uso do fenômeno em questão na fala de universitários da capital pernambucana. Os recifenses, mais especificamente os de nível universitário, realizam construções nominais em que o elemento determinante da posição esquerda do SN nucleado por antropônimo não é foneticamente realizado.

Assim como fizeram Callou e Silva (1997), Veríssimo (2021) realizou uma análise em conjunto, unindo as cidades nordestinas em um único bloco, haja vista que elas apresentaram padrões de uso semelhantes. Segundo os resultados do autor, o teste de qui- quadrado mostrou que as variáveis gênero/sexo do falante, tal como intitulado pelo autor, idade e intimidade/familiaridade se mostraram favorecedores para a presença de artigo nas cidades no Nordeste. É de suma importância pontuarmos que, apesar da observação de que tais variáveis

¹ Não perdendo de vista as pequenas diferenças entre as cidades de cada região, o autor realiza uma segunda análise agrupando as cidades por região – nordeste e sudeste. Com esse rearranjo de dados, fica mais clara a interferência da variável diatópica. Segundo seus resultados, a região nordeste possui uma frequência de uso de artigo de 4,6%. Já a região sudeste do país possui uma frequência bem superior, a saber: 61%. Esse resultado corrobora com diversos estudos, a exemplo do apresentado por Callou e Silva (1997), que mostram a interferência da localidade do falante no preenchimento da periferia esquerda do SN em questão.

foram significativas na análise, o autor não realiza uma exposição desses resultados.

Até então, os estudos que se propuseram a analisar o fenômeno da realização do artigo definido diante de antropônimo, observaram as duas variantes aceitas pela gramática prescritiva, a saber: aquela em que o antropônimo não é antecedido por um artigo definido (ex.: Pedro/ Marina) e aquela em que um artigo definido antecede um antropônimo de mesmo gênero gramatical (ex.: O Pedro/ A Marina), deixando de lado uma terceira possibilidade de uso no PB: aquela em que um artigo definido antecede o antropônimo, porém este não possui o mesmo gênero gramatical daquele (ex.: A Pedro). Esta forma não é reconhecida pela gramática tradicional, que preza pelo compartilhamento total de traços entre os elementos que constituem um sintagma. Logo, tal gramática acolhe as formas “Pedro” e “o Pedro”, em que o núcleo nominal compartilha o seu gênero com o seu elemento satélite, mas não reconhece sintagmas como “a Paulo”, em que o antropônimo e o artigo não possuem o mesmo gênero gramatical.

A construção nominal “a Paulo”, por exemplo, é apontada por autores, como Lau (2015), Carvalho (2020) e Pereira (2020), como sendo pertencente à fala de um grupo de falantes específicos, aqueles pertencentes à comunidade LGBTQ+. A emergência dessa estrutura está relacionada às práticas sociais desenvolvidas por esse grupo, da necessidade de se ter uma arma linguística na luta por visibilidade. Pereira (2020) afirma que esse uso é uma forma de o usuário expor um sentimento de pertencimento não só à comunidade, mas também às suas causas e à sua expressão de gênero.

Esse sintagma se caracteriza, estruturalmente falando, por ser composto por um artigo feminino e um antropônimo masculino, como em (6), não sendo assim assumida pela gramática tradicional, justamente devido à aparente falta de concordância de gênero gramatical entre o núcleo nominal e o seu elemento satélite, causando, de fato, uma inversão no padrão gramatical de concordância nominal de gênero.

(6) A Pabllo é linda
ART.FEM ANT.MASC.

Pesquisas como a realizada por Panagiotidis (2019) mostra que esse fenômeno não é algo exclusivo da língua portuguesa falada no Brasil. O referido autor observa a presença desse tipo de inversão de concordância nominal de gênero na língua grega contemporânea, em contexto de carinho ou pejorativo, como no exemplo exposto abaixo:

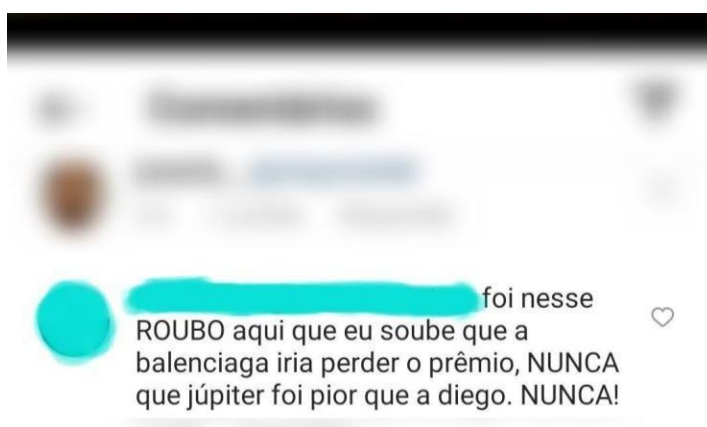
(7) I Antonis irthe
(A Antonis chegou)

Por meio das recentes e árduas conquistas da população LGBTQ+, a exemplo da ocupação de uma área maior dos espaços sociais, essa forma de se referir ao outro, aos poucos, vem ganhando visibilidade, tornando-se cada vez mais frequente na sociedade em geral. Todavia, o seu não reconhecimento por parte da gramática tradicional acaba servindo, para aqueles que não se identificam com o grupo na qual ela emergiu, como justificativa para desprestigiá-la, questionando a sua legitimidade na língua portuguesa. Não muito raro, encontramos falantes do português considerando essa construção linguística como imprópria, com desvios, errada e, até mesmo, inexistente. Mas como negar a existência de uma construção linguística reconhecida e presente nas normas de uma comunidade?

Pesquisas como as mencionadas acima (CARVALHO, 2020; PEREIRA, 2020) mostram que essa forma de se referir ao Outro faz parte da realidade linguística de cerca de 20 milhões de brasileiros, segundo levantamento feito, em 2015, pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). Construção em que um artigo definido antecede um antropônimo masculino de gênero gramatical oposto ao seu é possível na língua, apesar de as gramáticas tradicionais não a reconhecerem. Dentro da comunidade, o seu uso é tão frequente quanto a utilização das variantes “João” e “o João”, e assim como estes, ela pode preencher diversos espaços sintáticos na fala de seus usuários, como a posição de sujeito, complemento, tópico.

Vejamos alguns exemplos de seu uso em contexto de interação espontânea.

Figura 1 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais

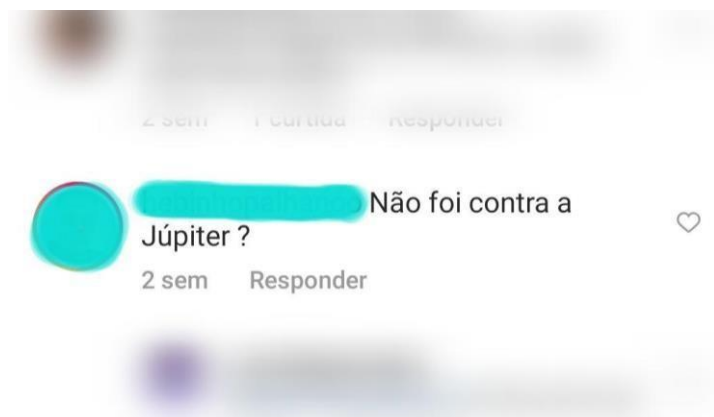


Fonte: Instagram (2021)

A imagem acima mostra uma interação entre dois indivíduos em uma página voltada à comunidade LGBTQ+. Na situação, o autor do comentário, autodeclarado gay, fala sobre uma apresentação em que dois participantes de um programa sobre cultura *ballroom* disputavam,

por meio da dança *voguing*, pela permanência de seu grupo na atração. Como podemos notar, o usuário faz uso da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical quando diz: “Nunca que Júpiter foi pior que [a Diego]”. Outros seguidores da página também fizeram comentários em que continham a presença dessa variante.

Figura 2 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais



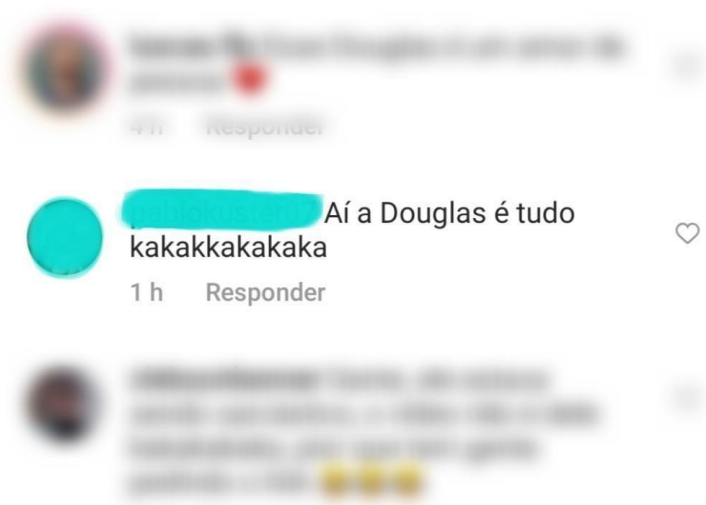
Fonte: Instagram (2021)

Na interação da imagem 2, um usuário comenta na mesma postagem exposta na imagem 1, para alertar o editor da página sobre um possível erro na descrição da postagem. Para tanto, ele utiliza a construção nominal “a Júpiter” para mencionar o equívoco. Júpiter é como se chama um dos participantes gays cisgêneros² do *reality*. Esses dois comentários foram selecionados para representar a estrutura linguística que alguns dos usuários da página utilizavam para se referir aos envolvidos, mas eles não foram os únicos a exporem a presença dessa variante em sua fala.

A página de onde retiramos os comentários das imagens 1 e 2, como mencionamos, é voltada para o público LGBTQ+ que tem acesso às redes sociais. Sendo assim, como mencionamos, os seus moderadores fazem postagens de assuntos específicos para envolver esse público, favorecendo a utilização dessa variável. Todavia, a utilização desse sintagma não está restrita a locais voltados especificamente para o público LGBTQ+. Em uma busca rápida pelo *Instagram*, uma das principais redes sociais hoje no mundo, encontramos situações, como a exposta abaixo:

² De acordo com Gomes de Jesus (2012, p. 14), cisgênero é um “conceito guarda-chuva que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.”.

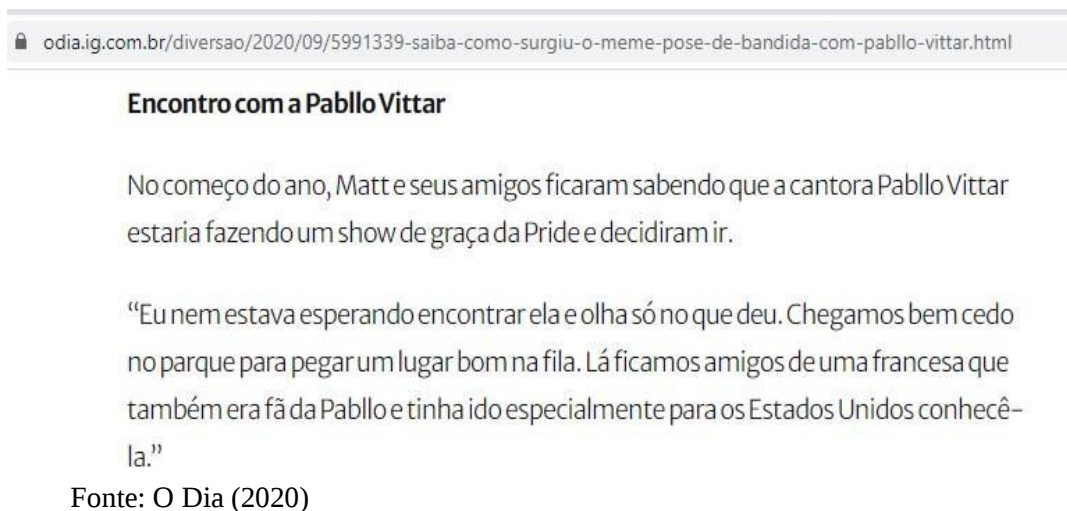
Figura 3 - Presença da variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical nas redes sociais



Fonte: Instagram (2021)

Diferentemente das imagens 1 e 2, a exposta em 3 não é referente a um perfil que tem o grupo LGBTQ+ como principal usuário. A página da imagem acima é voltada para o público geral da plataforma, mais especificamente aqueles que se interessam por assuntos variados, como esportes, música, séries etc. Na situação, um dos usuários comenta uma publicação feita pelos moderadores da referida página sobre a participação do jogador LGBTQ+ da seleção brasileira de vôlei, Douglas Souza, que vem chamando atenção dos internautas com suas publicações irreverentes em sua página na mesma plataforma. Na imagem, o usuário faz uso do sintagma “a Douglas” para se referir ao esportista. Esse comentário evidencia que a utilização dessa estrutura nominal não se restringe a ambientes que visam o público LGBTQ+, mas a qualquer situação de interação social. Vale ressaltarmos que o indivíduo que fez uso de “a Douglas” pertence à comunidade LGBTQ+. Esse pertencimento pode ser notado por meio da visualização de publicações acerca da cultura LGBTQ+ e de sua autodescrição no perfil da referida rede social.

As redes sociais, como o *Instagram*, possuem um caráter informal do uso da língua. Esse perfil, para alguns, pode ser o que motiva a utilização de sintagmas com a inversão da regra de concordância nominal de gênero, fazendo com que ele não seja produtivo em outros contextos, como o formal. No entanto, mesmo contra a vontade dos mais conservadores, construções linguísticas como essas estão aos poucos sendo difundidas em outros espaços, até mesmo de ambiente formal de escrita, como podemos perceber na próxima figura.

Figura 4 - Presença da variante no gênero notícia

A figura 4 mostra a presença da variante em uma reportagem da revista O Dia. A entrevista presente no site da revista tem o objetivo de trazer ao conhecimento público como surgiu um meme que se tornou um verdadeiro viral entre os jovens, a saber: “pose de bandida”. No título da entrevista, o autor utiliza o sintagma “a Pablllo”, em menção a cantora Pablllo Vittar, um dos indivíduos envolvidos no surgimento do meme. A reportagem acima evidencia que, mesmo que em passos lentos, essa variante está chegando a gêneros considerados de uso formal da língua, como a notícia, mostrando a sua difusão em nossa sociedade.

Hoje, mesmo os mais conservadores, que dificultam a legitimidade desse sintagma na língua portuguesa, têm consciência de sua existência. Prova disso é que quando essa forma sai dos limites da comunidade LGBTQ+, essas construções possuem leitura pejorativa (CARVALHO, 2020) e causa incômodos a alguns daqueles desfavoráveis às manifestações desse grupo social.

Figura 5 - Reações contrárias ao uso da variante com inversão da regra de concordância nominal de gênero fora do meio LGBT+



Fonte: Siqueira (2021)

A figura 5 traz uma reportagem sobre o caso em que o homem trans Thammy Miranda sofreu ataques homofóbicos após estrelar uma campanha do dia dos pais, promovida pela empresa de cosméticos Natura. No título da reportagem, o autor diz: “Mercado ignora ataques de internautas e políticos a Thammy e ações da Natura sobem na semana”. Logo abaixo da reportagem, podemos ver a resposta de um leitor ao título da notícia. No comentário, o indivíduo parabeniza o autor por ter feito uso do que ele julgou ser o artigo feminino “a” diante do nome próprio feminino Thammy. Apesar de o leitor respondente ter cometido um engano no que diz respeito ao uso do elemento “a”, presente em “ataques de internautas e políticos a Thammy”, pois, no caso exposto, ele não representa um artigo, mas sim a preposição “a” exigida por “ataques”, podemos notar que esse sujeito tem conhecimento da existência da variante “o Thammy” e, mais que isso, de que a realização desse artigo diante de tal antropônimo pode representar para o grupo social o qual o indivíduo mencionado, Thammy, participa.

O posicionamento desse leitor, ainda, mostra como pessoas que estão fora do grupo e não se sentem representadas por ele, sentem-se incomodadas com a sua existência. Esse comportamento hostil está mais relacionado ao seu posicionamento contrário aos indivíduos que compõem um grupo social diferente do seu, ou seja, a exogrupos (ou *outgroups*, no inglês), do que ao descumprimento da regra gramatical.

Existe uma tendência generalizada nos indivíduos para avaliar exogrupos de uma

forma menos favorável do que grupos aos quais eles pertençam (HEWSTONE; RUBIN; WILLIS, 2002), principalmente se esse exogrupo for estigmatizado pelo grupo do qual esses indivíduos fazem parte. O estudo das relações intergrupais tem desempenhado um papel central no entendimento dos processos motivacionais e perceptivos que governam as respostas dos indivíduos aos membros dos exogrupos (MARCELINO, 2007). Sobre essa questão Guisan (2009, p. 18) diz que:

O Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza”, há apenas uma etapa rapidamente percorrida na história dos nacionalismos em particular, e dos etnocentrismos e racismos, onde o desprezo através da representação das outras línguas alimenta os preconceitos em geral.

Reações desfavoráveis como a exposta na figura 5 são responsáveis pela tentativa de deslegitimar esse sintagma. Mas como vimos, ele já faz parte da norma linguística de uma comunidade, ocupando os mesmos contextos linguísticos em que as variantes previstas pela gramática tradicional podem ocupar. Assim, estamos diante de uma construção linguística que existe na língua e, mais que isso, que se caracteriza como uma variante emergente para a norma de concordância de gênero do português.

Não estamos falando somente de uma variante emergente na língua portuguesa, pelo contrário, a sua utilização representa bem mais do que uma simples forma de fazer uma menção a alguém. Não podemos perder de vista o que há por trás de sintagmas como “a Douglas”.

2.2 O ENCAIXAMENTO SOCIAL DA VARIANTE

Diversas questões auxiliaram no surgimento dessa variável dentro da comunidade LGBT+, dentre elas as práticas sociais desse grupo, que serão melhor descritas no capítulo seguinte. Quando indivíduos têm seus direitos políticos negados, nega-se também a sua existência social. Como é sabido, a comunidade LGBT+, durante séculos, tem seus direitos ceifados, a ponto de, até pouco tempo, ser considerada como um grupo de pessoas com distúrbios psicológicos. Desse tratamento social, emergiu a necessidade de lutar pelo seu reconhecimento enquanto cidadão capaz de exercer os seus direitos civis. As práticas de luta desse grupo respaldam também na norma linguística presente na comunidade, fazendo ser necessária uma regra linguística que representasse aqueles deixados às margens.

É nesse palco de lutas pela inclusão social do indivíduo LGBTQ+ que a variante em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical emerge, como uma forma de representatividade desse grupo dentro da língua portuguesa. Logo, a utilização dessa variante está associada à identidade social de seus falantes e ao sentimento de pertencimento à comunidade LGBTQ+, que, por sua vez, reflete no orgulho linguístico desses membros.

Por mais que falas como “Nunca que Júpiter foi pior que [a Diego]”, presente no print da figura 1, pareçam uma simples menção àqueles de quem se fala, na verdade, é a realização de uma ação concreta no mundo. Essa ideia vai na direção do que defende o filósofo da linguagem Paul Grice (1982). Segundo o pensador, nem todas as informações dadas pelo falante são dadas de forma explícita. Dessa maneira, em nossa interação, nossos enunciados comunicam bem mais que aquilo que está na superfície do texto que produzimos. Quando queremos fazer um pedido ou dar algum parecer a respeito de determinadas coisas, utilizamos estratégias linguísticas, como modalizadores, que acabam “encobrendo” nossas reais intenções, por diversos motivos.

Quando estamos na presença de alguém, em determinado ambiente, e falamos “está frio aqui”, apesar de parecer uma simples descrição da temperatura do local, podemos estar fazendo um pedido implícito para que, por exemplo, desliguem o ar- condicionado ou para que aumentem a temperatura. Do mesmo modo, quando alguém declara “só consumo alimentos saudáveis”, ele não está somente expondo a sua preferência alimentar, mas também todo o seu estilo de vida. É de se esperar de alguém que tenha preferência por uma alimentação saudável, que esse sujeito pratique esportes, tenha foco e objetividade em suas escolhas, possua crenças desfavoráveis a alimentos industrializados. Tais observações não estão presentes na superfície do texto produzido durante a interação, ou seja, não estão explícitas; pelo contrário, elas estão contidas em uma relação contextual e de inferência.

Em se tratando da variante em análise, quando o autor da frase exposta na imagem 3 diz: “a Douglas é tudo”, ele faz algo parecido com o descrito. Ou seja, não simplesmente expressa a sua impressão acerca do indivíduo em questão ou apenas menciona um terceiro em sua interação, ele vai muito além disso. Esse falante reproduz ideias sobre a sua constituição enquanto indivíduo social, como gênero, sentimentos de pertença, identidade que, por meio da repetição ao longo do tempo, passa a ser algo característico que o define enquanto sujeito e membro de determinado grupo social.

Quando o indivíduo LGBTQ+ faz uso desse tipo de sintagma, ele está declarando a sua identidade social. Tajfel (1981), principal nome no campo dos estudos sobre a identidade social,

na área de abrangência da psicologia social, coloca que a identidade deriva do sentimento de pertença do indivíduo a um determinado grupo social, associado ao valor e ao significado emocional que tal afiliação traz para ele. Esse sentimento de pertencimento é também expresso por meio dos usos linguísticos que o sujeito faz em suas interações sociais. A célebre declaração do saudoso Ariano Suassuna, em entrevista, a saber, “não troco meu ‘oxente’ pelo ‘ok’ de ninguém”, é um exemplo de como as marcas/expressões linguísticas estão intrinsecamente ligadas ao senso de pertencimento dos indivíduos a determinado grupo. No caso, o “oxente” é uma expressão linguística que caracteriza o ser como sendo pertencente a uma determinada comunidade, a nordestina. E o autor leva com orgulho essa marca em sua fala para mostrar a sua identidade enquanto nordestino em detrimento de outras.

O mesmo acontece com o sintagma nominal controlado aqui. Quando o usuário faz o seu uso, ele está expondo uma afiliação grupal, ou seja, o grau de identificação que possui com a estrutura interna do grupo. É o seu senso de pertencimento grupal sendo revelado aos exogrupos. Korpela (1989) coloca que, a partir de práticas ambientais, os indivíduos são capazes de criar e sustentar um senso coerente deles mesmos e revelá-lo aos demais.

Um indivíduo se associa a um grupo para satisfazer as suas necessidades (LEWIN,1978). O que implica dizer que um grupo está moldado para satisfazer necessidades mútuas, como um grupo de profissionais que se reúnem para discutir formas de conseguir melhores condições de trabalho e, para isso, realizam protestos. Da mesma forma, a utilização em massa dessa variante é uma maneira de a comunidade na qual ela surgiu satisfazer suas necessidades, como a de ser visível aos olhos do poder público, a ter representatividade na língua portuguesa etc. A utilização então é parte de uma luta. Esse tipo de variante, assim, é uma espécie de arma usada pelos usuários para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade de grupo social separado.

Como salientam Gross e Cademartori (2018), a luta contra o sistema opressor sempre foi uma característica do grupo LGBT+ e, hoje, essa variante se mostra como um símbolo linguístico de resistência desse grupo à sociedade que o marginaliza. A sua utilização é um forte engajamento coletivo na luta, por meio da língua, pela aquisição dos direitos sociais de seus membros. Uma batalha constante e forte o suficiente para iniciar um processo de variação de algo tão político quanto a língua, mostrando, assim, a resistência, por parte de seus usuários, a uma organização social de poder e de discurso centralizados na camada normativa da sociedade.

Assim, fica claro que quando um LGBT+ fala “a Diego”, “a Júpiter” ou “a Douglas” ele está indo muito além do ato de simplesmente mencionar uma terceira pessoa em seu discurso. Esse sujeito está realizando uma ação concreta no mundo, haja vista que, como

defendido por Austin (1990), dizer é fazer. Segundo os pensamentos do autor, ao usar a linguagem, o indivíduo não apenas diz alguma coisa, mas também faz algo. Por meio dos atos de fala traçados pelo filósofo, realizamos o que ele vem a chamar de ação semântica. Assim, o falante expressa de forma consciente uma determinada significação. Além disso, esse “dizer algo” (o que ele chama de ação semântica) é produzido com determinada intenção, a saber: ordenar, advertir, declarar, expor, censurar, batizar. Portanto, esses atos têm propósitos pragmáticos. A variante em questão, então, é vista como forma de ação e não de simples representação.

Dessa maneira, quando o indivíduo da situação exposta na imagem 3 utilizou a variante “a Douglas” em meio aos comentários feitos na publicação em questão, ele não estava meramente declarando o seu achismo acerca do jogador, mas (re)produzindo ações sociais concretas no mundo. Esse sujeito está colocando a sua presença enquanto membro da comunidade LGBTQ+ em um ambiente que não é voltado exatamente para o seu grupo social, ou seja, está ocupando os espaços sociais. Ao fazer uso da variante para se referir ao outro, o usuário não está somente chamando a atenção para si, como também para o outro, que também faz parte da sua comunidade. Ou seja, para toda o seu grupo social.

Todo o senso de pertencimento desses indivíduos respalda nas suas atitudes acerca dos objetos sociais em sua volta, incluindo a variante em questão. Segundo Eagly e Chaiken (1993, p. 1), atitude é “uma questão de tendência psicológica expressa pela avaliação de uma entidade específica com algum grau de favorecimento ou desfavorecimento”. Em seu trabalho, as autoras esclarecem o significado de dois termos utilizados nessa definição, a saber: tendência psicológica e avaliação. O primeiro se refere a um estado interno à pessoa que não é observável, mas, sim inferido; já o segundo se refere a todas as classes de respostas avaliativas – favorável ou desfavorável – que o indivíduo apresenta diante do objeto avaliado, podendo ser de caráter cognitivo, afetivo e conativo.

O nosso comportamento perante às questões sociais é guiado, em muitos dos casos, por nossas atitudes. Elas influenciam em nossos juízos e percepções acerca de outros; assim como no aprendizado, ajudam também a determinar os grupos a que nos ligamos, na aceitação de filosofias de vida, na escolha por carreiras profissionais, nas ações do cotidiano.

Assim, indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQ+ tendem a possuir atitudes positivas acerca da variante, uma vez que ela satisfaz as necessidades da comunidade. Sobre essa satisfação de necessidade, Lambert e Lambert (1975) colocam que ela é um dos princípios que regem as atitudes sociais dos sujeitos. Os indivíduos, como seres sociais, têm necessidades que precisam ser satisfeitas, como ser visível à sociedade, e essa variante, como já

mencionamos, tem um papel fundamental nessa luta por visibilidade LGBTQ+. Tal fato acaba fazendo com que os sujeitos que compartilham dessa realidade compartilhem também reações positivas acerca do sintagma, e por isso o empregam em seu repertório, como nas figuras 1, 2 e 3.

Da mesma forma, a falta desse sentimento afetivo com essa construção linguística, atrelado a crenças que o indivíduo tem tanto sobre o grupo de usuários quanto sobre a própria variante, pode fazer com que esse sujeito tenha atitudes negativas acerca da variante, como é o caso exposto na situação da figura 5. Na situação da referida imagem, fica claro que o indivíduo, ao falar “Isso mesmo. A Thammy”, possui avaliações desfavoráveis tanto com relação ao indivíduo mencionado, quanto a forma utilizada para se referir a ele. A escolha de uma variedade em detrimento de outra, supõe duas hipóteses, a saber: o falante tem conhecimento de, pelo menos, duas variedades linguísticas; e o falante possui uma consciência sociolinguística, ou seja, este indivíduo tem conhecimento de qual variedade é a mais prestigiada dentro de seu grupo social, para que ele possa se aproveitar de tal realidade para se elevar socialmente (cf. LÓPEZ MORALES, 1993), satisfazendo suas necessidades.

Essa variante, então, como todas aquelas legítimas de uma língua, possui uma função sociocomunicativa bem estabelecida. Como tal, ela não acontece por obra do acaso. Existem regras, restrições e teorias linguísticas que dão conta de sua existência. Não é foco desta pesquisa dar explicações linguísticas para esta variante, mas para fortalecer a ideia de que não estamos diante de uma anomalia da língua portuguesa, pensamento que já pode ser descartado a partir do que já foi descrito. Na próxima seção, mostraremos uma teoria linguística que pode ser adotada para dar conta dessa construção.

2.3 O ENCAIXAMENTO LINGUÍSTICO DA VARIANTE

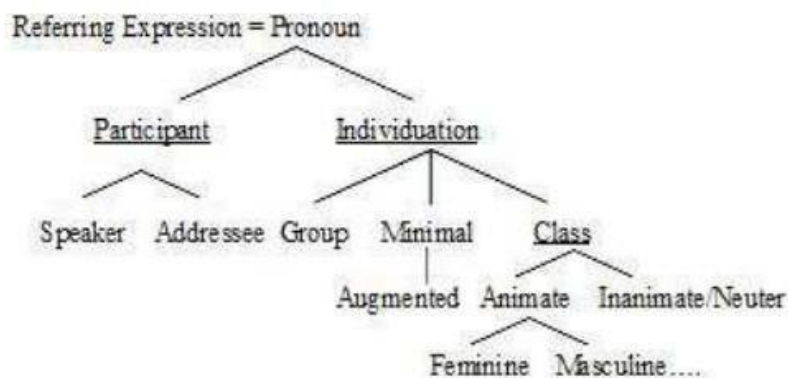
Todo fenômeno legítimo de uma língua pode ser explicado por um arcabouço teórico. Sendo a variante linguística controlada neste trabalho um fenômeno legítimo na língua portuguesa, a sua existência pode ser explicada por uma teoria linguística. Nesta subseção, discutiremos acerca da proposta da geometria de traços elaborada por Harley e Ritter (2002) e, posteriormente, repensada por Carvalho (2008), na tentativa de mostrar como a variante controlada neste trabalho pode ser licenciada na língua portuguesa.

Harley e Ritter (2002) elaboraram a proposta de geometria de traços morfossintáticos tomando como modelo a geometria de traços fonológicos, de Clements (1985), onde os

segmentos são representados em termos de configurações de nódulos organizados hierarquicamente, cujos nódulos terminais são valores de traços e os nódulos intermediários representam constituintes. Na proposta das autoras, os traços morfossintáticos também estão distribuídos em forma geométrica e hierárquica.

Na geometria proposta por Harley e Ritter (2002), os traços morfossintáticos, os chamados phi, encontram-se divididos em três nódulos, a saber: o nódulo participante, o nódulo individualização e o nódulo classe. O primeiro fornece as interpretações referentes às noções de pessoa. Nesse nódulo, a primeira e a segunda pessoa são representadas por dois subnódulos: falante e ouvinte, respectivamente. O segundo nódulo, individualização, é responsável por fornecer as interpretações referentes à noção de número. Este nódulo, por seu turno, é formado por três subnódulos: grupo, mínimo e aumentado, que criam as distinções entre as noções de: singular, plural e dual. O último nódulo, classe, fornece as interpretações referentes a gênero e a outras noções utilizadas para expressar a classe à qual pertence uma palavra. A geometria supracitada é representada a seguir:

Figura 6 - Representação da Geometria de Traços



Fonte: Harley e Ritter (2002, p. 491)

As noções realizadas pelos traços morfossintáticos de pessoa, gênero e número dependem da organização interna dos nódulos maiores, isto é, participante, individualização e classe. Embora a organização interna desses nódulos esteja sujeita à variação interlinguística, a geometria de traços proposta prevê uma hierarquia universal para os traços-phi. Tal proposta está embasada no pensamento de que “há razões externas para o agrupamento natural” (HARLEY; RITTER, 2002, p. 489). De acordo com a geometria das autoras, feminino/masculino são dependentes do nó animacidade, responsável pela interpretação animada de um elemento.

Dando atenção a geometria desenvolvida pelas autoras, Carvalho (2008) sentiu a necessidade de fazer uma reformulação. Segundo o autor, seria necessário inserir alguns traços mais específicos no que é apresentado pelas autoras, uma vez que dados do PB e de outras línguas mostraram uma especificação na composição de certos pronomes que iam além daquela proposta pelas autoras.

O autor acaba adotando uma teoria-phi na busca por preencher algumas lacunas deixadas pela proposta da operação Agree (CHOMSKY, 1998), uma vez que tal operação exige a correspondência total de traços entre os elementos que desencadeiam concordância (sonda e alvo). Nesse caso, sentenças, como “cada tem um natureza” (CARVALHO, 2011, p. 87) não seria possível na língua. O autor, então, defende que uma simplificação nas condições para Agree possibilita a concordância *default* encontrada no exemplo acima. Com a adoção da simplificação, Agree opera se há identidade pelo menos entre os nós raiz (nó dominante) da sonda e do alvo. Assim, quanto mais traços idênticos entre estes dois elementos houver, mais específicos serão os contextos em que ambos ocorrem.

Com base nisso, o autor defende que, de acordo com a teoria de traços apresentada, uma sonda com um traço [F] pode facilmente ter em seu domínio um alvo com os traços [F[G]]. No entanto, uma questão surge, segundo ele: haverá compatibilidade entre estes traços já que não há identidade entre eles, como previsto pelas condições para match acima citadas? Carvalho (2011, p. 91) aduz que “a solução seria assumir que tais condições possam ser repensadas nas bases de acarretamento, a saber: dados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença de A.”.

Sobre essa questão, Béjar (2003) aponta que o critério para match pode ser estabelecido em termos da presença/ausência do traço [F] na sonda. Assim, [F] encontraria correspondência em [F[G]] do alvo, pois [F] é um subconjunto de [F[G]]. Isto prediz, por exemplo, que [CLASS] teria correspondência com um elemento [CLASS[FEMININE]]. Carvalho (2008) assume com Béjar (2003) que a intersecção de traços da sonda e do alvo é suficiente para estabelecer correspondência.

Utilizando a proposta descrita, Bismarck Lopes (2014) explica dados, extraídos da comunidade afrodecendente de Helvécia/BA e da comunidade quilombola do Muquém/AL, em que não há concordância morfológicamente visível, como “um natureza”. Segundo a proposta, o núcleo nominal “natureza” teria uma configuração [*u*CLASS[FEMININO]] para a categoria gênero. Já, o determinante “um”, apresenta uma configuração de subespecificação, apresentando, pelo menos, o nó raiz [CLASS] em comum com o núcleo, estabelecendo-se a configuração de concordância de gênero no DP.

Ao observar o sintagma “a alguma dia”, o autor propõe que o fato de as sondas (“a” e “alguma”) serem mais específicas que o alvo (“dia”) faz com que a configuração para esse caso seja a seguinte: os elementos “a” e “alguma” teriam a configuração [uCLASS[FEMININO]] para gênero, enquanto que o nome “dia” apresenta apenas [CLASS]. A concordância então estaria relacionada ao compartilhamento do nó raiz.

Algo semelhante acontece com dados como “a Douglas”. Nesse caso, o nome entra na sintaxe apenas com [CLASS]; já, o determinante, entra com [uCLASS[FEMININO]]. Assim, não há identidade total de traços, mas os dois elementos compartilham o mesmo nó raiz. Assim, o licenciamento dessa variável na língua portuguesa se dá devido ao fato de o determinante e o antropônimo compartilharem o nó raiz [CLASS]. Sendo a sonda – o artigo – mais especificada que o alvo – antropônimo –, aquele carrega todos os traços interpretáveis, que irão valorar os deste.

Dessarte, como vimos na discussão presente neste capítulo, a variante em questão caracteriza-se como uma construção legítima na língua portuguesa e, como tal, é licenciada pelo sistema. O seu uso, no entanto, parece estar condicionado ao senso de pertencimento do usuário a uma comunidade, a saber: LGBT+, que apresenta-se com grupo que possui questões sócio-histórico-culturais específicas que favorecem a utilização dessa variante. No capítulo que segue, discutiremos acerca do perfil dessa comunidade, mostrando como suas especificidades contribuíram para o surgimento dessa variante.

3 A COMUNIDADE ANALISADA

No capítulo anterior, mencionamos que o fenômeno linguístico tomado para análise nesta tese sofre interferências do sentimento de pertença de seu usuário a uma dada comunidade, a saber, a LGBTQIA+, composta por indivíduos de diversas orientações afetivas-sexuais e identidades e gênero, a exemplo de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, abarcando ainda transgeneros, *queer*, intergêneros, assexuais, e que esse sentimento respalda nas atitudes linguísticas desse indivíduo perante a variante.

Neste capítulo, iremos realizar uma apresentação da comunidade mencionada, fazendo uma discussão acerca dos elementos que a caracteriza como tal, e das questões históricas, sociais e políticas que envolvem os seus membros. Isso porque para refletirmos acerca de um fenômeno linguístico, é primordial que não percamos de vista a vida social da comunidade em que ele ocorre.

3.1 A COMUNIDADE DE PRÁTICA LGBTQ+

Os estudos que visam investigar os fenômenos variáveis nas línguas, as normas e as identidades sociais têm realizado investigações sob o que Eckert e McConnell-Ginet (2010) chamam de um construto frouxamente definido, a saber: a comunidade de fala. Embora, na teoria, pesquisadores tomem a definição de comunidade de fala traçada por Gumperz (1982), em que essa dimensão de análise é tomada como sendo composta por um grupo de falantes que compartilham regras e normas de uso da linguagem; na prática, os estudos a toma com base em localidades e/ou população, sem considerar esses fatores primordiais que constituem uma comunidade. Eckert e McConnell-Ginet (2010) salientam que os estudos linguísticos precisam levar em consideração as práticas sociais exercidas pelos indivíduos, não somente a localização em que essas pessoas residem.

Para explorar com algum nível de detalhamento como a prática social e o “lugar” individual na comunidade interligam-se, Eckert e McConnell-Ginet (2010) afirmam que é necessária uma concepção de comunidade que articule lugar e prática. Essa concepção seria a de comunidade de prática (WENGER, 1990; LAVE; WENGER, 1991). O conceito de comunidade de prática não está embasado na noção de comunidade como um aglomerado de pessoas que compartilham apenas da mesma localização de residência. A noção de comunidade

vai muito além das questões de localidade. Ela é definida pelo engajamento social dos seus membros acerca de práticas grupais, como modos de fazer coisas, modos de pensar, formas de falar, valores, crenças, relação de poder, pertencimento, que emergem no decorrer de um esforço mútuo (cf. ECKERT; WENGER, 1994). Assim, uma comunidade de prática é “(...) um grupo de pessoas que compartilham de um interesse, um conjunto de problemas, ou uma paixão por um tópico e que seus membros aprofundam seus conhecimentos e especialidade nesta área por meio da interação contínua (...)” (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p.4).

Segundo os autores, três são elementos essenciais que permitiram analisar e classificar os grupos como comunidade de prática, a saber: o domínio, a comunidade e a própria prática. O primeiro está relacionado com a “preocupação” do grupo, isto é, a área de conhecimento e especialização que faz emergir o interesse e a dedicação dos indivíduos. O segundo não corresponde somente aos indivíduos que estão engajados a solucionar, é o local onde se constrói relações que habilitam a aprendizagem coletiva. Já o terceiro corresponde às ações que serão tomadas, as ideias, as ferramentas, a linguagem. “A prática é uma espécie de mini-cultura que une a comunidade” (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p. 39).

Assim, essa comunidade é formada por indivíduos que se envolvem em um processo de aprendizado coletivo, portanto no domínio de uma atividade humana compartilhada pela comunidade. Podem ser tomados como exemplo desse tipo organizacional de comunidade: um grupo de artistas que procura novas formas de expressão, um grupo de engenheiros que trabalha com problemas similares, um grupo de alunos que define a sua identidade na escola, uma rede de cirurgiões explorando novas técnicas, um grupo de profissionais que vai às ruas protestar por melhores condições de trabalho (cf. TAKIMOTO, 2012). Todos esses grupos estão engajados na solução de um problema e, para tanto, realizam práticas sociais grupais que buscam satisfazer as necessidades da comunidade.

Sendo assim, quando indivíduos estão engajados em questões sociais comuns, como a luta por visibilidade e reconhecimento político, compartilhando, dessa maneira, por meio de práticas contínuas, valores, crenças, sentimentos de pertença, variantes linguísticas e atitudes eles estão dividindo os espaços de uma mesma comunidade. Não é de hoje que pessoas LGBTQ+ lutam por um bem comum. Durante décadas, esse grupo social vem se reunindo para questionar o espaço que lhe foi dado na sociedade e desenvolver relações pessoais, instituindo formas de interação grupal.

Historicamente falando, a sociedade possui dívidas imensuráveis com diversos grupos sociais, como negros, indígenas, mulheres e LGBTQ+. Durante anos, os direitos dos indivíduos pertencentes a esses grupos foram caçados e, como consequência, eles foram

deixados às margens. Os LGBT+, por exemplo, até meados de 2011, não possuíam suas uniões estáveis reconhecidas pelo STF e, até 2020, eram proibidos de realizar um ato tão comunitário quanto doar sangue. Esses direitos, no entanto, eram concebidos às pessoas de orientação afetivo-sexual não LGBT+.

Essa realidade ainda persiste até os dias atuais, fazendo com que grupos tidos como minorias gremem por sua existência. Logo, essas pessoas formaram comunidade de prática conforme se agrupavam para (re)configurar seus espaços e direitos na sociedade por intermédio de ações, como o mostrado abaixo.

Figura 7 - Movimento paraibano para celebrar a concessão do direito ao povo LGBT+ de doar sangue.



Fonte: Brasil de Fato

A imagem acima mostra o movimento idealizado e organizado pela comunidade LGBT+ paraibana para celebrar o seu direito recém-adquirido de poder doar sangue no país. Para tanto, os membros dessa comunidade realizaram uma doação de sangue coletiva e simbólica, objetivando a sensibilização da sociedade.

Engajados na busca por seus direitos, essa comunidade desenvolve meios para produzir “coisas” que se traduzem em práticas, que envolvem a construção de uma orientação compartilhada em relação ao mundo que os cercam (ECKERT; WENGER, 1994).

No Recife, as ações da comunidade LGBT+ tornaram-na uma das principais responsáveis por uma mudança histórica na política pernambucana, ao eleger o Coletivo Juntas para ocupar os espaços da Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde seus membros ocuparam a posição de deputadas estaduais. Esse coletivo é formado por cinco mulheres, dentre

as quais se encontram três membros da comunidade LGBTQ+, sendo dois bissexuais e um transsexual. Eckert e McConnell-Ginet (2010) aduzem que, na comunidade de prática, é o conjunto de ações que realmente conta. São as ações e interações observáveis que realizam o trabalho de produzir, reproduzir e resistir à organização de poder na sociedade e nos discursos sociais sobre gênero, etnia, idade, comunidade. A eleição do Coletivo Juntas representa uma tentativa em conjunto dos indivíduos pertencentes a essa comunidade de frear as desigualdades sociais que a comunidade LGBTQ+ pernambucana enfrenta todos os dias. É também uma busca por ações concretas que tragam visibilidade política para esse grupo social, assegurando os direitos de seus membros enquanto cidadãos pernambucanos. Como resposta, as deputadas do coletivo sancionaram e instituíram leis que assistem a população LGBTQ+ do estado. Esse tipo de ação só foi possível devido ao engajamento dos membros dessa comunidade em realizar práticas de mobilização e discussão da necessidade de ter representantes desse grupo social em ambiente político.

A comunidade, assim como o gênero, este entendido aqui como uma performance social (BUTLER, 2003), também é produzida e reproduzida em formas diferenciais de participação em determinadas comunidades de práticas, como uma empresa. Apesar de a população LGBTQ+ estar, aos poucos, conquistando um maior espaço na sociedade – e isso se dá por meio do sangue derramado durante lutas constantes por direitos que, até pouco tempo eram cedidos apenas a membros da comunidade não LGBTQ+ –, ainda persistem acentuadas diferenças entre as orientações afetivo-sexuais, a exemplo das oportunidades dadas no mercado de trabalho, principalmente quando se trata de pessoas que não correspondem ao padrão imposto pela sociedade. Para estas pessoas, a inserção no mercado de trabalho é ainda mais difícil e, quando isso acontece, elas ocupam posições inferiores às aquelas ocupadas por pessoas de orientação não LGBTQ+. Segundo a Associação Nacional de Travesti e Transexuais (Antra), 90% da população T entra para a prostituição devido à falta de inserção no mercado de trabalho.

Em pesquisa realizada em 2015 com 10 mil contratantes brasileiros, a empresa *Enlancers* constatou que 7% das empresas entrevistadas jamais contratariam LGBTQ+ por receio de ter sua imagem ligada a esse grupo social. O estudo ainda mostra que, dentre as empresas entrevistadas que contratariam pessoas LGBTQ+, 11% afirmaram que essas pessoas não assumiriam cargos de lideranças ou de grande destaque. Diante de tal realidade, as práticas sociais que caracterizam o grupo LGBTQ+ enquanto comunidade engajada em uma satisfação de necessidades mútuas, estão em constante movimento.

Figura 8 - Cartaz de divulgação de debate sobre relações de trabalho das pessoas LGBT+



Fonte: Instituto Boa Vista

A figura 6 traz um cartaz de divulgação de um evento realizado para discutir e refletir acerca das relações de trabalho que as pessoas LGBT+ enfrentam todos os dias. Takimoto (2012) destaca que as comunidades de prática são formadas por indivíduos que se envolvem em um processo de aprendizado coletivo, portanto no domínio de uma atividade humana compartilhada pela comunidade, tal como um grupo que organiza uma reunião com fins reflexivos acerca da realidade vivenciada por seus membros e ir, assim, ajudando umas as outras a resolver problemas, discutindo suas situações, aspirações e necessidades, tal como no modelo de comunidade de prática desenvolvido por Wenger, McDermott e Snyder (2002). Essas reuniões realizam uma espécie de manutenção da dedicação de seus membros ao grupo do qual pertence. Assim, a própria comunidade LGBT+ cria uma estrutura social de aprendizagem; encoraja interações e relações embasadas no respeito e na confiança de forma mútua.

Ações como as citadas acima caracterizam o domínio da comunidade. Wenger, McDermott e Snyder (2002) colocam que o domínio une as pessoas, servindo como fonte definidora da identidade da comunidade, fazendo com que os membros participem, contribuam, deem sentido às suas respectivas ações etc. Os autores afirmam que sem um compromisso com o domínio, uma comunidade é apenas um grupo de pessoas, como, por exemplo, um grupo de amigos que se encontram por acaso. O compartilhamento desse domínio cria um sentido de responsabilidade em relação a um campo de conhecimento e, dessa forma, ao desenvolvimento de uma prática (cf. WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002).

As ações de uma comunidade também são linguísticas, haja vista que, como defendido por Austin (1990), dizer é fazer. Eckert e McConnell-Ginet (2010) colocam que os membros de uma comunidade desenvolvem padrões linguísticos na medida em que se engajam em atividades. Sendo uma comunidade de prática, o grupo LGBTQ+ também desenvolveu seu padrão linguístico próprio, a exemplo do pajubá, nome dado às palavras e expressões próprias da comunidade, e do fenômeno aqui investigado. Essas formas linguísticas não são simplesmente funções da sua filiação ou participação nesse grupo social, ou uma reivindicação simbólica de pertencimento à comunidade, mas sim uma articulação complexa das formas de participação do ser na comunidade (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010).

Na figura 9, temos uma situação que pode servir como exemplo do engajamento dessa comunidade para o reconhecimento de suas características linguísticas próprias, como forma de resistência ao sistema excludente e dominante da atual sociedade.

Figura 9 - Defesa do emprego da variante emergente



Fonte: Siqueira (2020)

O texto presente na figura acima traz uma troca de mensagens entre dois indivíduos. Um, identificado como Pedro HMC, é assumidamente membro da comunidade LGBTQ+. Essa troca de mensagens também aconteceu após a Natura anunciar parceria com o homem trans Thammy Miranda para a campanha do dia dos pais de 2020. Enquanto membros da comunidade LGBTQ+ celebraram a conquista alcançada, uma vez que o reconhecimento de Thammy enquanto ser do gênero masculino também é fruto das intensas lutas travadas entre a

comunidade e o sistema opressor, alguns membros de outro grupo, a saber: o não LGBTQ+, desferiram uma série de ataques preconceituosos. Diante disso, membros da comunidade LGBTQ+ saíram em defesa da escolha de Thammy como representante da figura paterna e, mais do que isso, “travaram uma verdadeira batalha virtual para que respeitassem seu gênero e seu tratamento: ele, dele e o Thammy” (cf. SIQUEIRA, 2020, s/p).

Figura 10 - A exposição do significado social da variante emergente para o indivíduo LGBTQ+



Fonte: Twitter (2020)

Para alguns, a exemplo de Siqueira (2020), a mensagem enviada pelo representante LGBTQ+ a então deputada do estado de São Paulo, Janaína Paschoal, contém um problema de entendimento gramatical, uma vez que ele teria entendido que o “a” utilizado por Janaína era um artigo e não uma preposição. Na verdade, o respondente não comete tal confusão ao sugerir o uso do artigo masculino “o” diante do nome Thammy. Em sua resposta, não houve o apagamento da preposição “a”, o que teria acontecido caso ele tivesse sugerido a troca de um artigo por outro; pelo contrário, em “ao Thammy”, houve a junção da preposição “a” com o artigo “o”. O que Pedro HMC faz, de forma consciente ou não, é sugerir o uso do artigo masculino diante do antropônimo feminino, ou seja, ele defende o respeito e o uso da utilização de uma forma linguística própria do seu grupo.

O posicionamento do representante LGBTQ+, Pedro HMC, marca como os participantes dessa comunidade estão empenhados em defender a marca linguística que emerge em seu grupo social, como forma de representatividade do ser nessa comunidade. Percebemos que o pedido do usuário solicitava que a autora da mensagem utilizasse o artigo masculino diante do nome

feminino Thammy (solidariedade AO Thammy) e não, simplesmente a preposição “a”, o que poderia suprimir as questões identitárias de Thammy enquanto homem trans. Para o respondente, apesar de a língua portuguesa permitir a ausência de artigo diante de nomes próprios de pessoas, como já vimos neste trabalho, no caso mencionado, a sua presença era algo de suma importância.

A prática da utilização em massa de uma forma linguística por parte de membros de um grupo é uma forma de essa comunidade lutar por visibilidade, de satisfazer sua necessidade (cf. TAJFEL, 1983; NASCIMENTO; PEREIRA, 2018). As formas usadas pelos participantes, então, são espécies de armas usadas pelos usuários para demarcar seu espaço, sua identidade cultural e de gênero, seu perfil de comunidade de grupo social separado. Assim, não estamos em frente a uma simples forma linguística, mas de algo que representa um movimento que possui lutas, causas e práticas sociais específicas.

Por mais que a noção de comunidade deixe a entender certa homogeneidade, Wenger, McDermott e Snyder (2002) afirmam que ela não se caracteriza dessa forma. Calvo (2017) menciona que com o passar do tempo, as interações dos indivíduos envolvidos na comunidade são uma fonte tanto de pontos em comum quanto de pontos divergentes, sendo que esta última contribui para uma aprendizagem mais rica, para relações mais interessantes e maior criatividade. Comunidades fortes resistem às divergências, e os membros podem usá-las como uma maneira de aprofundar suas relações e aprendizagens (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002).

Dessarte, os aspectos centrais que permitem classificar os grupos em comunidades de práticas podem ser vistos sem muito esforço nas ações sociais do grupo formado por pessoas LGBTQ+, o que acaba classificando-o como tal. Esse grupo apresenta contexto social e histórico que auxilia no engajamento dos membros da comunidade. Nesta tese, estamos observando as percepções de indivíduos acerca de um fenômeno típico da prática linguística desse grupo, na comunidade de prática LGBTQ+ recifense e embasado no pensamento de Labov (2008 [1972]) de que nenhuma mudança acontece num vácuo social, dedicamos a próxima seção para a exposição do contexto sócio-histórico em que essa comunidade está inserida.

3.2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE LGBT+ DO RECIFE

O Nordeste brasileiro sempre foi mencionado como sendo um símbolo de masculinidade, um “lugar de cabra macho”. Entre seus filhos ilustres estão homens reconhecidos por suas histórias de valentia, por superar as dificuldades, por trabalharem arduamente enfrentando tudo e todos. Andrade (2008) coloca que os estudos realizados acerca do homem nordestino na cinematografia nacional, por exemplo, afirmam que ele muitas vezes é representado como um macho viril e rude. Gama (2016), por seu turno, salienta que a mídia é uma das grandes responsáveis por propagar esse perfil masculino do homem nordestino. A autora ainda enfatiza que outras imagens contribuíram para a formação desses contornos do homem do nordeste, a exemplo do vaqueiro e das características sociais ligadas ao coronelismo, ao cangaço e às formas arcaicas de relações sociais e econômicas.

O estereótipo da masculinidade do homem nordestino acaba se espalhando em todo seu território. Em Recife, lugar de batalhas históricas, essa imagem não pareceu ser construída de forma diferente. A visão idealizada do nordestino e, conseqüentemente, pernambucano, acaba por ocasionar muitos entraves entre os que pregam a necessidade da existência do masculino tal como é/foi desenhado por uma sociedade heterocisnormativa³ e aqueles que não se sentem representados por esse perfil, como veremos a seguir.

3.2.1 Índice de violência contra a pessoa LGBT+ na capital pernambucana

Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2011, o estado de Pernambuco ocupou o primeiro lugar na lista por assassinatos por homofobia no Brasil, com 18 casos, sendo seguido por Bahia, Paraíba e São Paulo com 17 casos cada um. O site jornalístico Brasil de Fato – Pernambuco, desenvolveu uma matéria em que foi divulgado o levantamento do 13º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁴. Segundo a matéria, o documento afirma que o número geral de homicídios em Pernambuco caiu 23% no ano de 2018, em comparação aos dados de 2017,

³ Uma sociedade que privilegia (impõe) padrões pré-estabelecidos de gênero em consonância com o sexo biológico do indivíduo; assim como a relação heterossexual entre os seres.

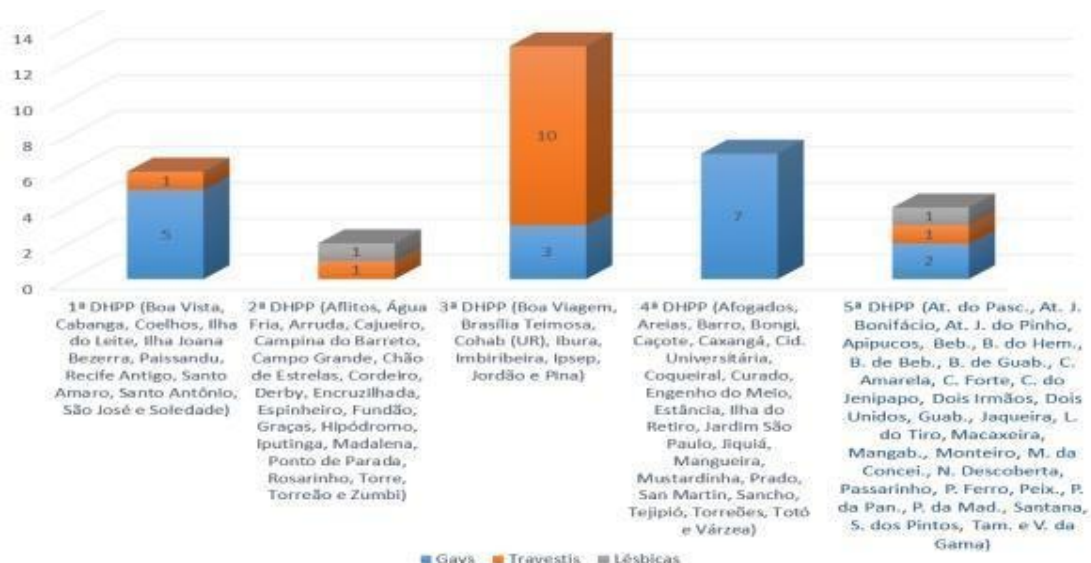
⁴ Segundo o site, este é considerado o primeiro levantamento nacional de dados oficiais de segurança pública sobre violência LGBTfóbica. Os dados apresentados foram conseguidos através de Secretarias de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Polícias Cíveis e Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP). Coloque esta nota 4 no corpo do texto. Essa informação complementa diretamente a que está lá.

sendo apontada como a segunda maior redução do Brasil. Todavia, nesse mesmo período, os registros de casos de violência contra população LGBT cresceram.

No documento, são contabilizados três tipos de crimes, a saber: lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro. Entre as 27 unidades federativas, Pernambuco é a que aparece com maior número de registros de crimes contra LGBTs no ano de 2018, sendo um total de 326 – 132 casos a mais do que o segundo colocado no ranking, a Bahia. Os registros de lesão corporal dolosa em Pernambuco aumentaram 12,2% de 2017 para 2018, subindo de 246 para 276 casos. O site afirma que foram considerados os crimes de lesão corporal, lesão corporal de trânsito e lesão corporal por violência doméstica/familiar. Por outro lado, os números de homicídio doloso e estupro caíram 15% e 42,1%, respectivamente. Em 2017, foram 20 homicídios dolosos e 57 estupros, descendo para 17 e 33 em 2018.

Segundo o referido site, de acordo com o relatório do 13º anuário, há uma invisibilidade da violência contra população LGBT no Brasil. Das 27 unidades federativas, 11 não responderam ao pedido com informações para o mapeamento da violência LGBT, saber: Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima. O site ainda informa que tal invisibilidade também é evidenciada pelo fato de apenas 10 estados apresentarem os dados referentes aos homicídios dolosos contra população a LGBT em seus territórios. De acordo com o documento, para que o Brasil consiga reverter esse quadro de violência, é necessário visibilizar esse grupo social nos dados de segurança pública.

Na capital, Recife, em levantamento realizado, o Movimento Leão do Norte verificou que, de 2002 a 3 de maio de 2010, foram reportados pela mídia estadual 118 homicídios de LGBT+ na capital pernambucana. Desse quantitativo, 32 foram reportados pela mídia no lapso temporal de 2006 a 2009, sendo 2 vítimas lésbicas, 13 travestis e 17 gays. O autor ainda verificou os locais onde esses crimes foram consumados. Os resultados podem ser vistos na figura que segue:

Figura 11 - Casos noticiados por delegacias (2006 – 2009)

Fonte: Lemos (2017, p. 56)

Sobre os resultados, Lemos (2017) afirma que fica evidente, então, uma quantidade sensivelmente maior de casos noticiados ligados à 3ª DHPP, mesmo esta sendo a delegacia que tem menos bairros em sua área de atuação. O autor afirma não se surpreender com os resultados, uma vez que é sabido que o bairro de Boa Viagem abriga um corredor de prostituição consubstanciado na Avenida Conselheiro Aguiar e na Avenida Domingos Ferreira, ambas paralelas entre si e, também, paralelas à Avenida Boa Viagem, que fica na beira-mar. As avenidas citadas pelo autor são importantes rotas tanto para quem vem da zona norte e do centro para a zona sul, quanto o contrário. Assim como as duas avenidas mencionadas, a Avenida Mascarenhas de Moraes, importante rota que liga o centro à zona sul da cidade, localizada no bairro da Imbiribeira, concentra outro corredor de prostituição. Lemos (2017), então, faz uma associação entre o número de mortes de LGBT+ nas áreas mencionadas e a prostituição nos locais, chegando a levantar a possibilidade de as pessoas travestis assassinadas nos locais mencionados trabalhavam com prostituição no entorno das avenidas citadas⁵.

Não foi, portanto, surpreendente para mim que a maior quantidade de casos tivesse se dado nessa região (bairro de Boa Viagem e adjacentes, como Imbiribeira, Pina e Ipsep), tampouco surpreendeu-me que nessa área tenha ocorrido o maior número de assassinatos de travestis. Surge de pronto para nós, desta feita, a possibilidade de uma conexão entre o

⁵ É de grande importância mencionarmos que, no trabalho do autor, não encontramos a menção sobre se o material analisado tinha a informação sobre se essa parcela da comunidade, morta nas localidades mencionadas, trabalhavam, de fato, com prostituição.

homicídio das travestis e a prostituição (LEMOS, 2017, p. 57).

A partir do gráfico, podemos perceber que o DP que mais recebeu casos de mortes de gays no município foi o 4º DHPP, com 7 casos, seguido do 1º DHPP, com 5 casos no período mencionado. Estes departamentos cobrem bairros localizados mais próximos à região central da cidade, local de maior movimento dessa população. Já os dois casos de crimes contra lésbicas aconteceram em áreas um pouco mais distantes. Sobre os 32 casos reportados pela mídia entre 2006 e 2009, vale salientarmos que, segundo Lemos (2017), apenas 8 já se converteram em processos criminais. Desses 8 processos, 7 transitaram em julgado, sendo apenas 2 os processos que findaram na condenação dos acusados.

O autor ainda traz um gráfico mostrando a atuação do Sistema Jurídico Criminal (SJC) acerca dos casos mencionados. Todavia, Lemos (2017) pontua que através do SJC conseguiu informações acerca de 22 dos 32 casos mencionados.

Figura 12 - Atuação do SJC nos casos pesquisados por Lemos (2017)



Fonte: Lemos (2017, p. 58)

Lemos (2017) esclarece que nos 4 processos criminais com trânsito em julgado e que foram arquivados, retratados na 3ª coluna, os motivos para o arquivamento foram de três tipos: o primeiro é referente à ausência de autoria – situação que ocorreu em dois casos nos quais se chegou à conclusão de que não era possível individualizar o responsável pelo homicídio em questão –; o segundo, referente à morte do agente – o suspeito de cometer o crime e que estava sendo processado faleceu, na verdade foi ela também vítima de um homicídio; e terceiro tipo foi por motivos da maioridade do agente – Lemos (2017) coloca que o suposto assassino estava

sendo processado por ato infracional, o processo corria na 4ª Vara da Infância e Juventude e dava conta de um fato definido como crime de homicídio e que tinha sido praticado pelo menor aos 17 anos e 11 meses, contudo, tendo o agente atingido idade superior a 21 anos, tornou-se inaplicável o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo impossível responsabilização por ato infracional, daí porque o processo restou arquivado.

Outro levantamento foi realizado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, por meio do Ofício nº 1098/2016 – GAB/SDS. Segundo o levantamento, os crimes⁶ com motivação homofóbica, entre os anos de 2014 a 2016, na cidade do Recife, totalizam 56 fatos – destes 22 cometidos em 2014, 18 em 2015 e 16 em 2016 (cf. LEMOS, 2017, p. 270). Esses últimos dados fazem parte do banco de dados do sistema INFOPOL e contabilizam apenas os crimes registrados em boletins, não acolhendo os crimes que não foram registrados formalmente em delegacias.

Durante o período de escrita desta tese, alguns casos de violência contra pessoas LGBT+ em Recife e região metropolitana (RMR) vieram à tona. Podemos citar quatro casos que foram noticiados na mídia. O primeiro caso ocorreu em janeiro de 2020, na RMR, mais especificamente na cidade de Moreno, localizada a cerca de 31km da capital pernambucana. Nesse caso, um jovem gay de 24 anos foi encontrado decapitado e com sua genitália mutilada. Outro caso que ganhou notoriedade foi o da mulher trans, de 32 anos e em situação de rua, que teve 40% de seu corpo queimado por um adolescente na região central de Recife, em junho de 2021. Devido aos ferimentos, a vítima teve que ser submetida a duas cirurgias de amputação de membros, perdendo o seu braço esquerdo e metade do direito, indo a óbito dias dias depois. No mesmo mês, mais dois casos de crimes motivados por transfobia foram noticiados. No dia 18, uma mulher trans de 26 anos foi encontrada sem vida em sua casa, no bairro do Ipsep, localizado na região Sul da cidade. Segundo declaração da polícia militar, o companheiro da vítima é o principal suspeito de ter cometido o crime. Ainda em julho do referido ano, outro caso foi notificado. Desta vez, a vítima foi a cabeleireira de 37 anos, morta a tiros no bairro da Várzea, Zona Oeste da capital pernambucana.

De acordo com o G1 PE, segundo a Secretaria de Defesa Social (SDS), até maio de

⁶ Ameaça (em 2014, 2015 e 2016, foram 5, 1 e 5 ocorrências respectivamente); Difamação (em 2014, 2015 e 2016, foram 1, 1 e 0 ocorrências respectivamente); Injúria (em 2014, 2015 e 2016, foram 7, 3 e 7 ocorrências respectivamente); Lesão corporal (em 2014, 2015 e 2016, foram 7, 3 e 2 ocorrências respectivamente); Outras ocorrências conta pessoa (em 2014, 2015 e 2016, foram 1, 5 e 0 ocorrências respectivamente); Outras ocorrências ilícitas penais (em 2014, 2015 e 2016, foram 0, 3 e 3 ocorrências respectivamente); Racismo/preconceito/discriminação (em 2014, 2015 e 2016, foram 0, 1 e 0 ocorrências respectivamente); Tortura (em 2014, 2015 e 2016, foram 0, 0 e 1 ocorrências respectivamente); Vias de fato (em 2014, 2015 e 2016, foram 1, 1 e 1 ocorrências respectivamente).

2021, 13 LGBTQIA+ foram vítimas de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) em Pernambuco. Esse número representa 0,9% dos 1.429 casos registrados em todo o estado no período. Em 2020, o total de crimes violentos contra a população LGBT+ no estado foi de 47. Esse número corresponde a 1,3% do total de 3.758 crimes contra a vida notificados em 2020. Além disso, foram registradas 1.106 ocorrências de violência (crimes de lesão corporal, maus-tratos, estupro, difamação, calúnia, racismo e injúria racial) contra pessoas LGBT+.

Tendo em mente o problema social que é esconder os dados da criminalidade contra a pessoa LGBT+ traz para a sociedade, a Câmara Municipal do Recife aprovou, em sessão remota no dia 6 de julho de 2020, o projeto de lei 150/2017 de autoria da vereadora Aline Mariano (PP). Esse projeto obriga o registro e a divulgação semestral dos índices de violência contra a população LGBT.

Diante da realidade exposta nos parágrafos anteriores, e após muita luta da camada LGBT+ da população do Recife, os governantes da cidade parecem ir ao encontro de uma forma para minimizar o preconceito existente na sociedade recifense. Na subseção seguinte, mostraremos quais as atitudes que os governantes locais estão tomando com relação aos direitos sociais dessa comunidade.

3.2.2 Contexto sócio-cultural da comunidade

Entre as medidas tomadas para garantir a integridade física e moral da população LGBT+ recifense, está a lei municipal 16.780⁷ que criminaliza a homofobia em seu território. Segundo a referida lei, toda forma de discriminação é abominável e constitui crime contra a pessoa e aos direitos humanos como um todo. Na cidade, a discriminação com base na prática e comportamento sexual do indivíduo é crime e deve ser tratado e punido como tal, na forma da lei supracitada. Além da implantação dessa lei, a prefeitura do Recife lançou uma plataforma digital⁷ para receber denúncias de LGBTfobia, baseada nas determinações das leis municipais 16.780/2002 e 17.025/2004.

Segundo Lemos (2017), o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP)⁹ possui a Divisão de Apoio a Testemunhas e Vítimas de Intolerância (DIVATVIN), criada por intermédio da Portaria nº 144, de 09/10/2013. Ainda segundo o autor, embasado em notícia veiculada pelo Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOEPE), a divisão foi implantada

⁷ http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei_no_16.7802002.pdf

para atender de forma mais humanizada às vítimas de intolerância, entre elas, as de homofobia. Vale salientarmos que o estado ainda conta com a Lei Estadual nº 12.876, de 15/09/2005⁸ e a Portaria nº 4.818 de 25/11/2013, que exigem que os crimes por motivações homofóbicas sejam especificados no registro da ocorrência. A cidade ainda conta com Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT⁹ – um programa da Prefeitura da Cidade do Recife, constituindo-se como um braço da Gerência de Livre Orientação Sexual, que realiza atendimento jurídico, psicológico e social às pessoas vítimas desse tipo de preconceito (cf. LEMOS, 2017) – e o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), que atua na garantia dos direitos e do respeito à livre orientação afetivo/sexual e identidades de gênero em Pernambuco. Este último ainda trabalha na realização de atividades, como oficinas, palestras, seminários em espaços sociais como escolas, ambientes de trabalho e no âmbito familiar em todo o estado, entre outras ações municipais e estaduais para a redução de crimes motivados pela orientação afetivo-sexual do indivíduo.

Como mencionamos na primeira seção deste capítulo, a cidade conta, desde 2018, com representantes da comunidade LGBT+ na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Coletivo Juntas. Desde a eleição do coletivo, a população LGBT+ da cidade tem ganhado alguns direitos que antes não se viam no município, como a instituição do uso do nome social em instituições públicas e privadas em todo território estadual, a sansão e instituições do dia estadual da visibilidade trans e do dia estadual da visibilidade bissexual.

Apesar de o Recife, assim como as demais cidades brasileiras, ainda estar longe de ser uma cidade cem por cento segura, a comunidade LGBT+ da capital vem ganhando cada vez mais espaço.

A cidade conta hoje com diversos estabelecimentos voltados para esse grupo social, tais como: boates, bares, lojas, centros, eventos. Um dos locais mais frequentados pelo público LGBT+ é o bairro da Boa Vista e adjacências. Este bairro, localizado na área central do Recife, é conhecido por abrigar a maioria dos estabelecimentos voltados para a comunidade e seus simpatizantes; é um verdadeiro reduto LGBT+ frequentado por indivíduos dos mais diversos perfis sociais. Na principal avenida do bairro, a Av. Manoel Borba, e em seus arredores, podemos encontrar uma diversidade de cores, estilos e lazeres promovidos para abraçar esse público.

⁸ <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeGEji4XsS9tehIUiTP02UQ3keFLIMSxXGkgFq6tIVYEXca4Q/viewform>

⁹ Localizado na Avenida Dr. João Lacerda, nº 395, Cordeiro, Recife.

Figura 13 - A noite LGBTQ+ na Av. Manoel Borba, Boa Vista, Recife - PE



Fonte: Reprodução/Place Bar

Nesse bairro, estão localizadas sedes de instituições voltadas para as questões de apoio social tanto para o público em geral, quanto para o público LGBTQ+, a exemplo do Instituto Boa Vista, uma ONG que atua na defesa dos Direitos Humanos e nas questões Socioambientais, e Clínica do Homem, que faz parte da ONG *Aids Healthcare Foundation* (AHF), sendo referência no Recife para tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Mas não é só o bairro da Boa Vista que figura como um reduto LGBTQ+. Outro bairro bastante frequentado por esse grupo de sujeitos é o Bairro do Recife, também conhecido como Recife Antigo, localizado na região histórica da cidade. O bairro é um verdadeiro reduto cultural. Dificilmente, as pessoas conseguem caminhar por suas ruas sem esbarrar em algum tipo de manifestação cultural. O ambiente criativo, acolhedor e resistente da cidade acaba atraindo a comunidade LGBTQ+.

Figura 14 - Manifestação no Recife Antigo para celebrar o dia internacional do orgulho LGBTQ+



Fonte: Pedro Alves/G1

A cidade conta com diversos eventos festivos voltados para esse público. Tais eventos acontecem em diversas partes da cidade, saindo das limitações do bairro da Boa Vista e mostrando que a comunidade LGBT+ no Recife está, cada vez mais, ocupando os espaços sociais, não se limitando aos bairros da região central da cidade, como era comum em tempos passados. Em 2019, a população recifense viu passar, pela famosa orla de Boa Viagem, a 18ª parada da diversidade de Pernambuco, que foi criada no bairro Boa Vista, no ano de 2002, com o objetivo de provocar a discussão sobre os direitos e dar visibilidade à comunidade LGBT+. Devido às reformas que estavam sendo realizadas em uma das principais avenidas da cidade, a Av. Conde da Boa Vista, na Boa Vista, a parada passou a ser realizada no bairro de Boa Viagem, na avenida de mesmo nome, onde permanece até então. Atrelado à crescente conquista de espaço, a cena *Drag* na cidade está seguindo em uma onda crescente, espalhando essa arte para as mais diversas partes municipais e levando, cada vez mais, o público LGBT+ para outras áreas da cidade.

Contudo, a comunidade LGBT+ recifense, assim como as que estão presentes em diversas partes do país, apesar de ainda sofrer com as limitações que a sociedade impõe, vem conquistando cada vez mais espaço em um ambiente em que a idealização do ser masculino ainda é muito forte. É em meio a esse ambiente sócio-histórico que o nosso fenômeno de estudo está circulando.

3.3 O GRUPO LGBT+ ELEITO PARA ESTE TRABALHO

Atualmente, muitos trabalhos científicos com foco nas questões da linguagem estão elegendo essa comunidade como *locus* de pesquisa na tentativa de, cada vez mais, ter conhecimento acerca das práticas linguísticas desse grupo e, consequentemente, sobre os fenômenos da língua portuguesa. A maioria desses trabalhos centram particular interesse na realização de um mapeamento dialetal, buscando realizar um levantamento de palavras e expressões típicas da comunidade, como aquelas presentes no “pajubá”, nome dado à linguagem empregada pelos membros desse grupo social (cf. LAU, 2015; MOURA, 2018). Mas também há aqueles que buscam verificar marcas na fala dos indivíduos capazes de identificá-los como membros de tal comunidade (cf. MENDES, 2012b). E ainda tem aqueles que, embasados nas recentes discussões advindas dos questionamentos acerca do sentimento de identificação do sujeito com o sistema binário de gênero expresso na sociedade, buscam

discutir sobre a necessidade da implantação de uma forma de neutralizar essa marca categorizadora (cf. SCHWIDT, 2020; COVAS; BERGAMINI, 2021), abraçando aqueles que não se sentem representados pela dicotomia feminino/masculino. Apesar dessa crescente eleição da comunidade LGBTQ+ como campo de pesquisa, muitos fenômenos presentes na fala de seus participantes ainda precisam ser investigados, a exemplo da variante que tratamos aqui.

Neste trabalho buscamos controlar e refletir sobre o fenômeno morfossintático descrito no capítulo anterior, elegendo um segmento específico da comunidade LGBTQ+ como detentor de sujeitos em potência para as pesquisas. Para que o fenômeno aqui estudado encontrasse seu espaço nas práticas do grupo LGBTQ+, foi necessária uma inserção de questionamentos no domínio da comunidade. E a realização de uma série de reflexões voltadas para as questões sociais dos seres, como as reflexões referentes à discussão do gênero social do indivíduo e suas representatividades dentro da norma linguística, foram imprescindíveis.

Mas nem todos os membros do grupo possuem conhecimentos suficientes e meios de iniciar um processo de reflexões causador de alterações nas normas linguísticas. Por esse motivo, o segmento da comunidade LGBTQ+ recrutado para este estudo é aquele com nível superior de escolarização e, mais que isso, com acesso às redes e a discussões reflexivas acerca dos papéis sociais dos sujeitos. Apesar de todos os membros da comunidade serem capazes de participar das práticas que envolvem o grupo, os LGBTQ+ com nível superior de ensino, em sua maioria, são aqueles que têm o poder de formar regras linguísticas e difundi-las entre seus pares, uma vez que estão inseridos em um contexto sociopolítico que contribui para discussões acerca das necessidades sociais do grupo, tal como a identidade, representatividade e visibilidade em busca de seus direitos políticos.

Os indivíduos universitários são, então, pensadores estimulados e capazes de implementar e difundir uma nova regra que busque satisfazer as necessidades mútuas do grupo a que pertence. São estudiosos, pesquisadores, formadores de opinião com acesso a locais de discussões de visibilidade científica, capazes de iniciar um movimento na busca por uma mudança em algo tão político quanto a língua.

O debate envolvendo esse segmento da comunidade LGBTQ+ sobre a “inclusão de grupos pertencentes a gêneros em alguma medida marginalizados na esfera social atingiu de cheio a linguagem, em diferentes países, de modo especial na última década.” (SCHWIDT, 2020, p. 1). No português falado no Brasil, esse debate trouxe propostas para retirar da língua portuguesa um certo caráter sexista (cf. MÄDER, 2015), como o emprego de formas femininas e masculinas, em vez do uso genérico do masculino em situações em que há a presença de homens e mulheres; a inclusão de novas marcas no final de substantivos e adjetivos, como x e

@; a ampliação da função de marcas linguísticas já existentes, como *e*; alterações na base ou raiz de pronomes e artigos (cf. SCHWIDT, 2020). Esses são alguns exemplos de como esse grupo tem capacidade de dinamizar a regra linguística e de se posicionarem como uma espécie de líderes de mudanças sociais.

Como foi dito, a tentativa desse grupo é a de fazer com que classes gramaticais reveladoras de gênero recebam outra configuração, para que todas as expressões de gênero se sintam incluídas na língua. A princípio, a utilização dos caracteres @ e x, no final de nomes, determinantes e adjetivos, foi a estratégia utilizada para essa inclusão. Assim, sentença como “os alunos dedicados passarão”, seriam modificadas: “@s alun@s dedicad@s passarão” ou “Xs alunxs dedicadxs passarão”. Todavia, essa estratégia possui algumas lacunas que dificultam a sua implementação. Dentre as quais, está o fato de ela só receberia abrigo na modalidade escrita da língua, uma vez que não encontram correspondência conhecida no sistema fonológico do português para esses caracteres (SCHWIDT, 2020). Diante de tal dificuldade, a comunidade universitária mostrou mais uma vez o seu engajamento e buscou outra forma para essa inclusão, utilizando a marca linguística “e” como em “menine”, “alune”.

O caso mencionado acima é dinamizado por indivíduos que possuem o mesmo perfil dos participantes desta tese de doutoramento. A discussão sobre fenômenos como o uso de artigo definido feminino diante de antropônimos masculinos emergem nos arredores de pessoas escolarizadas, com um conhecimento de gramática necessário para desconstruir a regra imposta pela idealização gramatical da sociedade e, mas que isso, com acesso a meios de divulgação de longo alcance de público. Por todos esses motivos, elegemos indivíduos universitários como participantes desta pesquisa.

Em suma, neste trabalho, buscaremos observar as avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da variante emergente apresentada na discussão do segundo capítulo desta tese. Para tanto, elaboramos um instrumento de coleta com base em pesquisas já realizadas na área da sociolinguística. Tais trabalhos serão expostos no próximo capítulo, a fim de trazermos à luz a nossa proposta de estudo.

4 A PROPOSTA DE ESTUDO

Dado o fenômeno que será controlado neste trabalho e dada a comunidade que dinamiza as regras linguísticas acerca do fenômeno, tornando-o parte de suas práticas sociais, interessamos aqui tratar do problema da avaliação. Weinreich, Labov & Herzog (2006 [1968]) postularam cinco problemas empíricos relacionados ao processo de mudança; são eles: o problema dos fatores condicionantes, o problema do encaixamento, o problema da transição, o problema da avaliação e o problema da implementação. Neste trabalho, focaremos no da avaliação. Ele diz respeito a como as mudanças observadas podem ser avaliadas. Essa questão está relacionada ao “nível da consciência social [e] é uma propriedade importante da mudança linguística que tem que ser determinada diretamente” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968, p. 124). Labov (2008 [1972]) defende que tal consciência está muito além de uma simples imitação, por parte dos sujeitos, do comportamento de indivíduos que pertencem a grupos tomados como superiores, tal como o pensamento bloomfieldiano, ou de um empréstimo (cf. TARDE, 1913) – grupos de menor prestígio social pegam emprestado a forma linguística daquele com maior prestígio.

O nível de consciência sobre os valores sociais dados a uma variante nem sempre são homogêneos. Ou seja, o valor social de determinada variante não é compartilhado da mesma forma por todos os sujeitos. O significado que cada indivíduo atribui a tal variante pode sofrer interferência de um conjunto de fatores, como ideologia, crenças, sentimento de pertencimento grupal. A partir do grau de consciência, Labov (2008 [1972]) coloca três categorias de análise, a saber: indicadores – possuem traços linguísticos socialmente estratificados, mas não possuem muita força avaliativa; marcadores – exibem estratificação estilística e social; embora esteja abaixo do nível da consciência, produzem avaliações regulares em testes de reações subjetivas; e estereótipos – são formas socialmente marcadas, rotuladas de forma enfática e consciente pela sociedade. Sobre este último, Labov (2008 [1972], p. 361) aduz que “alguns traços estereotipados são muito estigmatizados, mas notavelmente resistentes e duradouros (...). Outros têm prestígio variável, positivo para algumas pessoas e negativo para outras.”.

Para tratar da avaliação de um fenômeno emergente e, por isso, ainda pouco frequente, iremos seguir modelos como os descritos neste capítulo.

Os trabalhos que serão evocados aqui foram selecionados por serem estudos de grandes ganhos metodológicos que contribuíram para esta pesquisa, são eles: Labov (1963 [2008]) e Cardoso (1989 [2015]). O primeiro, um trabalho pioneiro na área, embora seja um trabalho de

produção linguística, ele mensura o efeito do senso de pertencimento de seus participantes, mostrando que essa é uma variável importante para a dimensão da mudança linguística. Sendo assim, um trabalho científico de suma importância para nos auxiliar na observação desse sentimento dentro e fora do grupo descrito no capítulo anterior. O segundo, um trabalho inovador nos estudos de percepção feitos no país e que oferece um rico instrumento de coleta de dados de atitudes, além de uma análise minuciosa dos dados coletados. Vejamos a seguir esses trabalhos.

4.1 LABOV (2008 [1972])

Em *A motivação social de uma mudança sonora*, publicado originalmente em 1963, Labov observa uma mudança sonora no primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/, na comunidade da Ilha de Martha's Vineyard, localizada no estado estadunidense de Massachusett. Segundo o autor, ao estudar a frequência e distribuição das variantes fonéticas de /ay/ e /aw/ nas diversas regiões, faixa etária, grupos profissionais e éticos presentes na ilha, é possível começar um processo de reconstrução da história recente dessa mudança sonora.

De início, o autor salienta que a mudança linguística parece estar relacionada a três problemas distintos, a saber: I. a origem da variação linguística; II. a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e III. a regularidade da mudança linguística. Por meio do reconhecimento desses fatores, Labov (2008 [1972], p. 20) evoca teóricos como Martinet (1955) e assume “a contribuição de forças internas, estruturais, para a efetiva difusão da mudança linguística (...)”. Dessa forma, o autor salienta que nem toda mudança é altamente estruturada, e nenhuma mudança se realiza em um vácuo social. Partindo desse posicionamento, o ponto de vista desse importante estudo laboviano é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem considerar as questões sociais que permeiam a comunidade em que a mudança ocorre. Isso, pois, nas palavras do autor, “as pressões sociais estão ocupando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.” (LABOV, 2008 [1972], p. 21). Devido a esse pensamento, o sociolinguista realiza, assim como fizemos neste trabalho, uma descrição minuciosa sobre o contexto sócio-histórico da ilha, que serão evocadas no decorrer de seu texto, como forma de trazer explicações extralinguísticas para os resultados obtidos.

Segundo o autor, a ilha é dividida em duas partes por uma distinção informal, mas universalmente usada, entre ilha alta (*up-island*), parte estritamente rural, com poucos vilarejos,

fazendas, casas de veraneio isoladas, lagoas de água salgada, e uma grande área central desabitada; e ilha baixa (*down-island*), região dos vilarejos, onde vivem quase três quartos da população permanente no tempo de realização da pesquisa. A economia da ilha foi considerada, pelo censo de 1960, como a mais baixa de todo o estado de Massachusetts. Segundo a descrição feita da economia do local, a ilha possui o mais alto índice de desemprego (8,3%, contra 4, 2% de todo o estado), e tem o mais alto índice de emprego temporário. No passado, destaca o autor, a indústria baleeira comandava a economia vineyardense, mas, com o passar do tempo, a fartura de peixes já não era mais a mesma no período da pesquisa, fazendo com que a pesca em larga escala fosse transferida para outra localidade (New Bedford). A agricultura e a pecuária também já não tinham mais fôlego para sustentar a economia local, devido aos altos preços do transporte. Diante dessa realidade, o turismo foi a alternativa encontrada para levantar a economia local, pois, nas palavras de Labov (2008, p. 46), “é preciso, antes de tudo, reconhecer que se trata de um belíssimo lugar, um lugar onde se dá vontade de morar”. O conhecimento acerca dessa realidade econômica encontrada na ilha é algo de suma importância para o entendimento de certos resultados expostos no trabalho do autor.

Ainda durante a descrição da ilha, o autor mostra que diversas etnias podem ser observadas na composição do local. Labov (2008 [1972]) aponta que os nativos se dividem em quatro grupos étnicos essencialmente endógenos. Em sua composição, há descendentes das velhas famílias de origem inglesa (os Mayhews, Nortons, Hancocks, Allens, Tiltons, Vicents, Wests, Pooles); um grande grupo de descendentes de portugueses (imigrantes do Açores, Madeira e do Cabo Verde); remanescentes dos índios Gay Head, que representam os habitantes originais da ilha, e um grupo formado por uma mistura de ingleses, franco-canadenses, irlandeses, alemães e poloneses. Com isso, a ilha nordestina totaliza uma população de 6.000 mil habitantes.

Martha's Vineyard é reconhecida como uma importante área conservadora do inglês americano devido às suas relíquias lexicais, sendo sua história marcada por povoamentos contínuos, e um longo registro de resistência. O autor cita os estudos anteriores realizados na ilha em 1961, esses estudos mostraram a existência de traços especiais no falar de seus habitantes, que, segundo registros anteriores ao trabalho, são específicos entre os falantes da faixa etária mais velha (50-95 anos).

Ao tocar nesse tema, Labov (2008 [1972]) retoma os estudos preliminares desenvolvidos em Vineyard, onde foram observadas diversas mudanças estruturais que eram claramente paralelas às mudanças que ocorriam no sudeste da Nova Inglaterra – nome que se dá, nos EUA, a região Nordeste do país –, dando ênfase a uma questão que poderia ser mais

interessante: as diferenças na altura do primeiro elemento do ditongo /ay/ /aw/. O padrão comum do sudoeste da Inglaterra era /ai/ e /au/, entretanto se ouvia em Martha's Vineyard /ei/ e /eu/, ou até mesmo /əi/ /əu/.

Esses aspectos dos ditongos centralizados são mais salientes para os linguistas, mas não para os falantes, que são claramente imunes à distorção consciente desse fenômeno. Para Labov (2008 [1972]) os traços de centralização estariam associados com o processo de estratificação da ilha, o que subjaz uma complexidade, pois poderia ser um aspecto social específico vineyardense. Vale salientarmos que o linguista possui os registros do LANE (*Linguistic Atlas of New England*) como pano de fundo para sua investigação.

Visando montar um perfil histórico dos ditongos na ilha, o linguista faz uma breve revisão das influências históricas que perpassam os usos dos ditongos centralizados. O primeiro ditongo analisado foi /ay/ que era uma vogal média central no inglês dos séculos XVI e XVII. O autor cita, como um fato histórico, a posse da recém-adquirida propriedade de Martha's em 1642 sendo Thomas Mayhew, o responsável pela pronúncia [əi] em *right*, *pride*, *wine* e *wife*, e assim, a vogal [əi] continuava sendo a forma favorecida nos Estados Unidos durante o século XIX. O segundo ditongo analisado refere-se /aw/, sendo sua história relacionada com o seu abaixamento na Inglaterra, sua posição isolada favoreceu uma variação fonética devido aos usos rurais da nova Inglaterra, sendo que o primeiro elemento variou de [I] a [a], de [e] a [o].

Como falamos, esse trabalho laboviano traz ricos detalhes não apenas da comunidade investigada, mas também da metodologia aplicada no campo de coleta, o que faz com que seu trabalho seja ainda mais importante para os estudos posteriores, a exemplo desta tese. A fim de estudar sistematicamente esse traço, foi necessário que o autor concebesse um modelo de entrevista que fornecesse vários exemplos de (ay) e (aw), considerando: a fala espontânea, a fala emocionalmente carregada, a fala monitorada e o estilo de leitura. A divergência na frequência de produção desses ditongos foi considerada, pois o primeiro tem mais do dobro da frequência do segundo, e, por isso, uma série de estratégias foram lançadas para aumentar a concentração de ocorrências de ambos. As estratégias foram as seguintes: IV. um questionário lexical, usando os marcadores regionais tomados como significativos nos mapas do LANE, suplementado com observações feitas pelo autor, e concentrando-se em palavras que continham (ay) e (aw)¹⁰. As respostas obtidas por intermédio dessas perguntas proporcionaram ao autor

¹⁰ As perguntas seguiam o seguinte modelo: “Quando se fala do *direito* à *vida*, à liberdade e à busca da felicidade, o que significa *direito*? ... Está *escrito*? ... Se um homem tem sucesso em um emprego que ele não *gosta*, você ainda assim diria que é um homem de sucesso?” (“When we speak of the *right* to *life*, liberty and pursuit of happiness, what does *right* mean? ... Is it in *writing*? ... If a man is successful at a job he doesn't *like*, would you still say he was a successful man?”) (tradução: Bagno, Scherre e Cardoso (2008)).

uma coleta significativa das formas dos ditongos, com o uso contrastante das variantes marcadas emocionalmente e não maradas; V. perguntas sobre juízos de valor, explorando a orientação social do informante, formuladas de forma a suscitar respostas contendo os ditongos analisados; e VI. um texto para leitura especial, usado principalmente nas escolas secundárias.

Além das entrevistas formais, Labov (2008 [1972]) realizou uma série de observações em diversas situações espontâneas, a saber: nas ruas de Vineyard Haven e Edgartown, lanchonetes, lojas, bares entre outros lugares onde som geral da conversa do público pudesse ser ouvido e anotado, quando não gravado. As informações básicas foram reunidas no curso de 69 entrevistas, representando pouco mais de 1% da população nativa da ilha. Das 69 falas observadas, 40 são de moradores da ilha alta, e os 29 restantes da ilha baixa, sendo que 70% da população vive na ilha baixa. Esses informantes foram distribuídos pelas seguintes ocupações na ilha: pescadores, agricultores, construtores, pessoas do ramo de serviço, profissionais liberais, donas de casas e estudantes. Esses informantes podem ser agrupados de acordo com os seguintes grupos étnicos da pesquisa: 1) 42 informantes descendentes de ingleses; 2) 16 informantes portugueses; 3) 09 informantes índios. Com tal abordagem de coleta de dados, a pesquisa alcançou um número de 3.500 ocorrências de (ay) e 1.500 ocorrências de (aw).

Para tratar os seus dados adquiridos por meio da metodologia mencionada, o autor não fez uso de nenhum método estatístico disponível naquela época. Dessa forma, a análise laboviana, presente no referido trabalho, limitou-se a apresentar uma contagem de frequência de uso do fenômeno controlado, como veremos mais adiante.

Diante da presente amostragem, Labov observa que a centralização é favorecida por questões internas à língua, tais como: ambiente segmental, questões da prosódia e da estilística. O autor ainda faz uso de uma análise comparativa, utilizando os dados presentes no LANE aos seus dados coletados, observando similaridades no que diz respeito à norma de centralização dos ditongos.

Após a realização de um trabalho descritivo acerca da centralização desses ditongos, Labov (2008 [1972]) lança uma questão inicial: a de explicar a elevação geral da centralização na ilha. Para isso, o autor acredita que pode “encontrar uma explicação específica se estudarmos a configuração detalhada desta mudança sonora em função das forças sociais que afetam mais profundamente a vida da ilha”. (LABOV, 2008[1972], p. 45).

Se o autor optasse por uma explicação puramente psicológica, ou, então, embasada somente em paradigmas fonológicos, equivaleria afirmar que variáveis externas à língua, como renda, profissão, aspiração social, educação e atitudes, estariam descartadas. Todavia, como ele mesmo coloca, as análises mostram algumas correlações sociais notáveis que não podem ser

facilmente ignoradas.

Por meio da elaboração de uma tabela expositiva da tendência geográfica da centralização, Labov (2008 [1972]) mostra que as áreas da ilha alta rural favorecem a centralização mais do que as áreas dos vilarejos da ilha baixa, atingindo o máximo de centralização em Chilmark. Em outro momento, o autor observa a tendência em função dos grupos profissionais, notando que, dentre os grupos, os pescadores exibem o maior índice de centralização dos ditongos. A faixa etária também é observada, sendo o grupo com idade média de 30 a 60 aquele que mais favorece. Apesar do número de casos ser pouco expressivo, Labov (2008 [1972]) toma o grupo de pescadores de Chilmark com idade entre 30 a 60 e realiza um cruzamento, para verificar a interferência desses fatores em seus dados. Segundo o autor, com esse cruzamento foi possível perceber que os cinco informantes com o perfil mencionado têm índices médios de centralização mais elevados que qualquer outro grupo presente na ilha. Nas palavras do autor: “temos agora toda a razão para concluir que grande elevação da centralização na ilha começou na ilha alta, entre os pescadores de Chilmark.” (LABOV, 2008 [1972], p. 50).

Ao dar especial atenção à variável faixa etária, o linguista observa que a centralização atinge seu ápice na faixa de 30 a 45 e que a centralização de (aw) alcançou ou ultrapassou (ay) no referido ponto. Sobre essa questão, o autor relata que essa faixa etária tem estado sob uma forte pressão; os homens cresceram em uma economia em declínio, depois de fazerem uma escolha mais ou menos deliberada de permanecer ou ir embora da ilha. Segundo Labov (2008 [1972]), muitos desses homens estiveram em campo de batalha durante a segunda guerra mundial ou no conflito da Coreia; outros, frequentaram o ensino superior.

É possível aprender muito sobre a centralização estudando as histórias de famílias específicas da ilha. Os dois informantes que mais centralizam os ditongos em sua fala no estudo em Martha's Vineyard são pai e filho. O pai é descrito pelo autor como um homem sério e instruído, interessado pela história da indústria baleeira. O filho, por sua vez, possui nível superior de ensino e tentou a vida no continente, mas voltou à ilha devido ao não interesse em permanecer na cidade grande. Ao regressar, ele ergueu diversas empresas bem sucedidas nas docas de Chilmark. Labov (2008 [1972]) está em constante interação com seu leitor e, em uma dessas interações, ele traz à luz um fato interessante que aconteceu durante um jantar na casa da família mencionada acima. Segundo o autor, durante o jantar, um membro da família (a mãe) diz: “Sabe, o E. nem sempre falou desse jeito... foi depois que ele voltou da faculdade. Acho que ele quer ficar mais parecido com os homens das docas...” (LABOV, 2008 [1972]). O caso mencionado, segundo o autor, mostra um caso nítido de hipercorreção e, com base em outros índices, é possível supor que essa é uma força muito regular de implementação da tendência

fonética que o autor está investigando.

Relacionado a tal fato, Labov (2008 [1972]) constatou que estudantes secundaristas pertencentes às antigas famílias não pretendem permanecer na ilha, e isso reflete no índice de centralização desse grupo. Em uma série de entrevistas realizadas na *Martha's Vineyard Regional High School*, o autor percebeu um nítido contraste entre os alunos que pretendem permanecer e os que planejam deixar a ilha. O que foi percebido é que os que pretendem ficar exibem forte centralização, já os que pretendem deixar a ilha no futuro exibem pouca ou quase nenhuma.

É a partir dessas constatações que Labov (2008 [1972]) consegue trazer uma grande contribuição para os estudos linguísticos que, como este, visam verificar a avaliação de seus informantes, a saber: a importância da observação do senso de pertencimento. Vejamos as palavras do autor: “fica evidente que o significado imediato desse traço fonético é “vineyardense”. Quando um homem diz [rɛɪt] ou [hɛʊs], está inconscientemente expressando o fato de que pertence a ilha: de que ele é um dos nativos a quem a ilha realmente pertence.” (LABOV, 2008[1972], p. 57). A centralização, então, é uma forma que os falantes nativos da ilha têm de mostrar sua identidade enquanto vineyardense, distanciando-se de indivíduos que não pertencem a sua comunidade, tal como os milhares de veranistas que invadem o território de Vineyard todos os anos no período de junho e julho. Em uma conversa com o pesquisador, um de seus entrevistados afirma que: “acho até que nós usamos um tipo de língua inglesa totalmente diferente... pensamos diferente aqui na ilha... é quase uma língua separada dentro da língua inglesa.” (LABOV, 2008 [1972], p. 49). Essa declaração, em grande medida, é a expressão de um desejo. Não é de surpreender que as diferenças fonéticas se tornam cada vez mais evidentes à medida que os nativos vineyardenses lutam por manter sua identidade. Este, então, seria o significado social da centralização.

Nesse sentido, a centralização não é diferente de nenhum dos outros traços subfonêmicos de outras regiões que são distinguidas por seu dialeto local. A questão levantada a partir dessa constatação é a seguinte: “por que esse traço se desenvolveu de um modo tão complexo em Martha's Vineyard, e por que está se tornando mais forte nas faixas etárias mais jovens?” (LABOV, 2008 [1972]). Como resposta, o autor cita o fato de que grupos diferentes têm que responder a desafios diferentes a seu *status* nativo. Nas duas últimas gerações, os desafios se tornaram mais agudos por causa das duras pressões sociais e econômicas. Por exemplo, o grupo formado pelas antigas famílias de ingleses tem se submetido a pressão que vem de fora: os sujeitos que o compõem estão em constante luta para manter sua posição independente diante de um persistente declínio da economia e diante da presença dos veranistas.

Já os membros da comunidade de orientação tradicional, naturalmente, buscam validar seus valores nas gerações anteriores. Dessarte, o significado social da centralização observada por Labov (2008 [1972]), a julgar pelo contexto em que ocorre, é uma atitude positiva em relação a ilha de Martha's Vineyard. Essa conclusão pode ser confirmada ou rejeitada a partir da desconsideração às variáveis faixa etária, etnia, ocupação e geografia, considerando a relação da centralização com a variável independente das atitudes. Para tanto, o autor considera três fatores que podem explicar a ocorrência da mudança sonora na ilha vineyardense, a saber: positiva – sentimento definitivamente positivo em relação à ilha; neutra - sentimento nem positivo nem negativo acerca da ilha; negativa – desejo de ir viver em outro lugar. O resultado pode ser visto na tabela que segue:

Tabela 4 - Centralização e atitudes com relação a ilha de Martha's Vineyard

Nº de pessoas	Sentimento	(ay)	(aw)
40	Positivo	63	62
19	Neutro	32	42
6	Negativo	09	08

Fonte: Labov (2008[1972], p. 59)

O estudo laboviano, a partir da tabela acima, mostra como o sentimento de pertencimento à ilha de Martha's Vineyard interfere e explica os resultados da centralização. Do total de 65 vineyardenses, 40 possuíam um sentimento positivo em relação à ilha, 19 tinha um sentimento neutro e 6 exprimiam um sentimento negativo e, por isso, desejavam deixar a localidade. O resultado não fugiu muito do que é atestado por estudos que observam a percepção dos informantes: aqueles que possuem sentimento positivo com relação às questões sócio-históricas da localidade e, por isso, desejam permanecer são os que mais centralizam; já aqueles que são desfavoráveis e desejam residir em outro lugar são os que menos utilizam a variante local, como uma forma de expressar linguisticamente o seu senso de não pertencimento à vida na ilha.

Diante dessa realidade, Labov (2008 [1972], p. 60) afirma que: “o fato dessa tabela nos mostrar o exemplo mais nítido de estratificação de todos quantos já vimos indica que chegamos razoavelmente perto de uma explicação válida para a distribuição social dos ditongos centralizados.”.

Percebemos, então, que o espaço dado por Labov (2008 [1972]) a observação das

reações subjetivas dos informantes à centralização é de suma importância para o entendimento do fenômeno. Existe uma correlação de padrões sociais com o padrão distribucional de uma variável linguística. O estudo descrito nesta subseção é, sem dúvidas, um dos mais importantes no campo da sociolinguística e, até hoje, serve como base para diversos estudos, a exemplo do próximo trabalho descrito e deste que estamos realizando, por mostrar a importância de realizar uma análise minuciosa do local de coleta, por sua rica metodologia ou por suas conclusões.

A avaliação, em Labov (2008 [1972]) foi tomada como uma variável a ser investigada na comunidade analisada. O trabalho da próxima seção, no entanto, tem a avaliação de seus informantes como objetivo precípua, característica esta que o apresenta como sendo de suma importância para o nosso trabalho. Vejamos, a seguir, as suas contribuições para o estudo.

4.2 CARDOSO (2015 [1989])

Em sua tese intitulada *Atitudes linguísticas e avaliação subjetivas de alguns dialetos brasileiros*, defendida em 1989, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), e, posteriormente transformada em um livro publicado em 2015, Denise Porto Cardoso buscou investigar a avaliação social da língua, levando em consideração quatro falares: aracajuano, baiano, alagoano e carioca. A tese de Cardoso (2015 [1989]) caracteriza-se como um trabalho pioneiro no campo do estudo linguístico da mensuração de reações subjetivas em larga escala. Apesar de ser datado na década de 80, ele ainda apresenta um caráter inovador, trazendo grandes contribuições para a comunidade científica.

O arcabouço teórico do trabalho de Cardoso (2015 [1989]), assim como o desta tese, está presente no campo das atitudes sociais. A autora toma a definição de atitude dada por autores como Rokeach (1974, p.15), em que “uma atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças em torno de um objeto ou situação, que predispõem a raciocinar preferentemente de uma determinada maneira”. Neste trabalho, assumimos a definição dada por Eagly e Chaiken (1993), exposta no segundo capítulo, por destacar essencialmente uma componente avaliativa deste conceito.

No que diz respeito à formação do banco de dados, a pesquisa da autora teve como *campus* de coleta a capital sergipana, Aracaju, estratificando a amostra em: sexo (feminino e masculino), idade (FE-I: 14 a 30 anos; FE- II: de 31 a 50 anos; e FE-III: de 51 a 70 anos) e escolaridade (E-I: 1º grau incompleto; E-II: 2º grau incompleto; E-III: 2º grau completo e

superior em andamento; e escolaridade IV: superior completo). A autora afirma que foram entrevistados 144 aracajuano, 72 de cada sexo, na faixa de, no mínimo, 14 e, no máximo, de 70 anos.

A análise das reações subjetivas só é possível por meio de testes linguísticos de atitudes. Segundo Cardoso (2018), dentre tais testes, um dos mais adequados parece ser o questionário, haja vista que, por meio dele, obtêm-se respostas mais claras e mais espontâneas, sem prejuízo de conteúdo das respostas que se obteriam com outros testes. Para a escolha desse método de coleta de dados, a autora considerou o fato de o questionário, segundo ela, apresentar a vantagem de ter uma ordem de questões estabelecidas pelo pesquisador, de modo a ter sempre os mesmos enunciados. Desse modo, todos os informantes responderam às mesmas questões.

O pensamento da autora acerca das vantagens de se utilizar um questionário serviu como base para que, neste trabalho, fizéssemos uso do questionário como instrumento de coleta de dados sobre crença linguística. Todavia, diferentemente do instrumento utilizado por nós, Cardoso (2015) faz uso de uma adaptação da técnica do diferencial semântico de Osgood (1963). Nessa releitura, a autora se vale de uma escala bem elaborada de apenas seis alternativas, saber: estar totalmente de acordo; estar de acordo; estar mais ou menos de acordo; estar mais ou menos contrário; estar contrário; e estar totalmente contrário. Nesse questionário, o informante deveria marcar um dos espaços de acordo com seu julgamento, como no exemplo dado por Cardoso (2015, p. 30):

Suponhamos que o item tenha o seguinte enunciado: a fala “modo de falar” do aracajuano tem a sonoridade agradável ou desagradável.

Agradável X: ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Desagradável - se se está totalmente de acordo

Agradável ☐ X: ☐ ☐ ☐ ☐ Desagradável - se se está de acordo

Agradável ☐ ☐ X: ☐ ☐ Desagradável - se se está mais ou menos de acordo

Agradável ☐ ☐ ☐ X: ☐ ☐ Desagradável - se se está mais ou menos contrário

Agradável ☐ ☐ ☐ ☐ X: ☐ Desagradável - se se está contrário

Agradável ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ X Desagradável - se se está totalmente contrário

Para a pesquisa, a autora elaborou questões que levassem em consideração a) o dialeto aracajuano como tal e aquilo que ele suscita em seus usuários; b) o dialeto aracajuano em relação a outros dialetos nordestinos (baiano e alagoano) e ao dialeto carioca. Os dois dialetos nordestinos foram escolhidos por estarem nas fronteiras do estado sergipano; já o carioca por ser, segundo o que é colocado pela autora, considerado de prestígio do português brasileiro.

Apesar de usar a escala do diferencial semântico de Osgood (1963), que tem como

objetivo medir as atitudes linguísticas e dar a cada resposta um valor numérico que vai de

+ 3 a - 3, Cardoso (2015 [1989]) não tem esse interesse. A autora está preocupada apenas em apreender as atitudes linguísticas dos informantes e não medi-las. Ainda sobre o seu questionário, a orientação das perguntas do instrumento de coleta foi com base em 4 características linguísticas e extralinguísticas: sociocultural, estilística, dialetais e estética.

Além do questionário, a autora fez uso de gravações que funcionaram como estímulos às manifestações de atitudes e que deveriam ser ouvidas pelos entrevistados com a finalidade de colher suas impressões sobre o que eles ouviam. Para compor esse método, foram entrevistados 12 falantes de Aracaju e três de cada uma das demais cidades. Objetivando não haver mistura de fala, a autora optou por trabalhar apenas com falantes femininas. Pela audição e análise das gravações, foram selecionadas as falas mais representativas dos dialetos de Salvador, Rio de Janeiro e Maceió, e seis de Aracaju. Dessas nove gravações selecionadas, foram escolhidos trechos de, aproximadamente, dois minutos de duração para serem utilizadas nas apreensões das atitudes de seus falantes.

As amostras selecionadas foram reunidas em fita K-7, rotuladas de fita estímulo, separadas por 20 segundos de silêncio. A autora utilizou duas falas de Aracaju para que a fala nativa das informantes separassem as falas de outras regiões. As falas presentes na fita estímulo, então, foram organizadas da seguinte forma: Salvador, Aracaju, Maceió, Aracaju e Rio de Janeiro. Percebemos que a autora faz uso de uma estratégia, embasada no prestígio dado à fala de cada localidade selecionada, para organizar as falas que compõem a fita estímulo. Tendo o falar carioca como sendo o de maior prestígio, Cardoso (2015 [1989]), estrategicamente, deixa-o na quinta posição, já o falar alagoano, o mais estigmatizado, segundo a autora, é colocado na terceira posição, e a fala baiana, na primeira.

Como campo de coleta, Cardoso (2015 [1989]), selecionou a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), considerando assim, tal como consideramos nesta pesquisa de doutorado, pessoas com alto grau de instrução. A justificativa sobre a escolha desses locais está relacionada à facilidade no acesso aos informantes juízes de sua pesquisa, uma vez que a autora é ex-professora do estado e professora da UFS. Além disso, a pesquisadora coloca que a Universidade foi selecionada por centralizar, em um só local, todas as variáveis: sexo, idade e escolaridade, e porque, além dos funcionários e dos corpos docente e discente universitários, os alunos do Colégio de Aplicação poderiam ser igualmente recrutados. Dessa forma, a autora teria a variável “idade I” (de catorze a trinta anos) combinada com a variável “escolaridade I” (primeiro grau incompleto) e “escolaridade II” (primeiro grau completo e segundo grau incompleto). Além disso, nessa instituição, ela não contaria com

embaraços para contatos individuais em local de trabalho, uma vez que, como é sabido, as pesquisas, seja qual for o setor, nem sempre são bem recebidas. O questionário foi aplicado, na sua maioria, em grupos de falantes no seu local de trabalho ou de estudo, ou seja, na universidade.

Na análise dos dados, ela não trabalhou com a escala valorativa de seis itens utilizada no questionário, mas englobou os resultados em apenas dois itens: um positivo, somando os totais dos três primeiros, e um negativo, somando os três últimos itens.

O trabalho de Cardoso (2015[1989]) assemelha-se ao realizado em Martha's Vineyard quanto à forma como os dados foram tratados. Assim como no estudo laboviano mencionado, a pesquisa da autora não traz uma análise dos dados à luz de um tratamento estatístico que mensure a significância. No referido trabalho, a pesquisadora faz uso apenas de contagem de frequência para apreender as atitudes de seus informantes acerca dos falares selecionados, como veremos a seguir.

A autora inicia a observação dos dados em ausência do estímulo de fala. Dando início à análise, Cardoso (2015[1989]) não verificou a interferência da variável externa sexo nos julgamentos. Como resultado, ela observou que há sempre uma atitude positiva do informante aracajuano em relação ao seu próprio dialeto, independentemente de seu sexo. A figura 15 mostra o resultado obtido pela autora:

Figura 15 – A interferência da variável sexo em Cardoso (2015 [1989])

CARACTERÍSTICAS		RESPOSTAS AFIRMATIVAS/ VARIÁVEL "SEXO"							
		Aracaju		Salvador		Maceió		Rio de Janeiro	
		M	F	M	F	M	F	M	F
ESTÉTICAS	"bonitas"	72, 2%	86, 1%	38, 8%	44, 4%	51, 4%	30, 5%	88, 8%	91, 6%
	"agradáveis"	77, 7%	97, 2%	75, 0%	58, 3%	77, 7%	36, 1%	86, 1%	83, 3%
	"melodiosa"	69, 4%	63, 8%	63, 8%	52, 7%	48, 5%	33, 3%	72, 2%	83, 3%
DIALETAIS	"cantada"	66, 6%	75, 0%	77, 7%	88, 8%	62, 8%	41, 6%	52, 7%	66, 6%
	"chiada"	16, 6%	19, 4%	66, 6%	72, 2%	40, 0%	27, 7%	83, 3%	77, 7%
	"lenta"	63, 8%	66, 6%	69, 4%	52, 7%	68, 5%	50, 0%	30, 5%	52, 7%
ESTILÍSTICAS	"clara"	83, 3%	83, 3%	58, 3%	47, 2%	74, 2%	30, 5%	83, 3%	91, 6%
	"expressiva"	75, 0%	80, 5%	80, 5%	69, 4%	74, 2%	33, 3%	91, 1%	91, 6%
	"simples"	88, 8%	97, 2%	61, 1%	50, 0%	82, 8%	52, 7%	75, 5%	55, 5%
SOCIO-CULTURAIS	"conhecida"	88, 8%	83, 3%	88, 8%	91, 6%	80, 0%	80, 5%	97, 2%	100, 0%
	"importante"	69, 4%	66, 6%	72, 2%	66, 6%	74, 2%	41, 6%	88, 8%	83, 3%

Fonte: Cardoso (2015[1989], p.38)

Após a exposição dos resultados que são vistos acima, Cardoso (2015 [1989]) realiza um agrupamento das atitudes de aracajuanos em relação ao seu próprio dialeto, à fala baiana, à alagoana e à carioca, chegando à conclusão de que a atitude dos homens não apresenta grandes

divergências e é sempre positiva, sendo mais favorável ao falar do carioca e à sua própria, e menos favorável à fala baiana e à alagoana. A percepção feminina é semelhante à masculina quando as informantes estão diante da fala carioca e da sua própria, isto é, os informantes femininos apresentam um forte posicionamento positivo para o falar carioca e o seu próprio. No entanto, essa realidade não é encontrada diante da avaliação da fala baiana e alagoana. Cardoso (2015 [1989]) afirma que os informantes femininos apresentam um posicionamento médio para a fala baiana e um menos expressivo em relação à fala alagoana.

Com isso, a autora destaca que, para o informante do sexo masculino, a fala carioca é a mais “bonita”, mais “agradável”, mais “melodiosa”, mais “chiada”, mais “expressiva”, mais “conhecida” e mais “importante”, evidenciando o prestígio dado a esse falar. Enquanto a fala baiana é a mais “cantada” e a mais “lenta”. A do aracajuano é a mais “simples”. Com relação à fala mais “clara”, os índices são iguais para o carioca e aracajuano. As atitudes dos informantes femininos seguem na mesma direção das atitudes observadas no sexo masculino, exceto no que diz respeito a considerar a fala aracajuana a mais “agradável” e mais “lenta”.

Com base nos resultados obtidos, não é possível falar em melhor português dentre os falares estudados, mas é possível identificar o pior na visão dos participantes. Segundo a autora, para os informantes de sexo masculino o pior português é o do baiano, mas para os femininos é o alagoano.

No que diz respeito ao efeito da variável idade nas avaliações de seus participantes, Cardoso (2015 [1989]) verifica tendência semelhante à encontrada quando controlava a variável sexo. A autora afirma que a fala carioca ainda detém as atitudes mais positivas e a fala alagoana as mais negativas. Quanto ao falar baiano, os dados apontam que ele é considerado “feio” pela faixa etária III, sendo tão “feio” quanto à alagoana para faixa etária I. Apenas a faixa etária II declara que a fala baiana é menos “feia” que a alagoana. A autora destaca que, para o aracajuano das três faixas etárias controladas, há concordância apenas ao considerar a fala carioca a mais “chiada”, a mais “clara” e a mais “expressiva”, enquanto encara a fala alagoana como a mais “simples”.

Os mais jovens declaram que a fala aracajuana é a mais “bonita”, a mais “agradável” e a mais “melodiosa”, enquanto a baiana é a mais “lenta”. As faixas etárias II e III concordam que a fala carioca é a mais “bonita” e a mais “melodiosa”, já a mais “lenta” é a aracajuana. Segundo o que é exposto no trabalho, a fala mais “cantada”, para as faixas I e III, é a baiana, enquanto para a faixa etária II é a aracajuana. As faixas etárias I e II concordam em que a fala carioca é a mais “conhecida”, igualando a carioca e a baiana quanto ao item “importante”.

Uma interessante constatação feita pela autora foi a de que, após a observação dos resultados para a variável faixas etárias, os informantes controlados se recusam aceitar qualquer um desses falares como modelo linguístico. Assim, da mesma forma que a variável sexo, “a variável idade também nega reconhecer o bom português como exclusivo de uma região” (CARDOSO, 2015 [1989], p. 52).

A última variável observada pela autora é a escolaridade. Com o controle desta, Cardoso (2015[1989]) verifica que, com relação ao seu próprio falar, a atitude do informante é sempre positiva. Segundo Cardoso (2015[1989], p. 52), nas características estéticas, “são atitudes francamente positivas reveladas pela alta concentração de respostas afirmativas às características relacionadas com as qualidades da voz geral”. O mesmo se observou diante dos aspectos dialetais e do estilístico, onde as frequências estão acima dos 70%, excetuando a E-IV, referente ao item “cantado”, para a característica dialetal, e a E-III, referente ao item “expressivo”, para o estilístico.

Com relação à fala baiana, nessa mesma variável, a atitude linguística do aracajuano, apesar de positiva, não apresenta índices elevados. A autora destaca que diante das características tipicamente estéticas a E-I é a que mais aceita a fala baiana. As dialetais seguem o mesmo padrão, enquanto que as características estilísticas têm um índice que a autora considera médio.

A fala alagoana continua sendo a que mais detêm atitudes negativas por parte dos aracajuanos entrevistados. Os índices estão quase sempre abaixo do nível médio de 50%, como, por exemplo, na característica estética, onde somente E-III, com 50%, e E-IV, com 38,8%, consideraram a fala alagoana mais “bonita” que a baiana. Por outro lado, na característica sociocultural, a autora encontra atitudes positivas vindas de todos os níveis de escolaridade. Todavia, apesar de encontrar índices considerados positivos, esses números não ultrapassam os números da fala aracajuana, no que concernem os itens “conhecida” e “importante”.

Por fim, a autora verifica que a tendência é a fala carioca ser àquela que tem mais aceitação, isto é, maior número de atitudes positivas vindas dos aracajuanos. Todavia, nem sempre as porcentagens para a fala carioca ultrapassam os números encontrados para o próprio modo de falar do informante, como, por exemplo, na característica estética. O falar carioca, para os aracajuanos, é considerado mais “bonito” e mais “agradável” que os demais falares, assim como é o mais “claro”, “expressivo” – características estilísticas –, mais “conhecida” e “importante” – características socioculturais.

Com relação à variável escolaridade, a autora percebeu que a atitude do aracajuano, dos quatro graus de escolaridade pesquisados, não é sempre unânime, mas tende positivamente na

direção da fala carioca. Os informantes das E-II, E-III e E-IV avaliaram a fala carioca como sendo a fala mais “bonita”, mais “melodiosa”, mais “clara”, mais “expressiva”, mais “importante”.

Para os informantes E-I, E-II, E-III, esse falar ainda é visto como sendo o mais “chiado” e o mais “conhecido”. A fala mais “simples” para os quatro graus de escolaridade é a aracajuana, confirmando a mesma atitude encontrada nas variáveis “sexo” e “idade”. Para as escolaridades E-II e E-IV, a fala mais “agradável” é a carioca. Para o grupo formado por sujeitos pertencentes à E-I e E-II, dentre as quatro falas, a mais “cantada” é a baiana. Para a E-I, a fala mais “bonita”, mais “lenta” e mais “clara” é a aracajuana; a mais “melodiosa” é a baiana. As falas aracajuana, baiana e alagoana, para esse grupo, são avaliadas como sendo as mais “expressivas” e “importantes”. Para E-III, as falas mais “cantadas” e mais “conhecidas” são a carioca e a baiana.

Assim como observado nas variáveis sexo e idade, a escolaridade mostra a recusa dos aracajuanos em eleger uma, dentre as quatro falas, como modelo linguístico. “Para as E-I, E-II e E-III, a ordem de aceitação é a mesma, embora os índices sejam diferentes.” (CARDOSO, 2015 [1989], p. 57).

Como dissemos anteriormente, os resultados acima são provenientes da coleta sem o estímulo de fala. Serviram, então, como estímulo aos julgamentos dos informantes tão somente às questões propostas pelo instrumento da pesquisa. Os resultados obtidos por meio das avaliações refletem a crença dos aracajuanos acerca dos falares vizinhos (baiano e alagoano) e daquele que detém o maior prestígio na sociedade brasileira (carioca).

É sabido que as atitudes que um indivíduo tem com relação a um objeto social que está longe dele podem ser iguais ou diferentes de forma substancial das reações que este mesmo sujeito tem quando está na presença do objeto em questão. Tendo isso em mente, Cardoso (2015 [1989], p. 60) observa “as atitudes manifestadas pelos informantes “em presença” da fala do outro, portanto, em face das amostras de fala que serviram de estímulo às manifestações de atitudes.”.

As perguntas do questionário, em presença do estímulo da fala, foram organizadas em três grandes grupos de qualidade: estéticas – agradável/desagradável; bonita/feia –; dialetal – cantada/não cantada; lenta/rápida – e estilística – expressiva/inexpressiva; simples/complicada.

A autora inicia sua discussão considerando a variável sexo. Agrupando as atitudes linguísticas dos informantes aracajuanos em relação ao seu próprio modo de falar e aos demais falares analisados, a autora constatou que a atitude dos informantes com relação à fala baiana, com o uso do estímulo, foi superior ao índice das atitudes sem estímulo auditivo. No que

concerne à característica estética, por exemplo, ela encontrou um índice de 75%. As características estilísticas também apresentaram índices elevados, superiores a 60%. Cardoso (2015 [1989]) salienta que, com o uso do estímulo auditivo, as atitudes dos aracajuanos para com os baianos são sempre positivas, principalmente as dos homens. O mesmo aconteceu frente ao seu próprio falar, ou seja, o aracajuano. As atitudes, com a fita-estímulo, foram sempre positivas, seguindo o que já foi observado na análise sem o estímulo auditivo. Sobre a fala aracajuana, a autora não encontrou muita diferença entre os sexos investigados.

Diferentemente do que aconteceu na análise sem o estímulo auditivo, com o uso da fita estímulo, a autora constatou uma atitude acentuadamente positiva para a fala alagoana. As características estéticas apresentaram porcentagens elevadas, acima de 70%, para os dois sexos. Cardoso (2015[1989]), então, considera que a fala alagoana desperta atitudes muito positivas, quando em presença do estímulo.

Outra surpresa apresentada pela autora, veio no julgamento da fala carioca, que com o uso da fita-estímulo, apresenta índices inferiores aos encontrados sem o uso da fita. As características estéticas, por exemplo, apesar de positivas, possuem índices menores do que a análise sem o estímulo. Com relação às características dialetais, a autora encontra diferença entre os sexos: apenas os informantes masculinos declaram a fala carioca “cantada” (69,4%) e “lenta” (61,1%). Os índices das mulheres não chegam a 50%.

A autora ainda verifica que os informantes não reconhecem, ou melhor, distinguem facilmente os falares analisados. Quando questionados sobre se os informantes tinham a fala (modo de falar) de determinada fala, apenas a fala baiana atinge a média de 50%, para ambos os sexos. Na aracajuana, os índices foram menores, não ultrapassando os 50%, assim como aconteceu com a alagoana, onde o maior índice foi de 44,4% dos homens, e com a carioca, onde a maior frequência foi de 36,1% também dos homens. Quanto à pergunta “você tem a fala mais bonita que a dessa pessoa?” os índices continuaram, com a fala baiana em primeiro e a carioca no fim.

Com o uso de estímulo, a variável idade, também apresenta índices elevados, para a fala baiana, maior do que os obtidos na análise sem a fita, principalmente nas características estéticas – onde apenas o item “bonito” teve índice abaixo dos 70% – e estilísticas – que possuem índices inferiores aos obtidos nas estéticas, mas todos estão acima dos 60%.

Sobre o julgamento da fala aracajuana, a autora revela que as atitudes são positivas, mas não ultrapassam as atitudes da fala baiana. As características estéticas, por exemplo, não são positivas para a FE-I, onde “bonita” teve apenas 45,8%. No entanto, para FE-II (70,8%) e FE-III (79,1%) esse item apresenta índices relevantes.

O aracajuano das três faixas etárias aceita muito mais a fala de Maceió quando a escuta. Dessa forma, a atitude positiva está presente em todos os itens relacionados à fala alagoana, excetuando o item “cantada”. Nas características estéticas, por exemplo, FE-III têm 70% para o item “bonito” e 87,5% para “agradável”. Todavia, quando não se tem estímulo, os informantes a rejeitam.

Quanto à fala carioca, a autora constata que há atitudes positivas, mas os índices não ultrapassam as porcentagens encontradas quando não houve estímulo auditivo.

A atitude do informante em presença do estímulo na variável escolaridade confirma as atitudes com relação às variáveis já citadas. Segundo Cardoso, é uma atitude muito mais positiva com relação ao modo de falar baiano que a atitude sem a presença da fita-estímulo. Nas três características é observado índices acima da frequência média.

A fala aracajuana apresenta atitudes positivas, embora inferiores às da fala baiana. As características estéticas e dialetais ficam pouco acima do índice médio, enquanto que as estilísticas estão com índices superiores aos da baiana.

Mais uma vez a autora verifica que a atitude diante da fala alagoana é bem marcada quando o informante está diante de estímulos auditivos. Na característica estética, por exemplo, o índice mais baixo é de 77,7% para E-I e E-II.

Quanto à fala carioca, as atitudes continuam sendo positivas, mas inferiores aos índices de atitudes positivas observados sem o uso da fita-estímulo. As características são acentuadamente positivas, seu índice gira em torno de 60%.

Os resultados alcançados por meio do uso da fita estímulo foram de suma importância, pois por meio de sua observação, a teoria laboviana de que existe um desequilíbrio entre prática e atitudes linguísticas é confirmada, haja vista que as respostas obtidas por intermédio do questionário sem o estímulo auditivo não se mantêm no questionário com o uso da fita-estímulo. Como vimos, com o uso do estímulo auditivo, os informantes mudaram drasticamente suas atitudes, principalmente quando estavam diante da fala alagoana, que, no que diz respeito à variável sexo, recebe uma grande aceitação por parte dos informantes.

Dessarte, o trabalho desenvolvido por Cardoso (2015 [1989]) apresenta, além de uma rica metodologia de coleta de dados de percepção, uma análise bastante acurada acerca do fenômeno o qual a autora se propõe a analisar. Seu estudo, como mencionamos em algumas partes do texto, foi de suma importância para a realização deste, que também objetiva verificar as avaliações de indivíduos sobre um fenômeno linguístico.

Após as exposições feitas acima, fica evidente que tanto Labov (2008 [1972]), quanto Cardoso (2015 [1989]), trazem grandes contribuições para a linguística. Essas grandes

contribuições poderiam avançar ainda mais se tivesse um tratamento estatístico mais refinado que garantisse um poder maior de generalização dos resultados, assim como se tivesse sido utilizado um protocolo metodológico que pudesse ser aplicado à distância e em larga escala. Por esse motivo, para a realização desta tese, realizamos algumas adaptações essenciais para o contexto em que este trabalho foi construído. Na próxima seção, mostraremos alguns dos fatores que foram considerados nos trabalhos expostos nesta seção.

4.3 O QUE É CONSIDERADO NESTE TRABALHO

Como colocamos no início deste capítulo, os trabalhos mencionados acima serviram de modelo para este que estamos realizando. No entanto, eles apresentam algumas questões metodológicas que precisaram ser revistas e adaptadas neste estudo.

Labov (2008 [1972]) observa como o social interfere no linguístico, mais especificamente no fenômeno da centralização dos ditongos (ay) e (aw), por meio da produção de seus informantes. Esse modelo de estudo é, frequentemente, utilizado por trabalhos sociolinguísticos até hoje e se mostra muito eficaz na observação de fenômenos variáveis na língua. A princípio, houve uma tentativa de nossa parte em realizar este estudo por meio da produção do fenômeno na fala de informantes em potencial para esta pesquisa. Porém, o número de realizações do sintagma controlado não apareceu de forma expressiva durante o período de coleta de dados de fala. O fenômeno da realização de artigo definido diante de antropônimos, por si só, é pouco frequente, como é facilmente verificável em estudos já realizados sobre o tema, a exemplo dos mencionados no segundo capítulo desta tese, e em se tratando de uma variante emergente na língua portuguesa e, mais que isso, pertencente a uma comunidade estigmatizada, a sua realização é ainda menor, inviabilizando um estudo à luz da produção. Sendo assim, o método da avaliação foi utilizado para acessar a regra mencionada.

Tendo o objetivo de acessar tal regra por meio da avaliação subjetiva, o trabalho de Cardoso (2015 [1989]) foi tomado como base. Partindo de observações feitas pela autora, adotamos o método da aplicação de questionário para obtenção de nossos dados, pois ele se apresenta como sendo um dos mais adequados, “uma vez que, através dele, obtêm-se respostas mais claras e mais espontâneas, sem prejuízo de conteúdo. (CARDOSO, 2015 [1989], p. 29). Todavia, nosso questionário se distancia do aplicado pela pesquisadora. Diferentemente do instrumento utilizado por ela, que fez uso de uma adaptação da técnica do diferencial semântico de Osgood (1963), nós fizemos uso da Escala de julgamento Likert (1932) de 5 pontos

avaliativos, incluindo um nível neutro, que não estava presente no instrumento da autora. A inclusão desse nível está relacionada ao objetivo de o informante não enviesar os resultados, caso ele não tenha uma visão formada a respeito do item de testagem. Nossos instrumentos de coleta serão descritos detalhadamente no próximo capítulo.

Tanto o instrumento de coleta utilizado para a obtenção dos dados de produção de Labov (2008 [1972]), quanto o utilizado, por Cardoso (2015 [1989]), para apreender as atitudes, acabam fazendo com que o pesquisador se limite a uma situação de coleta presencial. Nesse sentido, nosso trabalho apresenta um avanço ao possuir um protocolo metodológico que permite ser aplicado à distância e em larga escala; além de poder ser respondido na ausência do pesquisador, contribuindo para que o entrevistado não se sinta pressionado ou constrangido no momento da coleta. O método aqui utilizado também pode ser, facilmente, replicado por outros pesquisadores.

No que tange aos itens de testagem, os trabalhos descritos foram de suma importância. As importantes observações, feitas Labov (2008 [1972]), acerca de como o senso de pertencimento acaba interferindo no fenômeno linguístico serviram de base para que considerássemos essa variável em nossa análise. Já de Cardoso (2015 [1989]), consideramos as características: “estética” e “dialetal”, sendo esta última adaptada como “sonoridade”, como será descrito na seção “descrição do instrumento de coleta”, do próximo capítulo.

A nossa proposta de estudo ainda avança no que diz respeito ao tratamento dos dados coletados por meio do instrumento de testagem mencionado em parágrafos anteriores. Diferentemente do tratamento realizado por Labov e Cardoso, que apresentaram seus dados por meio da exposição de percentuais, buscamos fazer uso de um programa computacional, visando dar um tratamento estatístico aos nossos dados. Como será discutido no próximo capítulo, os nossos resultados foram oferecidos pelo pacote estatístico do JASP, mais especificamente pelos testes de Análise de Variância (ANOVA) e de Tabela de contingência.

Uma descrição mais minuciosa sobre o processo metodológico que embasou esta pesquisa de doutoramento será feita no próximo capítulo.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

5.1 INICIANDO A DISCUSSÃO

Como toda pesquisa científica, as que se propõem a analisar os diversos fenômenos existentes na linguagem precisam tomar certo cuidado no que se refere à etapa da coleta de dados. Os trabalhos científicos que visam os fenômenos linguísticos variáveis já possuem de início um grande obstáculo, haja vista que “a linguagem pouco se presta à experimentação, já que só se manifesta na espécie humana, que é dificilmente manipulável para fins de pesquisa” (SILVA, 2003, p. 117). Não perdendo de vista esse obstáculo, Santos (2009) aponta que a observação é um dos métodos de que o linguista dispõe para a fase da coleta de dados. A autora ainda pontua que é necessário tomar uma série de decisões quanto à comunidade linguística que será observada, ao número de informantes e à seleção desses informantes.

Geralmente, selecionamos uma determinada comunidade por já a conhecermos e termos, de antemão, uma ideia de como determinado fenômeno age naquele ambiente. Todavia, isso não é regra. Podemos selecionar uma comunidade que ainda não teve sua fala analisada e, através de nossa observação dos dados obtidos, identificarmos os fenômenos que existem na língua falada dos moradores de tal comunidade. Para Santos (2009, p. 69), “há vários caminhos adequados a serem seguidos que nos levam a resultados que correspondem com a metodologia proposta.”.

Entre nossos deveres enquanto pesquisador está o fato de já termos traçado o perfil linguístico do informante, a saber: escolaridade, gênero, idade, localidade etc. No que diz respeito à localidade, Tarallo (1997) ressalta que o informante que tenha se ausentado da comunidade em análise por mais de dois anos deve ser descartado, pois ele poderá trazer em sua fala influências, por exemplo, de outro sistema linguístico.

Levando em consideração o que foi dito nos parágrafos anteriores, dedicamos este capítulo à exposição dos procedimentos metodológicos que auxiliaram a realização desta tese.

5.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Logo após o mapeamento do perfil social, cultural e histórico da comunidade, campo de coleta que nos propomos a analisar, é de suma importância que realizemos, agora, uma descrição esmiuçada de como se deu a realização das etapas cruciais para a construção desta pesquisa, a saber: validação da pesquisa, critérios de exclusão e inclusão dos sujeitos da pesquisa, instrumento de coleta e mensuração dos dados.

5.2.1 Da validação da pesquisa

Para que pudéssemos iniciar esta pesquisa de doutoramento, foram necessárias a realização do processo de cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil e a validação da pesquisa frente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O primeiro passo da pesquisa foi dedicado ao cadastro do pesquisador e da própria pesquisa na Plataforma Brasil. A referida plataforma é definida como uma base nacional e unificada onde são registradas todas as pesquisas que envolvem seres humanos para todo o sistema CEP e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Ela permite que o pesquisador acompanhe todos os estágios da pesquisa pretendida - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e, quando necessário, pela CONEP – possibilitando, inclusive, que o pesquisador acompanhe etapas como a fase de campo e o envio de relatórios da pesquisa: parciais e finais.

Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa (SISNEP) envolvendo seres humanos, situado no site oficial do Ministério da Saúde¹¹, a Plataforma Brasil é um meio crucial para a transparência e agilidade do processo da pesquisa, haja vista que há a possibilidade de apresentação de documentos via *internet*, o que evita o uso do envio da tramitação de protocolos via Correios.

Com a realização do cadastro, entramos com o pedido de validação da pesquisa por parte do CEP que é uma instância colegiada da UFPE, de natureza consultiva, educativa, deliberativa, autônoma, para a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculadas ao CONEP. Esse comitê objetiva acompanhar as pesquisas que têm como foco o ser humano,

¹¹ http://portal2.saude.gov.br/sisnep/Menu_Principal.cfm

preservando aspectos de natureza ética, buscando defender a integridade e dignidade de todos os envolvidos na pesquisa.

Vale salientarmos que, segundo a lei de Nº 466, de 12 de dezembro de 2012¹², todas as pesquisas que envolvem seres humanos devem ser aprovadas pelo CEP. A resolução traz exigências que devem ser seguidas pelo pesquisador, dentre elas, está a obrigatoriedade de o indivíduo participante ser esclarecido sobre todos os procedimentos que envolvem a pesquisa, inclusive sobre os riscos e benefícios a que estará exposto ao aceitar participar da pesquisa. Para que a aceitabilidade do participante seja comprovada, o CEP exige que esse indivíduo assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para esta pesquisa, utilizamos apenas um tipo de TCLEs, a saber: para as pessoas maiores de 18 anos.

Além da anexação dos TCLEs no sistema da plataforma, anexamos outros documentos, como: projeto de pesquisa – contendo todas as informações de nosso trabalho –, Currículo *Lattes* de todos dos envolvidos na pesquisa, a Folha de Rosto gerada pela plataforma Brasil, e pedido de dispensa da Carta de Anuência, já que não objetivamos a abordar pessoas em instituições, mas, sim, nas ruas do município.

Após recebermos o parecer positivo do CEP, demos início à pesquisa de campo, conforme descrita na próxima subseção.

5.2.2 Critério de inclusão e exclusão do participante da amostra

Como já mencionado anteriormente, para que o informante pudesse participar de nossa amostra, era necessário que estivesse dentro do perfil social selecionado para que tivéssemos um perfil da comunidade. Para a formação do *corpus*, separamos nossos informantes em dois grupos, a saber: um formado por integrantes da comunidade LGBT+ domiciliados no município, e outro formado por pessoas não-LGBT+ domiciliadas no mesmo município, pertencentes à comunidade não LGBT+. Com isso, foram elaborados alguns critérios de inclusão dos informantes na amostra. É importante salientarmos que tais critérios foram confirmados no ato do preenchimento de uma ficha social (APÊNDICE 1) por parte de nossos informantes.

A seguir, apresentamos os critérios para a inclusão dos informantes autodeclarados LGBT+.

¹² <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

- a) ser domiciliado no município que está sendo analisado – Recife – durante um período de, no mínimo, 5 anos;
- b) ser membro da comunidade LGBT+ da cidade
- c) enquadrar-se no nível de escolaridade selecionado: ensino superior;
- d) ser maior de 18 anos.

Justificamos o critério em (a) pelo fato de Recife ser, no estado, a cidade em que a comunidade LGBT+ tem conquistado mais espaço, o que favorece a obtenção de dados para análise. Além disso, acreditamos que o período de 5 anos é suficiente para que o indivíduo seja capaz de se envolver intimamente com outros participantes da comunidade e, assim, produzir interações e compartilhar de atitudes e de traços do sistema linguístico da localidade. O critério em (b) foi elaborado devido ao fato de nosso fenômeno ser bastante produtivo nessa comunidade (cf. LAU, 2015). Em (c), selecionamos o ensino superior por acreditarmos, embasados em nossas observações prévias, que é na referida fase de escolarização que os indivíduos se comportam de forma mais crítica acerca dos objetos sociais, devido ao fato de ser esta fase um período de afirmação de identidades, de empoderamento, seu sentimento de pertença a um grupo (cf. TAJFEL, 1982). Este nível de escolarização foi selecionado também, pois assim podemos verificar o padrão de julgamentos subjetivos de universitários da cidade do Recife acerca das variantes, uma vez que o padrão de frequência de uso das formas acolhidas pela gramática tradicional já foi revelado por trabalhos variacionistas, como Callou e Silva (1997). Ainda salientamos que trabalhar com esse público nos permite lidar com pessoas que têm autonomia para decidir se querem ou não participar da pesquisa, fazendo com que não tenhamos a interferência de terceiros – como seria se estivéssemos analisando as crenças e as atitudes de indivíduos menores de idade. Por fim, a faixa etária selecionada e exposta em (d) foi escolhida por corresponder à realidade encontrada no nível de escolarização selecionado, assim como pelo fato de os indivíduos com essa idade serem responsáveis pela escolha de sua participação na pesquisa.

Os critérios de inclusão do segundo grupo, aquele formado por pessoas não LGBT+ são os seguintes:

- e) ser domiciliado no município que está sendo analisado – Recife – durante um período de, no mínimo, 5 anos;

- f) não pertencer à comunidade LGBT do município;
- g) enquadrar-se no nível de escolaridade selecionado: ensino superior;
- h) ser maior de 18 anos.

Os critérios em (e), (g) e (h) são justificados, por nós, pelos mesmos motivos mencionados em (a), (c) e (d). Já, o critério em (f), justificamos pelo fato de ser de suma importância a observação de dados apresentados por indivíduos fora da comunidade LGBT+, para que tenhamos uma análise mais detalhada de como o fenômeno é avaliado pelos falantes do português falado no Recife.

Diante dos critérios elaborados para inclusão dos informantes que formaram nossa amostra, são apresentados o quantitativo e a distribuição dos informantes:

Quadro 1 – Quantitativo e distribuição dos informantes da amostra

Cidade	Comunidade	Idade	Escolaridade	Gênero	Subtotal	Total
Recife	LGBT+	+18	Ensino Superior	Masculino	15	60
				Feminino	15	
				Outros	-	
	Não-LGBT+	+18	Ensino Superior	Masculino	15	
				Feminino	15	
				Outros	-	

Fonte: Autor deste trabalho

Diante do exposto, salientamos, então, que é considerado como critério de exclusão para a pesquisa apresentada o não enquadramento em um dos critérios de inclusão supramencionados. Ainda é importante mencionarmos que, em nosso *corpus*, houve a predominância da dicotomia masculino/homem e feminino/mulher, não havendo questões não dicotômicas (ex.: masculino/mulher, feminino/homem, representando o gênero e o sexo biológico, respectivamente) no que diz respeito ao nosso público de ambas as comunidades. Assim, é importante frisarmos que os participantes desta pesquisa se autodeclararam como cisgêneros. Desta forma, esta pesquisa não possui dados de julgamentos subjetivos de pessoas transgêneras, travestis etc.

5.2.3 Variáveis dependentes controladas

Como já é sabido, a gramática normativa do português brasileiro permite que o falante faça uso ou não de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, independentemente do gênero gramatical de tal nome. Logo, antropônimos masculinos e feminino podem ser antecidos por esse tipo de determinante. Assim, quando estivermos tratando das variantes previstas pela gramática tradicional: sem artigo, como “João/Maria”, e com artigo e concordância visível, por exemplo “O João/A Maria”, consideraremos ambos os gêneros gramaticais das formas. Todavia, neste trabalho, quando formos analisar a forma linguística em que não há uma concordância morfológicamente visível entre o antropônimo e o artigo definido que antecede tal SN, iremos nos concentrar na realização de artigo feminino diante de antropônimos masculinos, tal como em “A João”.

A explicação para tal seleção está no fato de nossos informantes, indivíduos pertencentes ao grupo social de universitários LGBTQ+ de Recife, afirmarem que a referência às mulheres lésbicas não acontece da mesma forma como o observado para homens LGBTQ+. Enquanto para se referirem a homens, o comum é o uso de artigo feminino diante dos nomes próprios de pessoas, como “A Paulo”; para se referirem às mulheres, o comum é que não seja feita nenhuma alteração da sintaxe da construção nominal, sendo construções como “O Vanessa” agramaticais na comunidade LGBTQ+ recifense. Todavia, alguns informantes da referida comunidade afirmaram que, na referência a lésbicas, se alguma alteração for feita, esta seria no grau do antropônimo, tratando esse nome no aumentativo, como em “Vanessão”, não sendo este o foco de nossa pesquisa, ele não será considerado.

Apesar de esse tipo de construção, pelo que parece, ser encontrada em outras comunidades, como a LGBTQ+ sulista, onde encontramos construções como “O Thammy”, frequentemente utilizada pela mídia para se referir ao homem trans Thammy Miranda, em Recife, como afirmado por nossos participantes LGBTQ+, essa relação não é comum. Por esse motivo, optamos por retirar tal forma de nossos testes subjetivos.

5.2.4 Tamanho da amostra

Como já mencionamos na subseção anterior, nosso banco de dados é composto por um número exato de 60 informantes, estes divididos igualitariamente de acordo com a sua

autodenominação de gênero e de comunidade, estas, variáveis extralinguísticas controladas por este trabalho de doutoramento.

Tomando por base o número de habitantes da cidade do Recife, mas, também, tendo em mente as dificuldades que encontraríamos, tais como o acesso aos participantes, a disponibilidade e o interesse dos informantes em participar do estudo, inicialmente cogitamos coletar dados de julgamento subjetivos de 200 informantes residentes na capital pernambucana e pertencentes ao nível universitário de escolarização, sendo estes divididos igualmente de acordo com sua comunidade e sua expressão de gênero, tal como indicado no ato do cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil e no CEP-UFPE.

Para nossa observação prévia, coletamos dados de percepção de 30 pessoas e, posteriormente, ampliamos para 60 indivíduos com potencial de participantes, seguindo os critérios mencionados na subseção sobre a inclusão e exclusão dos respondentes. Com a obtenção deste número de informantes, demos continuidade ao trabalho, seguindo as etapas de leitura e fichamento de material teórico e metodológico, observação e análise do material obtido através da coleta, construção dos capítulos da tese, defesa do projeto da tese e qualificação da tese diante de banca julgadora composta por professores doutores de diferentes instituições federais.

Após a realização dessas etapas e da obtenção dos pareceres dos professores avaliadores tanto na etapa da defesa do projeto, quanto na qualificação da tese, tínhamos a intenção de realizar novas coletas. Todavia, nossos planos foram afetados pela crise sanitária mundial causada pelo novo Coronavírus, o COVID-19, que, segundo levantamento realizado pelo G1 em parceria com as Secretarias estaduais de saúde, até o presente momento, junho de 2020, ocasionou a morte de cerca de 500 mil pessoas e 17.926.393 casos confirmados em todo Brasil. Em Pernambuco, segundo o levantamento estadual¹³, até então, o número de casos confirmados é de 536.671; já, o número de pessoas que foram a óbito é de 17.254. Ainda segundo as Secretarias estaduais de saúde, dentre as capitais brasileiras, no mês de agosto de 2020, período em que estávamos em busca de participantes para nossa pesquisa, Recife ocupava a sexta posição no *ranking* de morte por Covid-19¹⁴. Nesse período, diante do número crescente de casos, o governo estadual aderiu a uma série de medidas que restringe a circulação de pessoas, como, por exemplo, o rodízio de circulação de veículos nas ruas e a fiscalização dos principais corredores viários para restringir a circulação de pessoas nos cinco

¹³ <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/noticias/>

¹⁴ <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/mapa-coronavirus/#/>

municípios pernambucanos com maior número de casos – Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata e Camaragibe –, chegando a decretar o bloqueio total das cidades, o chamado *Lockdown*, que mais tarde viria a ser implementado em todo o estado.

Diante da realidade exposta e sem termos noção de quando a pandemia mundial irá ser controlada, e mediante ao prazo para a conclusão deste trabalho, fica evidente que não temos condições de expandir o nosso banco de dados como o pretendido no começo desta pesquisa. Tendo o objetivo de preservar a saúde física e mental tanto dos pesquisadores – principal e secundários – desta pesquisa, quanto dos participantes juízes em potencial, e cientes de que os trabalhos científicos não podem parar, assumimos a responsabilidade de continuar com este trabalho, realizando a análise pretendida por meio de um banco de dados de percepção composto por 60 informantes universitários da cidade do Recife, que poderá ser ampliado em trabalhos futuros.

Na seção que segue, apresentamos os métodos utilizados neste trabalho de doutorado.

5.3 MÉTODOS UTILIZADOS

Para esta pesquisa de doutoramento, utilizamos alguns métodos de análise que precisam ser mencionados. Para nossa análise com base no campo sociolinguístico de julgamentos subjetivos, o método de abordagem foi o indutivo. Segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 85), as teorias que utilizam esse método partem de “dados particulares, suficientemente constatados [a partir dos quais] infere-se uma verdade geral ou universal”. Para a indução, é necessária a realização de três etapas fundamentais: observação dos fenômenos, descoberta das relações entre eles, e a generalização da relação. Segundo os autores:

(...) como primeiro passo, observamos atentamente certos fatos ou fenômenos. Passamos, a seguir, à classificação, isto é, agrupamento dos fatos ou fenômenos da mesma espécie, segundo a relação constante que se nota entre eles. Finalmente, chegamos a uma classificação, fruto da generalização da relação observada. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 87)

A generalização pode ser feita, portanto, por intermédio de observação empírica de uma amostra representativa do local de estudo do fenômeno. Nesta pesquisa, analisamos o fenômeno através de coletas realizadas com um número de 60 indivíduos para que, a partir de então, realizemos a generalização dos resultados.

Outro método utilizado neste estudo, considerado como método de procedimento, é o comparativo. Esse método realiza comparações com o objetivo de verificar similaridades e

dar explicações acerca de divergências. Segundo Lakatos (1981, p. 32), “é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento”. Assim, valemo-nos desse método quando busca realizar comparações entre comunidades diferentes. Salientamos que, neste trabalho investigativo, adotamos o método da comparação ao compararmos os resultados encontrados no julgamento subjetivo da comunidade LGBT com os obtidos com o grupo não pertencente à comunidade, a fim de verificarmos se há divergência entre as suas percepções.

5.3.1 Método não-cronométrico (*off-line*) de análise

Segundo França, Ferrari e Maia (2016), os métodos de análise podem ser divididos em dois tipos¹⁵: cronométricos e não-cronométricos. Os primeiros, também conhecidos como métodos *on-line*, são utilizados para o estudo da linguagem em tempo real. Estes métodos, comumente utilizados na área de processamento linguístico, são capazes de aferir diferenças na carga de processamento psicolinguístico no exato momento em que estes processos estão acontecendo. Já as metodologias que aferem efeitos anteriores ao momento de produção são chamadas de *off-line* ou não- cronométrica. Para a obtenção de nossos dados de julgamento subjetivo, faremos uso da metodologia não-cronométrica de análise.

Derwing e Almeida (2005) salientam que o método *off-line* apresenta uma série de vantagens para a pesquisa linguística, dentre as quais, destacam a praticidade. Segundo eles, os métodos *off-line* geralmente incluem uma abordagem relativamente simples e objetiva, e também dispensa do uso de equipamentos requeridos para coletar respostas sensíveis ao tempo de processamento, tais como “computadores com caixas de resposta, equipamento de monitoramento ocular e equipamento para eletroencefalograma” (DERWING; ALMEIDA, 2005, p. 405). Esse perfil prático torna a coleta de dados de certa forma mais eficiente, haja vista que os experimentos podem ser testados com grupos de participantes de forma simultânea ao invés de individualmente, como requerido em testes cronométricos.

Existem diversos testes para a obtenção de dados experimentais por intermédio da metodologia não-cronométrica de análise. Como exemplo, podemos citar seis testes expostos

¹⁵ França, Ferrari e Maia (2016, p. 68) salientam que estes não são métodos excludentes; pelo contrário, um mesmo estudo psicolinguístico pode fazer uso de ambos os métodos.

e descritos em Derwing e Almeida (2005):

- (i) Testes de segmentação
- (j) Testes com recordação e reconhecimento
- (l) Testes de manipulação de sequências (ou ‘experimentos com jogos de palavras’)
- (m) Estudos do tipo ‘Berko’ (Mini-Línguas Artificiais)
- (n) Classificação de estímulos (ou ‘formação de conceitos’)
- (o) Testes de julgamento com escala

Tais testes são usados ampla e produtivamente. Os autores ainda os consideram como sendo não só eficientes, por serem capazes de produzir relativamente grandes quantidades de novos dados com relativamente pouco esforço, mas também flexíveis, haja vista que são facilmente adaptáveis à investigação de uma ampla gama de questões ou problemas.

Para esta tese, o instrumento de coleta utilizado foi o questionário. Nosso instrumento, por sua vez, é composto pelo método *off-line* de Teste de Julgamento com Escala. Justificamos a escolha deste método não só pelo fato de ele ser utilizado com frequência em estudos psicolinguísticos e sociais em geral, mas também por acreditarmos que seu formato possa nos ajudar de forma mais significativa na obtenção dos dados de julgamentos.

O teste escolhido para esta tese pode apresentar modelos distintos. Como exemplo, citamos dois testes bem conhecidos e utilizados na obtenção de dados experimentais, a saber: o Diferencial Semântico (OSGOOD, 1952)¹⁶ e a Escala Likert (LIKERT, 1932). As escalas, segundo Derwing e Almeida (2005), ainda podem ser utilizadas para o julgamento de gramaticalidade, seguindo o viés do gerativismo (cf. ROSS, 1979).

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, salientamos que nossos dados de julgamentos subjetivos serão coletados à luz do Teste da Escala Likert, por este ser o que mais se aproxima da metodologia pretendida aqui. Na seção que segue, faremos a descrição do referido instrumento de coleta.

5.3.1.1 Descrição do instrumento de coleta de atitudes: escala Likert

A escala elaborada pelo sociólogo Rensis Likert, em 1932, permite ao pesquisador

¹⁶ Para leitura do teste de julgamento por escala à luz do Diferencial Semântico, ler: Osgood (1952), Derwing e Almeida (2005), Cardoso (2015).

mensurar, por meio de questionários com múltiplas escolhas, atitudes e verificar graus distintos de concordância por intermédio das escolhas dos participantes que atuam como juízes diante das questões apresentadas. Ao dar suas respostas por meio da escala, o respondente acaba mostrando o quanto ele concorda ou discorda do objeto pesquisado. É importante mencionarmos que a referida escala foi elaborada com base em um teste já existente, a saber: Escala Thurstone (1929)¹⁷ definida como “um método simples de atribuir *scores* em Escalas de Atitude de Thurstone, que não envolve o uso de um grupo de juízes e ainda se baseia em várias amostras para ser consistentemente mais fidedigno do que o método original¹⁸” (LIKERT; ROSLOW; MURPHY, 1993, p. 1, tradução nossa).

Lucian e Dornelas (2015) afirmam que o principal avanço nos estudos de mensuração de atitude foi a proposição original de Likert (1932), que sugeriu uma escala unificada em que, por meio do mesmo instrumento, fosse possível identificar o sentido e a intensidade da atitude. Desde então, a mensuração nesse formato é a mais aceita entre os pesquisadores e profissionais de mercado. Embora a escala construída por Likert (1932) seja utilizada em diversas áreas de estudos, ela foi elaborada originalmente para o Construto atitude. Lucian e Dornelas (2015, p. 163) afirmam que “a escala foi teorizada considerando que a atitude não poderia ser captada por um único item (propondo então a escala multi-itens) e teve desenvolvida uma forma de se mensurar simultaneamente o sentido e a intensidade desta atitude”.

Como mencionado no terceiro capítulo, Cardoso (2015) salienta que um dos mais adequados instrumentos de coletas de atitudes parece ser o questionário, haja vista que podemos obter respostas claras e espontâneas, sem prejuízo do conteúdo das respostas que obteríamos com outros instrumentos de testes.

Para este estudo, nosso questionário foi elaborado no formato metodológico da Escala Likert, também conhecida como Escala de Julgamento Likert. Essa escala compõe itens de testagem ou itens do tipo Likert (CUNHA, 2007; POYNTER, 2010). Poynter (2010) salienta que, em termos formais, há uma distinção entre uma escala e um item do tipo Likert. Assertivas como “Como foi sua experiência com X” é um exemplo de um item de testagem. Se vários itens forem usados e os resultados forem somados nesses itens, o resultado será uma

¹⁷ O enfoque deste é dado à seleção objetiva de frases em relação às quais os sujeitos vão manifestar o seu acordo ou desacordo. Para o conhecimento sobre a Escala Thurstone, ler Thurstone e Chaves (1929), Likert, Roslow e Murphy (1993) e Cunha (2007).

¹⁸ A simple method of scoring the Thurstone Attitude Scales is presented, which does not involve the use of a judging group and yet is found in several samples to be consistently more reliable than the original method of scoring.

escala Likert. Cunha (2007) salienta que se mede a atitude do sujeito somando ou calculando a média do nível selecionado para cada item. Assim, um item de testagem, como o mencionado, apresenta uma escala em que os informantes podem informar suas avaliações, como: muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, insatisfeito,

Esse instrumento de coleta de dados não apresenta um número exato de opções de escolhas, isto é, escalas. Likert (1932) preconiza uma escala com 5 escolhas, mas alguns trabalhos atuais utilizam escalas de 3, 4, 7 ou até 11 pontos, alegando que, para seus estudos, é mais vantajoso o uso de um número maior de opções de escolhas (cf. LIMA, 2000; CUNHA, 2005, RODRIGUEZ, 2005). Assim, cabe ao pesquisador a escolha da quantidade de pontos a serem inseridos na escala.

Lucian e Dornelas (2005) demonstram preocupação com a relação entre a escala e os testes estatísticos, visto que a definição do número de itens afetará os testes estatísticos a serem realizados. Segundo eles, o uso de uma escala com muitos pontos pode não fornecer uma base de dados válida para a realização de inferências estatísticas, visto que, de acordo com o tamanho da amostra, pode resultar em uma dispersão entre os participantes, limitando o uso de alguns testes estatísticos. “Além do que, testes mais modernos como a teoria de resposta ao item se comportam melhor com escalas em si reduzidas” (LUCIAN; DORNELAS, 2005, p. 163).

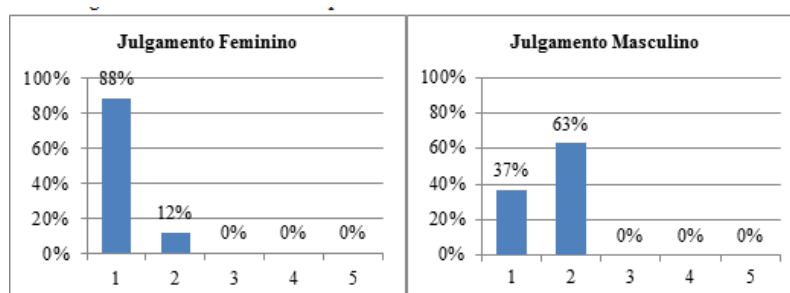
Um ponto de discussão sobre a escala Likert é a utilização de um ponto intermediário, isto é, de um ponto neutro. Komorita (1963) sugere que a definição clara de um ponto neutro em escala ordinal, como a escala pode ser observada, não parece ser possível. Já, Peabody (1962) e Sjoberg e Nett (1968) salientam que a presença ou ausência de uma categoria neutra é indiferente para a validação da escala. Lucian e Dornelas (2005), a seu turno, acreditam que a existência de um ponto capaz de neutralizar a questão é importante, uma vez que pode auxiliar o respondente em caso de indecisão ou não aplicabilidade. Assim, julgamos que a decisão de manter ou retirar o ponto neutro da escala deve ser tomada de acordo com a necessidade do pesquisador.

Diante do exposto, é de suma importância mencionarmos agora o formato de nosso instrumento de coleta de dados. Primeiramente, reafirmamos que o instrumento terá como finalidade aferir as atitudes dos nossos informantes acerca da realização de SNs, como, por exemplo, “A João” e, conseqüentemente, sobre os seus contrapontos, a saber: “João” – SN em que o antropônimo é acompanhado de artigo – e “O João” – sintagma em que um artigo antecede um antropônimo e estes compartilham do mesmo traço de gênero gramatical. Para mensurarmos tais atitudes, utilizamos uma escala Likert de 5 pontos, por acreditarmos que

esta quantidade atende perfeitamente a nossa necessidade (APÊNDICE 2). A esse número de pontos, atribuímos as seguintes características aos níveis da escala: as respostas obtidas em 1 e 2 estão enquadradas no que julgamos ser atitudes negativas; as situadas em 3, foram entendidas como neutras, ou seja, com o poder de anular a questão em caso de não aplicação, indecisão do respondente ou indiferença com relação à forma; e as distribuídas em 4 e 5, foram analisadas como positivas.

Metodologicamente, é imperativo ressaltarmos que, para este trabalho, atribuímos uma hierarquia aos níveis da escala. Essa hierarquia tem como base o fato de determinados elementos linguísticos, mais especificamente o grau superlativo, este podendo ser analítico ou sintético, intensificar características dadas ao substantivo por meio do adjetivo que o acompanha. Dessa forma, nos níveis correspondentes às atitudes positivas, a opção 1, apresentando um superlativo analítico (ex.: muito desagradável), é sempre mais negativa que a posição 2, sem o superlativo (ex.: desagradável); já, no que tange aos níveis positivos, a opção 5, com superlativo (ex.: muito agradável), é sempre mais positivo que 4 (ex.: agradável). Esta hierarquia está embasada nos resultados de Pereira e Silva (2018), que mostram – por intermédio da observação das atitudes de informantes universitários moradores da cidade de Serra Talhada - PE sobre a realização de artigo diante de antropônimo –, que, a depender do item de testagem, há uma diferença expressiva na marcação da primeira e/ou da segunda posição da escala. Ao observarem um item de testagem que buscava verificar as atitudes de indivíduos sobre a estética da variável local dos falantes, considerando o local de produção (Nordeste) – aquela em que o artigo não antecede o antropônimo –, os pesquisadores verificaram que os dois gêneros controlados variam entre os pontos 1 e 2. Porém, 88% dos informantes do gênero feminino marcou a posição 1, que apresentava o superlativo analítico “muito bonito”, enquanto 63% autodeclarados masculinos, a posição 2, “bonito”, sem o superlativo.

Figura 16 – Julgamento estético da variante predominante nas cidades de Recife e Serra Talhada.



Fonte: Pereira e Silva (2018)

Apesar de os dois pontos sinalizarem atitudes positivas, não podemos perder de vista esses dados, haja vista que tais resultados delineiam o perfil sociolinguístico da comunidade analisada pelos autores.

Também salientamos que utilizamos distratores, isto é, sentenças que não eram o foco de nossa análise e, por isso, não foram consideradas, mas foram de grande importância na formação de nosso *corpus*, uma vez que serviram para que o informante não falseasse os dados ao perceber o foco central da pesquisa.

5.3.1.1.1 *Descrição dos itens de testagem*

Como mencionamos, nosso instrumento de coleta teve 5 pontos, estes podendo, também, serem mencionadas como níveis. Vale reafirmarmos que cada ponto da escala corresponde a um juízo de valor acerca da variante avaliada, sendo os pontos 1 e 2 considerados juízos negativos, o ponto 3, a depender do item, considerado neutro; e os 4 e 5, positivos.

Os itens testados serão:

- (p) Sentimento de inclusão;
- (q) Estética da variante;
- (r) Sonoridade da variante;
- (s) Nível de profissionalismo.

O item (t), no entanto, será dividido em dois, considerando a formalidade do ambiente de produção da variante avaliada. Dessa forma, temos o item de testagem (t) representado por:

- (t) Nível de profissionalismo no usuário em ambiente formal;
- (u) Nível de profissionalismo no usuário em ambiente informal,

Sentimento de inclusão

Com o controle deste item de testagem, estamos pretendendo verificar o quanto os informantes juízes desta pesquisa, tanto aqueles que pertencem à comunidade LGBTQ+ quanto

aqueles que não pertencem a tal comunidade, se sentem incluídos na variante avaliada, a saber: aquela em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical. Vale salientarmos que, por motivo de comparação, também buscamos verificar esse sentimento sobre as variantes previstas pela gramática tradicional.

Sentir-se incluído, nesse caso, é também sentir-se representado tanto pela variante, quanto pelo seu usuário. É comum, em discussões em geral, os indivíduos proferirem falas como: “As suas palavras não me representam” e/ou “Ele não me representa” e ainda “Faço das suas palavras, as minhas” e /ou “Ele me representa”. Quando falantes utilizam tais construções, estes estão produzindo sentimentos avaliativos acerca do que foi dito e de quem disse/ou fez algo. Tais sentimentos são avaliativos, pois, a maioria dos indivíduos – para não utilizarmos de generalizações – não se compara àquilo que julgam ser ruim. Vale salientarmos que a associação é um dos princípios que regem as atitudes dos indivíduos (LAMBERT; LAMBERT, 1975). Quando associamos determinada variante ou pessoa a sentimentos negativos, o que observamos são atitudes/julgamentos também negativos acerca do objeto avaliado. Da mesma forma, quando associamos a variante ou o usuário dessa variante a sentimentos positivos, observamos avaliações positivas a seu respeito.

Dessa forma, ao buscarmos aferir as atitudes de nossos informantes acerca das variantes mencionadas, construímos nossa escala com os seguintes pontos:

- 1 – Totalmente Excluído;
- 2 – Parcialmente excluído;
- 3 – Indiferente;
- 3 – Parcialmente Incluído;
- 5 – Totalmente Incluído.

Os pontos expostos na escala de julgamento para aferirmos o sentimento de inclusão dos nossos informantes acerca das variantes, foram embasados em trabalho realizado por Labov (2008 [1972]). Ao controlarem esse item, no que tange a realização de artigo diante de antropônimo, Pereira e Silva (2018), verificaram que os informantes possuem sentimento positivo, isto é, de total inclusão, diante da variante local – sem artigo –; já, quando estava avaliando a variante nova – com artigo – o sentimento era de total exclusão, observando uma sutil assimetria entre as avaliações dos gêneros, como já mencionamos.

Diante disso, buscamos verificar quais as reações subjetivas de nossos informantes – tanto não LGBT+, quanto homossexuais –, no que diz respeito à representatividade que uma

ou outra forma apresenta.

Estética da variante

O domínio estético das formas linguísticas é constantemente alvo de avaliação por parte de seus usuários. Os valores estéticos sempre estiveram em julgamento em uma sociedade como a nossa, que busca um padrão idealizado. Não é difícil nos depararmos com falantes da língua afirmando que falar de determinada forma e/ou que determinada palavra é feia. Em geral, as formas que se desviam da norma ideal gramatical, aquela idealizada pela gramática e, por isso, tida como norma a ser seguida, (cf. ANTUNES, 2007), são criticadas fortemente, sendo consideradas “feias”, “desagradáveis”; já, aquelas que correspondem ao que é prescrito pelos manuais, facilmente recebem valores positivos.

Diante disso, e sabendo que uma das três variantes controladas não corresponde ao que é prescrito pela gramática, haja vista que apresenta uma aparente falta de concordância morfológica entre os elementos envolvidos – “A João” –, buscamos verificar como nossos participantes avaliam essa variante e comparando essa avaliação com as demais variantes possíveis na língua portuguesa falada no Brasil.

Os pontos que compõem a referida escala são os seguintes:

- 4 – Muito feio;
- 5 – Feio;
- 6 – Indiferente;
- 7 – Bonito;
- 8 – Muito bonito.

É imperativo destacarmos que evitamos o uso do superlativo sintético “belíssimo”, haja vista que, segundo Félix (2015, p 62), homens tendem a desfavorecer o uso de superlativos com sufixos –íssimo. O autor salienta que o baixo índice de uso pode ser motivado pelo fato de o uso de superlativos como o referido serem mais marcados na fala de gays. Diante dessa constatação, optamos por fazer uso do superlativo analítico “muito bonito”, para evitar que algum participante não marcasse o nível 5, por este apresentar uma forma que, pelo que parece, é estigmatizada.

Essa escala foi embasada em trabalhos como Cardoso (2015 [1989]), onde a autora, ao

analisar a percepção de aracajuanos acerca dos dialetos carioca, baiano e alagoano, afirma que as características puramente estéticas são as mais subjetivas. Segundo a autora, não há critério que indique como e porque um participante avalia uma fala “bonita” ou “feia”, “agradável” ou “desagradável”, “melodiosa” ou “sem melodia”. Dessa forma, a autora confirma suas suposições: os aracajuanos manifestam atitudes francamente positivas, reveladas pela alta concentração de respostas afirmativas às características relacionadas com as qualidades da voz em geral.

Dessa forma, buscaremos verificar as reações subjetivas de nossos participantes juízes no que diz respeito à estética da variável, realizando também comparações entre as três formas observadas.

Sonoridade da variante

O aspecto sonoro das formas é apontado por Cardoso (2015 [1989]) como sendo também de nível estético. Assim sendo, é avaliado se a produção sonora de determinada variante é “bonita” ou “feia” de se ouvir. Em nossa pesquisa, utilizaremos os juízes de “agradável” e “desagradável”, fazendo uso do domínio hedônico, isto é, da sensibilidade, do prazer ao ouvir a produção de determinada variante. Sabemos que o nível fonológico da língua, assim como o morfossintático, possui um alto nível de pressão social (cf. NASCIMENTO; LEÃO, 2019) e, por esse motivo, constantemente estamos realizando avaliações hedônicas acerca das variantes produzidas.

Os pontos que compõem este item de testagem são os seguintes:

- 1 – Muito desagradável; 2 – Desagradável;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Agradável;
- 5 – Muito agradável.

Dessa forma, pretendemos verificar qual a avaliação hedônica de nossos informantes a respeito das três formas observadas, a fim de realizarmos uma comparação entre a forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical e as duas variantes abrigadas pela gramática tradicional.

Nível de profissionalismo do usuário

Já mencionamos que este item de testagem foi dividido em dois, a saber: um referente ao contexto de trabalho formal e outro voltado para a avaliação do indivíduo usuário das formas em contexto de trabalho informal. Isso, porque levantamos a hipótese de que, devido ao fato de a variante “A João” não ser acolhida pela gramática tradicional, o seu usuário destina o seu uso a um ambiente menos formal de trabalho. Isso se dar, pelo que parece, por construções em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero está relacionada a um grupo específico, a saber: LGBTQ+. Assim, essa variante está relacionada às questões diafásicas da língua, uma vez que está ligada ao contexto comunicativo.

Dessa forma, o nível de profissionalismo foi avaliado através de dois itens de testagem: uma para cada contexto. Apesar de a escala possuir os mesmos pontos, a contextualização do ambiente, como podemos observar no apêndice 2, é diferente para cada item.

A escala para os dois itens mencionados é a seguinte:

- 9 - Sem qualificação
- 10 - Pouco profissional
- 3 - Independente
- 4 - Profissional
- 5 - Muito profissional

Com este teste, almejamos verificar se os gêneros de cada grupo (não LGBTQ+ e homossexuais) de informantes alteram suas percepções de acordo com a alteração do ambiente de trabalho.

5.3.1.2 Descrição do instrumento de coleta de crença: questionário fechado

Para a obtenção dos dados que serviram para compor nosso *corpus* de crença linguística, utilizamos como instrumento de coleta o questionário. Este teste foi composto por questões objetivas, isto é, perguntas diretas, de “sim” ou “não”. Tal teste nos ofereceu respostas também diretas, que, diferentemente das respostas para as atitudes, estariam ligadas a um nível mais consciente de percepção, que remete, portanto, às crenças e aos preconceitos dos participantes

de acordo com o imaginário social que compartilham (cf. VASSOLER; CAMACHO, 2016).

Nosso questionário composto por perguntas objetivas foi elaborado a fim de observarmos as crenças que os nossos informantes possuem sobre a forma aqui selecionada para análise (ex.: A Paulo), sem perdermos de vista as formas acobertadas pela tradição gramatical (ex.: Paulo/O Paulo), para fins comparativos. Para a formulação das crenças expostas do quadro abaixo, fizemos algumas perguntas sobre a variante a membros da comunidade LGBTQ+ pelos corredores da Universidade Federal de Pernambuco, a fim de que tivéssemos uma base tal. Assim, por exemplo, a crença “LGBTQ+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado” foi elaborada a partir da afirmação de um indivíduo LGBTQ+ de que “geralmente, as afeminadas usam mais essa forma de falar”.

O quadro que segue traz nossas assertivas que formaram nosso teste para a aferição das atitudes de nossos informantes:

Quadro 3 – Questionário de perguntas objetivas para a obtenção dos dados de crenças linguísticas dos informantes desta pesquisa

Crenças	SIM	NÃO
Para mim, falar “A PEDRO” está errado		
Para mim, falar “O PEDRO” está errado		
Para mim, falar “PEDRO” está errado		
Colocar artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Pedro) é algo exclusivo da população LGBTQ+		
Quando não LGBTQ+ masculinos utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles podem ter intenções discriminatórias.		
Não LGBTQ+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que seu pertencimento à comunidade não LGBTQ+ seja questionado”		
LGBTQ+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado		
LGBTQ+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Pedro) pode ser visto como normativo (isto é, aquele que segue o padrão de sexualidade e gênero imposto pela sociedade heterocisnormativa – todos do gênero masculino são geneticamente homens e, por isso, precisam agir como tal)		
Quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal		
Quem falar “A PEDRO” é uma pessoa que desrespeita a língua portuguesa		

Construções linguísticas como “A CÉSAR” são mais comuns na fala de LGBT+ de classe média a classe média-baixa.		
Construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe média a classe média-alta.		
Construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe alta.		
Quem fala “A MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Quem fala “O MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Quem fala “MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Uma mulher que fala “A PAULO” pode sofrer mais discriminação do que um homem que realiza a mesma construção		

Fonte: Autor deste trabalho

Como podemos perceber por meio da exposição da tabela acima, além das assertivas destinadas às variantes observadas, objetivamos também verificar quais as crenças de nossos informantes a respeito do usuário dessas variantes, tomando por base a literatura que nos diz que tanto os objetos sociais quanto os seus usuários são alvos de julgamento por parte de exogrupos. Neste questionário, o participante apenas precisaria assinalar uma das duas opções de SIM ou NÃO, a depender da crença a ser exposta.

5.3.2 O tratamento estatístico dos dados

Buscando realizar uma análise acurada, que vai além da apresentação de dados em porcentagens que permitem observar apenas a frequência de uso de uma ou de outra variante de um fenômeno linguístico em determinada comunidade, e visando um maior nível de segurança no que diz respeito à confiabilidade dos resultados, realizamos uma investigação em que os dados de crenças e de atitudes linguísticas de nossos informantes são tratados por um pacote especializado em tratamento estatístico de dados. O uso de programas computacionais e/ou pacotes para o tratamento estatísticos de dados se tornou cada vez mais frequente em pesquisas científicas de diversas áreas. Esses programas são capazes de nos

oferecer, em pouco tempo, um tratamento que nós, pesquisadores, demoraríamos dias para concluir à mão. Além da questão do tempo, os programas, desenvolvidos especificamente para a tarefa de tratar estatisticamente os dados, apresentam uma confiabilidade que um tratamento feito sem os seus auxílios não pode oferecer, haja vista que todo ser humano é passível de cometer falhas.

Como apontado por Freitag (2020), existem vários *softwares* que podem oferecer soluções de ferramentas estatísticas às nossas questões de pesquisa. A escolha do programa, dessa forma, depende tanto da disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e operacionais, quanto da necessidade do pesquisador. A autora defende que apesar de programas editores de planilhas eletrônicas, como o *Microsoft Office Excel*, permitirem a realização do tratamento de frequências descritivas, tais como: contagem de ocorrências, frequência, mediana etc, e também possibilitarem a visualização de resultados, com opções de gráficos, para realizar alguns testes inferenciais, como o qui- quadrado, são necessários mais passos e o mínimo de conhecimento da linguagem de programação das fórmulas.

Dentre os suportes estatísticos mais utilizados pelos estudiosos da sociolinguística, clássicos e atuais, estão GoldVarb X, R, SPSS, JAMOV, JASP. O primeiro, por exemplo, é responsável por auxiliar no tratamento estatístico de muitos trabalhos na área. Ele está presente no pacote computacional do VARBRUL, um conjunto de programas de análise multivariada, com estrutura capaz de acomodar dados de variação linguística. A análise é nomeada de multivariada porque permite que o linguista investigue situações em que a variável linguística que se estuda é influenciada por múltiplas variáveis independentes (cf. GUY & ZILLES, 2007). A investigação feita através desse aparato mede os efeitos das variáveis independentes e a significância de tais efeitos sobre a realização da variável que se toma como dependente. O GoldVarb X ainda hoje é utilizado como suporte estatístico em pesquisas de variação linguística. Todavia, ele apresenta algumas limitações, como, por exemplo, o fato de tratar apenas variáveis numéricas, impossibilitando o tratamento de variáveis de outro tipo, como variáveis categóricas nominais e ordinais. Os estudos mais recentes têm dado particular atenção à utilização da linguagem de programação R, ou plataforma R, e sua versão RStudio para o tratamento de seus dados. Esse programa disponibiliza uma ampla variedade de técnicas estatísticas e gráficas, incluindo modelação linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais (*time-series analysis*), classificação, agrupamento e outras. É importante salientarmos que tal plataforma funciona com base em comando em forma de códigos que o pesquisador precisa fornecer, por meio de digitação em seu *script* ou diretamente em seu *console*, para que o programa trate os

dados. Isso, muitas vezes, acaba dificultando e, até mesmo, limitando o seu uso por parte de pesquisadores menos experientes e/ou familiarizados com esse tipo de comando. Programas como o JAMOV, SPSS e o JASP, por seus turnos, figuram como sendo programas de interface mais amigável do que a linguagem R e mais completos que o GoldVarb X.

Para esta tese, optamos por fazer uso do pacote de tratamento estatístico de variáveis do JASP¹⁹. Este pacote estatístico é gratuito - diferentemente do SPSS -, bastante focado às ciências comportamentais e traz uma série de opções fundamentais às análises, como técnicas de correlação, regressão, inferência e modelos de equação estrutural, projetado para ser de fácil manuseio e familiar aos usuários do SPSS.

O JASP²⁰ oferece inferência frequentista e inferência bayesiana nos mesmos modelos estatísticos. A inferência frequentista usa valores “p” e intervalos de confiança para controlar as taxas de erro no limite de replicações perfeitas infinitas. Uma vez realizado o teste estatístico, este irá oferecer um p-valor²¹, que deve ser comparado com um p-valor pré-determinado pelo pesquisador, conhecido como α (*alfa*). Nas ciências humanas, em geral, este valor α é de 0,05. Segundo Freitag (2020), isso significa que, se um teste for repetido 100 vezes, em cinco, o resultado pode ser diferente do obtido inicialmente.

A linguista aduz que $\alpha = 0,05$ não é um número fixo; pelo contrário, há casos em que esse número pode ser alterado para mais ou para menos, em função do desenho do estudo, premissas teóricas ou metodológicas. Salientamos que, para este trabalho, seguimos pelo mesmo caminho das ciências humanas e assumimos um $\alpha = 0,05$. É importante pontuarmos que o p-valor não diz se está certo ou errado, se há associação ou não há associação, se algo vai ou não vai acontecer. Ao realizarmos testes estatísticos, estamos buscando rejeitar a hipótese nula ou falhar em rejeitar a hipótese nula (cf. FREITAG, 2020).

A Hipótese Nula (H_0) afirma que o resultado não é diferente do acaso. Isso significa, segundo Freitag (2020), que, com base na H_0 , assumimos sempre que, por exemplo, a distribuição entre dois grupos não é diferente, ou que não há associação entre duas variáveis. Quando a H_0 não é atestada assumimos uma hipótese secundária (H_1), em que é defendido que há diferença entre os grupos ou que há associação entre as variáveis. Assim, na comparação entre o p-valor obtido com o teste e o valor de α assumido pelo pesquisador, se o

¹⁹ O JASP pode ser encontrado por meio do link: <https://jasp-stats.org>

²⁰ A inferência bayesiana usa intervalos confiáveis e fatores de Bayes para estimar valores de parâmetros confiáveis e evidências do modelo, dados os dados disponíveis e o conhecimento prévio.

²¹ Na estatística clássica, o valor-p é a probabilidade de se obter uma estatística de teste igual ou mais extrema que aquela observada em uma amostra, sob a hipótese nula.

p-valor obtido for menor que o valor de α ($p < 0,05$), rejeitamos a hipótese nula; já se o p-valor obtido for maior ou igual ao valor de α ($p > 0,05$), falhamos em rejeitar a hipótese nula.

Dessarte, não é demais reafirmarmos que os dados analisados neste trabalho foram tratados à luz do pacote estatístico do JASP. A escolha desse pacote se deu pelo fato de ele atender às nossas necessidades, uma vez que oferece testes estatísticos capazes de tratar nossos dados; assim como por possuir uma sintaxe mais amigável que outros pacotes e/ou plataformas, como o SPSS e a linguagem R, respectivamente.

Os testes utilizados foram: Análise de variância (ANOVA) para o tratamento dos dados de atitudes, e Tabela de contingência para os dados de crenças. Selecionamos o teste da ANOVA por este ser um bom recurso para análises comparativas, ou seja, análises que pretendem realizar comparações entre grupos distintos. A ANOVA pode determinar se as médias de três ou mais grupos são diferentes, a partir do uso de testes F (assim chamado em homenagem ao seu criador, Ronald Fisher) para testar estatisticamente a igualdade entre médias. Além disso, quando uma variável resposta numérica (quantitativa) depende de uma variável categórica (qualitativa), a ANOVA parece ser uma excelente metodologia estatística para lidar com esse tipo de situação.

Já, o teste da tabela de contingência foi selecionado por este ser um teste do já mencionado pacote estatístico que nos permite analisar a frequência de variáveis categóricas. Associados a este teste, podemos fazer uso do teste de qui-quadrado, para verificarmos a significância da variável, e Cramer, para verificarmos a força da resposta do respondente.

5.3.3 Recrutamento dos participantes e ordem de apresentação dos testes

Tendo como finalidade investigar nosso fenômeno à luz da comunidade de prática (WENGER, 1990; LAVE; WENGER, 1991), buscamos formar nosso *corpus* com indivíduos que estivessem engajados em uma luta comum, com práticas comuns. Nesse caso, nossos informantes estão engajados na luta por sua visibilidade sociolinguística por meio de práticas compartilhadas pelos seus pares. São informantes recifenses com nível de instrução universitária conectados por práticas – modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – comuns, envolvendo-se em um processo de aprendizado coletivo.

A princípio, os participantes foram abordados nos corredores de diversos centros da sede da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. Aos participantes que se enquadravam em nossos critérios de inclusão, explicamos nossos objetivos com esta pesquisa, tal como

exigido pelo CEP, mas tomando cuidado para que a variante que deveria ser julgada não fosse revelada, a fim de não causar um falseamento dos dados. Os testes foram apresentados aos informantes por meio da Plataforma *Google Forms*, especializada na formulação de testes via *internet*. Este recurso foi utilizado devido ao seu formato prático de coleta, armazenamento e tratamento de dados. Além disso, a referida ferramenta de pesquisa oferece comodidade aos entrevistados que, por seu turno, podem responder ao questionário em qualquer momento de seu dia e onde achar melhor. É importante salientarmos que caso algum informante sinalizasse para o fato de não possuir acesso à internet, este era direcionado aos computadores disponíveis para acesso ao público das instituições de ensino a que pertencia. Também disponibilizamos computador pessoal²² para que esses informantes interessados em participar pudessem oferecer suas respostas para a nossa análise.

Ao aceitarem participar de nossa pesquisa, os informantes que serviram de juízes para este trabalho se depararam com três instrumentos de coleta de dados. Os instrumentos e sua ordem de apresentação foi a que segue:

- (i) Ficha social;
- (j) Questionário fechado;
- (l) Teste de julgamento Likert.

Os dados pessoais foram os primeiros dados a serem coletados, pois dessa forma saberíamos se os indivíduos abordados estariam ou não dentro dos nossos critérios de inclusão, isto é, se estes seriam informantes em potencial para nossa pesquisa. Após a coleta desses dados e a checagem de que o indivíduo se enquadrava no perfil selecionado para esta pesquisa, nosso instrumento de coleta foi apresentado e enviado para o e-mail pessoal do participante. O instrumento seguia a seguinte ordem de apresentação: de início, os informantes tinham acesso ao questionário de perguntas objetivas, que serviu para coletar os dados de crenças, uma vez que esse teste apresenta uma estrutura que, à primeira vista, pode dar, ao respondente, a ideia de que é mais rápido de responder, já que ele só apresenta duas alternativas: sim e não. Em seguida, os participantes tiveram acesso aos testes para a obtenção das atitudes linguísticas sobre o fenômeno em análise. Este teste, como já mencionamos, é

²² É interessante pontuarmos que, no período dessa primeira coleta, a pandemia ainda não havia se instaurado e, por isso, ainda tínhamos acesso aos indivíduos com potencial para participar desta pesquisa.

composto pelo método *offline* de Julgamento por Escalas, sendo esta a Likert de 5 pontos, em que o ponto 1 representa o ponto mais negativo das avaliações, e 5 representa o ponto mais positivo das avaliações.

É importante salientarmos que a ordem de apresentação dos testes foi pensada como uma forma de evitar uma possível desistência por parte de algum informante devido a extensão do arquivo, já que continha dois instrumentos de coleta (crenças e atitudes).

Neste capítulo, expomos os passos metodológicos, até então, adotados para a realização deste trabalho de doutoramento. No próximo capítulo, mostraremos os resultados alcançados após a coleta e a análise dos dados obtidos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

6.1 APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, iremos realizar a exposição dos resultados obtidos por meio da observação dos dados coletados por intermédio da aplicação dos testes não-cronométricos mencionados e descritos no capítulo anterior, a saber: o questionário de perguntas e respostas objetivas, para a obtenção das crenças linguísticas, e o teste de julgamento com escala, sendo utilizada a Escala Likert, para o recolhimento dos dados de atitudes linguísticas dos informantes juízes desta pesquisa.

Antes de começarmos a análise, é importante pontuarmos que, apesar de nosso foco ser a forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical (ex.: A Paulo), apresentamos, para fins comparativos, as avaliações acerca das demais formas possíveis no português brasileiro, a saber: “Paulo” e “O Paulo”.

6.2 OBSERVANDO AS CRENÇAS LINGUÍSTICAS DOS INFORMANTES

Como já mencionamos anteriormente, este teste foi composto por perguntas objetivas, fechadas de “sim” ou “não”. Nosso *corpus* voltado para as crenças foi composto por respostas de 60 informantes universitários domiciliados em Recife, estratificados em gênero feminino e gênero masculino, levando em consideração a comunidade de cada um dos indivíduos, haja vista que indivíduos que não pertencem à comunidade LGBTQ+ e aqueles que pertencem a tal comunidade compõem grupos sociais distintos e, dessa forma, apresentam práticas igualmente distintas.

A seguir expomos os resultados advindos dos testes de crenças linguísticas aplicados aos informantes.

Para a observação da crença acerca da gramaticalidade das variantes investigadas, nós lançamos as seguintes assertivas em nosso teste: “falar Pedro está errado”, “falar o Pedro está errado” e “falar a Pedro está errado”. Com a rodada dos dados no teste de contingência oferecido pelo pacote do JASP, percebemos que as variantes presentes na idealização gramatical não foram julgadas de forma negativa, ou seja, nenhum de nossos informantes juízes afirmou que construções, como “Pedro” e “o Pedro” estão erradas, o que ocasionou na anulação dos

resultados dessas duas variantes por parte do programa. O mesmo, no entanto, não aconteceu com a variante “a Pedro”.

Com o teste de qui-quadrado, verificamos que não há, estatisticamente falando, associação entre a crença mencionada e as variáveis controladas. Isso quer dizer que a resposta obtida para a referida crença independe de o informante ser de um ou de outro gênero; assim como independe se ele pertence a uma ou a outra comunidade (LGBT+ ou não LGBT+). Os resultados do teste podem ser vistos a seguir:

Tabela 5 – Teste de qui-quadrado da crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	1.400	1	0.237
	N	21		
Não	X ²	1.327	1	0.249
	N	39		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Como podemos observar, por meio do teste de qui-quadrado apresentado acima, os valores de p estão acima do valor α (alfa) de 0,05, já definido para esta pesquisa (sim, $p = 0,237$; não, $p = 0,249$). Isso indica a falta de associação entre as respostas dadas à crença e as variáveis sociais observadas (comunidade e gênero). Dessa forma, os resultados expostos no teste de contingência a seguir não sofreram interferência dessas duas variáveis sociais. Vale pontuarmos que, como o teste de qui-quadrado informou que não há interferência das variáveis sociais controladas nas respostas obtidas, deteremo-nos apenas na exposição dos valores presentes na coluna referente ao total de ocorrência²³.

²³ Salientamos que os resultados das células internas, ou seja, daquelas correspondentes às variáveis comunidade e gênero social, só serão analisadas caso o teste de qui-quadrado nos mostre uma associação entre os resultados e as variáveis.

Tabela 6 – Crença linguística sobre a gramaticalidade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	0.000	6.000	6.000
	Masculino	3.000	12.000	15.000
	Total	3.000	18.000	21.000
Não	Feminino	15.000	9.000	24.000
	Masculino	12.000	3.000	15.000
	Total	27.000	12.000	39.000

Fonte: Autor desta pesquisa

O resultado exposto acima nos mostra que a maioria dos universitários recifenses participantes desta pesquisa não possui crenças negativas no que tange a realização de um artigo feminino diante de um antropônimo masculino, isto é, não acredita que o uso de construções nominais como “a Pedro” seja algo errado no português.

A nossa análise de contingência nos mostra que, dos 60 participantes desta pesquisa, 21 assinalaram a assertiva em que tínhamos a crença de que falar “a João” é algo errado, totalizando apenas 35% (21/60) de nossa amostra. Contrariamente a eles, 39 participantes mostraram não serem favoráveis a tal crença, totalizando 65% (39/60) da amostra.

Esse resultado sugere que a maioria dos universitários recifenses, independentemente do grupo social do qual pertence ou de sua identificação de gênero, são tolerantes às construções em que o artigo definido gramaticalmente feminino antecede um antropônimo de gênero gramatical masculino. O resultado então aponta para o fato de, mesmo não sendo acobertada pela tradição gramatical, existir um reconhecimento da gramaticalidade da variante por parte de 65% dos informantes.

Tendo em mente que o meio acadêmico é um espaço em que discussões acerca das questões sociais que envolvem os seres são estimuladas frequentemente, principalmente nas áreas dos cursos de humanas, de onde advém a maioria de nossos informantes, acreditamos que esse resultado tenha sofrido influência do grau de escolaridade do indivíduo participante. Como mencionado anteriormente, mais especificamente no terceiro capítulo, nossos informantes caracterizam-se como sendo indivíduos dinamizadores de regras, ou seja, são aqueles que têm capacidade de entender, refletir acerca da atual conjectura da sociedade e iniciar um processo

de mudança na língua. O primeiro passo para isso é, sem dúvidas, o reconhecimento, constatado a partir do teste da gramaticalidade dessa variante.

Tendo em mente que essa variante é uma forma típica da comunidade LGBTQ+, como mencionado em Lau (2015, Carvalho (2020), verificamos o posicionamento de nossos informantes em frente a seguinte crença: “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Pedro) é algo exclusivo da população LGBTQ+”, a fim de obter reforço sobre a ideia de que esta é uma variante típica do referido grupo social. Os resultados são expostos a seguir:

Tabela 7 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos é algo exclusivamente da população LGBTQ+”.

Opções		Valor	Df	p
Sim	X ²	0.001	1	0.970
	N	47		
Não	X ²	1.733	1	0.188
	N	39		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

O teste de qui-quadrado apresentado acima nos mostra que não há relação entre a referida crença e as variáveis sociais controladas. Como podemos perceber, em ambas as respostas, os valores de p são superiores ao valor alfa pré-estabelecido de 0,05. O teste mostra que o p-valor para a confirmação da crença é de 0,970; já, para a sua rejeição, o valor de p é de 0,188. Como mostra o teste de qui-quadrado, o resultado exposto acima não sofre interferência de nenhuma das variáveis de controle. Isso quer dizer que a aceitação ou a rejeição da crença independe da comunidade ou do gênero do participante. O teste de contingência a seguir expõe os valores obtidos em cada célula de nosso *corpus*.

Tabela 8 – Tabela de contingência sobre a crença “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos é algo exclusivamente da população LGBTQ+”

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBTQ+	
Sim	Feminino	12.000	9.000	21.000
	Masculino	15.000	11.000	26.000

	Total	27.000	20.000	47.000
Não	Feminino	3.000	6.000	9.000
	Masculino	0.000	4.000	4.000
	Total	3.000	10.000	13.000

Fonte: Autor desta pesquisa

O teste de tabela de contingência realizado para “aferir” a referida crença nos mostra que dos 60 informantes desta pesquisa, 47 são favoráveis e 13 são desfavoráveis à crença testada. Assim, verificamos que 78% (47/60) de nossos informantes acreditam que a produção de SN em que o antropônimo masculino é regido por um artigo feminino é algo exclusivo da comunidade LGBTQ+.

Com isso, percebemos então que na comunidade universitária da cidade do Recife, existe uma crença de que variantes linguísticas como “a Paulo” são exclusivas da fala LGBTQ+, não pertencendo assim à fala de informantes de outros grupos sociais. Esse resultado já era esperado por nós, uma vez que essa variante já havia sido apontada em outras pesquisas, a exemplo de Carvalho (2020) e Pereira (2020), mencionados no segundo capítulo desta tese, como sendo típica da fala LGBTQ+. Percebemos, então, que nossos informantes, independentemente de seu perfil social, estereotipam essa forma como sendo própria de uma determinada fala. Esse resultado prova que estamos diante de uma variante marcadora de fronteiras entre comunidades distintas.

Esse fato, no entanto, não interfere no uso desse tipo de construção nominal por parte de integrantes de outros grupos. No entanto, sabemos, a partir de nossa experiência de vida, que, em muitos casos, quando não LGBTQ+, mais especificamente os de gênero masculino, utilizam marcas e expressões tidas como características de indivíduos LGBTQ+, eles têm intenções pejorativas. Tendo isso em mente, lançamos a seguinte crença linguística aos nossos participantes: “quando não LGBTQ+ utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles têm intenções irônicas”. Vejamos os resultados da exposição dessa assertiva.

Tabela 9 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “quando não LGBTQ+ utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles têm intenções irônicas”.

Opções		Valor	df	p
Sim	X ²	0.583	1	0.445
	N	28		
Não	X ²	0.508	1	0.476

	N	32		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Os dados expostos no teste de qui-quadrado acima evidenciam que não há relação entre o resultado da análise da crença apresentada e as variáveis sociais controladas neste trabalho. Dessa forma, o fato de os informantes acreditarem que não LGBTQ+ masculinos possuem intenção desmerecedoras a variante quando a utiliza independe da comunidade ou do gênero do participante, uma vez que os valores de p apresentados na tabela são superiores ao valor de 0,05. Vejamos a distribuição das respostas.

Tabela 10 – Tabela de contingência sobre a crença “quando não LGBTQ+ utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles têm intenções irônicas”.

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBTQ+	
Sim	Feminino	7.000	9.000	16.000
	Masculino	7.000	5.000	12.000
	Total	14.000	14.000	28.000
Não	Feminino	8.000	6.000	14.000
	Masculino	8.000	10.000	18.000
	Total	16.000	16.000	32.000

Fonte: Autor desta pesquisa

Como podemos observar, dos 60 participantes, 32, ou seja, 53% (32/60) dos participantes juízes afirmaram não acreditar que indivíduos não LGBTQ+ masculinos possuem más intenções quando utilizam a variante tida como típica da fala LGBTQ+. Já aqueles que foram positivos à crença, totalizaram 47% (28/60) de nosso *corpus*. Cabe, no entanto, ressaltarmos que a diferença quantitativa entre aqueles que foram favoráveis e aqueles que foram desfavoráveis a tal crença é mínima: apenas 6% separam esses dois grupos. Essa observação, então, sugere apenas uma tendência ao desfavorecimento da referida crença, mas não nos traz um posicionamento mais assertivo sobre a problemática exposta.

Ainda com base no fato de que pessoas que não pertencem à comunidade LGBTQ+, principalmente aqueles de gênero masculino, costumarem se distanciar de objetos sociais tidos

como pertencentes aos membros da comunidade LGBT+, lançamos a crença “indivíduos não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que seu pertencimento à comunidade não LGBT+ seja questionado” aos nossos juízes. Vejamos os resultados:

Tabela 11 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que seu pertencimento à comunidade não LGBT+ seja questionado”.

Opções		Valor	Df	P
Sim	X ²	0.008	1	0.929
	N	42		
Não	X ²	0.117	1	0.732
	N	18		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Observando a tabela acima, percebemos que, assim como aconteceu com as crenças anteriores, não há associação entre este resultado e as variáveis sociais controladas, uma vez que os valores de p são maiores que 0,05. Sendo assim, o favorecimento ou o desfavorecimento da referida crença independe do fato de o julgador ser LGBT+ ou não LGBT+, assim como se ele é masculino ou feminino. Vejamos como se deu a distribuição das avaliações.

Tabela 12 – Tabela de contingência sobre a crença “não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que seu pertencimento à comunidade não LGBT+ seja questionado”.

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	10.000	8.000	18.000
	Masculino	13.000	11.000	24.000
	Total	23.000	19.000	42.000
Não	Feminino	5.000	7.000	12.000
	Masculino	2.000	4.000	6.000
	Total	7.000	11.000	18.000

Fonte: Autor desta pesquisa

Observando a coluna referente ao valor total de julgamentos, percebemos que do total de participantes, 70% (32/60) acreditam que homens não LGBTs podem ser vistos como membros da comunidade LGBT+ quando fazem uso de estruturas como “a Paulo”. Já, 30% (18/60) do nosso *corpus* coloca-se desfavorável a essa crença.

Esse resultado corrobora com o obtido para a crença de que “colocar artigo feminino diante de nomes masculinos é algo exclusivamente da população LGBT+”. O favorecimento dessas crenças contribui, fortemente, para a formação do estereótipo relacionado não só à variante em questão, mas também ao seu usuário, a saber: essa é uma variante típica da comunidade LGBT+ e, por isso, quem a utiliza é igualmente LGBT+. Logo quando não LGBT+, principalmente aqueles de gênero masculino, fazem uso desse tipo de construção, seu pertencimento à sua comunidade é posto em “xeque”. Esse tipo de crença é responsável por fazer com que homens não LGBT+ se afastem de objetos sociais que não os associam ao grupo social ao qual pertencem. Muitas vezes, esse afastamento pode vir em formas de atitudes hostis, como a exposta na imagem 5 do terceiro capítulo deste trabalho.

Mas quando se fala dos estereótipos que essa variante emergente pode trazer para o seu usuário, outra característica social/comportamental desse falante pode ser colocada em jogo. Pensando nisso e, mais ainda, pensando na dicotomia “afeminado e masculinizado” ou ainda “não-normativo e normativo”, “não padrão e padrão”, lançamos a seguinte crença “LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado”.

Vale pontuarmos que essas nomenclaturas são utilizadas por uma boa parte da sociedade para classificar pessoas a partir de suas particularidades sociocomportamentais. Os informantes foram esclarecidos de que tais termos estão relacionados ao comportamento social do indivíduo. Aqueles sujeitos que possuem o perfil comportamental masculino idealizado e estabelecido pela sociedade não LGBT+, são classificados (até mesmo dentro da comunidade LGBT+) como padrão, normativo, masculino. Já aqueles indivíduos que fogem a essa idealização são estereotipados como não padrão, não normativo, afeminado.

Tabela 13 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado”.

Opções		Valor	df	P
Sim	X ²	0.063	1	0.802
	N	39		
Não	X ²	0.000	1	1.000

	N	21		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Com o teste acima fica evidente que não há, estatisticamente falando, associação entre a crença analisada e as variáveis sociais de gênero e/ou de comunidade dos informantes. Ou seja, as variáveis não interferem nas respostas dadas pelos informantes. Vejamos como nossos informantes reagiram a essa crença.

Tabela 14 – Tabela de contingência sobre a crença “LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado”.

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	11.000	7.000	18.000
	Masculino	12.000	9.000	21.000
	Total	23.000	16.000	39.000
Não	Feminino	4.000	8.000	12.000
	Masculino	3.000	6.000	9.000
	Total	7.000	14.000	21.000

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela de contingência nos mostra que dos 60 participantes, apenas 21 (35%) foram desfavoráveis à crença. Já 39 (65%) mostram ter a crença de que o sujeito LGBT+ que usa esse tipo de construção nominal é/pode ser visto como afeminado. Esse resultado mostra que a maioria de nossos informantes acredita que além de essa variante ser típica do grupo LGBT+, ela ainda é mais utilizada por pessoas tidas como “afeminadas”, ou seja, que fogem da idealização da masculinidade por parte de uma sociedade ainda heterocisnormativa.

Esse resultado pode estar relacionado ao fato de os LGBT+ que não seguem o padrão social imposto pela sociedade estarem sempre à frente na luta por direitos sócio- políticos. Isso quer dizer que fenômenos linguísticos que não correspondem ao padrão gramatical idealizado pela sociedade podem ser vistos como sendo pertencentes às pessoas que, da mesma forma, não seguem os padrões estabelecidos pela sociedade. O favorecimento dessa crença evidencia a presença de um pensamento machista da maior parte de nossos respondentes: indivíduos que

apresentam comportamento social semelhante ao idealizado pela sociedade não podem fazer uso desse tipo de sintagma. Tal resultado, então, acaba corroborando ainda mais para a estereotipação não só da forma analisada, mas também do indivíduo que a utiliza.

Nossos resultados ainda apontam para a aceitação de outra crença que acaba auxiliando na construção estereotípica do sujeito usuário dessa variante. Em nosso instrumento de coleta de dados de crença, lançamos três assertivas sobre a classe social do falante desse tipo de construção, considerando as classes alta, média-alta e média- baixa. Vejamos os resultados.

A seguir, mostramos o resultado da análise de qui-quadrado para a crença voltada para a classe alta.

Tabela 15 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de classe alta.”.

Opções		Valor	df	p
Sim	X ²	2.000	1	0.157
	N	18		
Não	X ²	0.857	1	0.355
	N	42		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Por meio do teste de qui-quadrado exposto acima, percebemos que as respostas dadas pelos participantes não sofreram interferência das variáveis sociais controladas: comunidade e gênero, haja vista que os valores de p estão bem acima do valor pré- estabelecido de 0.05.

Dessa forma, por meio do teste da tabela de contingência, vejamos como os falantes se comportaram diante dessa crença.

Tabela 16 – Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de classe alta.”

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	6.000	3.000	9.000
	Masculino	3.000	6.000	9.000
	Total	9.000	9.000	18.000
Não	Feminino	9.000	12.000	21.000

	Masculino	12.000	9.000	21.000
	Total	21.000	21.000	42.000

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela acima mostra que a maioria dos entrevistados, mais especificamente 70% (42/60) de nossa amostra, não acredita que esse tipo de construção pertence a fala de indivíduos LGBT+ de classe social alta. Apenas 18 informantes, ou seja, 30% (18/60) da amostra, acreditam que pessoas com alto poder aquisitivo fazem uso de construções nominais em que um artigo feminino antecede um antropônimo masculino.

Esse resultado, então, sugere que, segundo os participantes, os usuários dessa variante ocupam as classes sociais mais baixas. Para tal constatação, lançamos a seguinte crença para os participantes juízes desta pesquisa: “Construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe média a classe média”.

Tabela 17 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de média”

Opções		Valor	df	p
Sim	X ²	4.504	1	0.034
	N	28		
Não	X ²	2.815	1	0.093
	N	32		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

Diferentemente do que aconteceu com o teste voltado para a classe alta, quando nos referimos à classe média, percebemos que o teste de qui-quadrado apontou uma interferência entre a resposta favorável à crença e as variáveis sociais controladas, apresentando para essa resposta um valor-p de 0.03, valor inferior ao alfa de 0.05. Dessa forma, notamos que, segundo nossos testes, o favorecimento desta crença sofre interferência das variáveis sociais que envolvem nossos participantes. Vejamos na tabela de contingência a seguir como os resultados são distribuídos.

Tabela 18 – Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de classe média.”

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	9.000	7.000	16.000
	Masculino	2.000	10.000	12.000
	Total	11.000	17.000	28.000
Não	Feminino	6.000	8.000	14.000
	Masculino	13.000	5.000	18.000
	Total	19.000	13.000	32.000

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela de contingência exposta acima nos mostra que 53% (32/60) de nossos participantes não possuem a crença de que esse tipo de SN pertence à fala de pessoas de classe média. Já, 47% (28/60) dos entrevistados são favoráveis à crença mencionada. Como podemos perceber, os percentuais estão muito próximos, apenas 6% separam um do outro. Tal resultado acaba não nos permitindo afirmar que nossos informantes são, de fato, desfavoráveis à crença exposta, mas apresentam uma tendência para o desfavorecimento.

Apesar disso, como mencionamos, nosso teste de qui-quadrado mostrou que existe interferência das variáveis sociais no favorecimento dessa crença. Por esse motivo, vale verificarmos como essa interferência se deu. Observando, então, os resultados favoráveis à crença, percebemos que, no que tange a comunidade da qual os informantes pertencem, o grupo não LGBT+ é mais sensível a ela: dos 28 informantes favoráveis, 17 são não LGBT+, totalizando 61% (17/28) dos informantes que possuem essa crença, contra 39% (11/28) do grupo LGBT+.

Quando observamos o gênero social dos informantes, percebemos que a assimetria entre os gêneros não é tão significativa assim, uma vez que as mulheres representam 57% (16/28) do grupo favorável, e os homens, 43% (12/28). Isso mostra que, se analisada de forma separada, a variável gênero, diferentemente da comunidade, não é tão interveniente assim, haja vista que encontramos uma diferença estatística pouco significativa.

Ao observarmos o cruzamento entre as variáveis, percebemos que os resultados se comportam de forma mais significativa, considerando os valores estatísticos. Do grupo masculino, percebemos que os informantes não LGBT+ são mais favoráveis à crença, uma vez que dos 12 informantes masculinos favoráveis, 10 são da comunidade não LGBT+,

representando 84% (10/12) de nossa amostra. O grupo feminino, no entanto, não apresentou uma assimetria tão visível quanto a apresentada pelo grupo masculino. Segundo os resultados, das 16 informantes femininas favoráveis à crença, 9 (56%) são LGBT+, e 7 (44%) são não LGBT+. Esse resultado sugere que essa crença é fortalecida, sobretudo, por homens não LGBT+.

Observemos agora como esses informantes avaliaram a crença referente à classe média-baixa.

Tabela 19 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de média-baixa”

Opções		Valor	Df	p
Sim	X ²	3.860	1	0.049
	N	33		
Não	X ²	4.492	1	0.034
	N	27		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

O nosso teste de qui-quadrado mostrou que existe interferência entre as respostas dadas sobre a crença e as duas variáveis sociais observadas nesta pesquisa. Ou seja, a orientação afetivo-sexual do informante, assim como a sua autoidentificação de gênero, interferiu no resultado obtido tanto para o favorecimento ($p=0,04$) quanto a desfavorecimento da crença ($p=0,03$). Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 20 – Tabela de contingência sobre a crença “construções linguísticas como “A CÉSAR” é comum na fala de LGBT+ de classe média-baixa”

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	12.000	7.000	19.000
	Masculino	4.000	10.000	14.000
	Total	16.000	17.000	33.000
Não	Feminino	3.000	8.000	11.000
	Masculino	11.000	5.000	16.000
	Total	14.000	13.000	27.000

Fonte: Autor desta pesquisa

O teste de tabela de contingência mostra que 55% (33/60), ou seja, 33 informantes, foram favoráveis a esta crença, enquanto que 45% (27/60) foram desfavoráveis, mostrando que nossos informantes são levemente mais favoráveis a tal crença.

O teste ainda mostrou que, na comparação entre as comunidades observadas, o grupo não LGBT+ é levemente mais favorável à crença de que esse tipo de sintagma é mais comum na fala de pessoas da classe média-baixa, com 52% (17/33), em comparação com o grupo LGBT+, com 48% (16/60). Quando observamos o gênero, observamos que os informantes femininos são levemente mais sensíveis (19/33 = 57%) que os homens (14/33 = 43%).

Esses resultados, no entanto, se observados separadamente, não nos permitem afirmar se houve de fato uma assimetria entre as respostas, uma vez que eles estão muito próximos. Mas, observando o cruzamento entre as duas variáveis, percebemos o motivo pelo qual a análise estatística foi significativa. Percebemos que no grupo LGBT+, os informantes femininos (12/16 = 75%) são mais sensíveis que os masculinos (4/16 = 25%). O contrário, no entanto, acontece quando observamos o grupo não LGBT+. Neste grupo, os homens são mais sensíveis (10/17 = 59%) que as mulheres (7/17 = 41%).

Observando os resultados desfavoráveis à referida crença, notamos que, no que tange à comunidade, o grupo LGBT+ é levemente mais desfavorável (14/27 = 52%) que o grupo formado por não LGBT+ (13/27 = 48%). Esse resultado, no entanto, não nos permite visualizar uma diferença estatística significativa, uma vez que as porcentagens de julgamentos estão próximas, evidenciando que a variável comunidade sozinha não parece interferir de forma significativa nos julgamentos da crença.

O mesmo parece acontecer com a variável gênero. Ao observarmos essa variável, percebemos que a diferença entre as respostas de homens (16/27 = 59%) e mulheres (11/27 = 41%) não são, estatisticamente falando, significativas.

Com o cruzamento, percebemos que, no grupo LGBT+, os indivíduos masculinos apresentam um desfavorecimento de 79% (11/14), contra 21% (3/14) do grupo feminino, comprovando que, de fato, os homens LGBT+ tendem a desfavorecer essa crença. Já, no grupo não LGBT+, as mulheres são mais desfavoráveis, 62% (8/13), que os homens, 38% (5/13).

Com a observação da crença voltada para o julgamento da classe social do usuário da variante, percebemos que nossos informantes acreditam que esses usuários não pertencem a classe alta da sociedade, mas sim às classes média e média-baixa. Esse resultado está relacionado à outra crença social, a saber: devido ao fato de indivíduos com alto poder aquisitivo ter acesso à escolarização de qualidade, eles acabam privilegiando as variantes previstas pela gramática, excluindo de seu repertório variantes estigmatizadas, já que elas não

contribuiriam para a valorização de seu *status* na sociedade. Já os indivíduos com menor poder aquisitivo, por vivenciarem outra realidade, não teriam problemas em abrigar a variante em seus repertórios.

Com mais essa constatação, podemos visualizar um perfil do usuário dessa variante de acordo com as crenças da maioria de nossos informantes, a saber: um indivíduo pertencente a comunidade LGBTQ+, afeminado, pertencente a classe média- baixa.

Atrelado ao fato de essa variante não ser prevista pela gramática tradicional, perguntamos aos nossos informantes se, em suas visões, quem utiliza construções, como “a Daniel” deve policiar sua fala em um contexto formal. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 21 – Teste de qui-quadrado da crença linguística “quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal”

Opções		Valor	Df	p
Sim	X ²	0.040	1	0.841
	N	45		
Não	X ²	0.000	1	1.000
	N	15		
Total	X ²	0.000	1	1.000
	N	60	1	

Fonte: Autor desta pesquisa

O teste de qui-quadrado mostra que não há associação entre o resultado obtido e as variáveis. Como podemos notar, as respostas apresentaram valores de p maiores que o valor pré-estabelecido pelas ciências humanas de 0.05.

Tabela 22 – Tabela de contingência sobre a crença “quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal”

Resposta	Gênero	Comunidade		Total
		LGBT+	Não LGBT+	
Sim	Feminino	12.000	9.000	21.000
	Masculino	13.000	11.000	24.000
	Total	25.000	20.000	45.000
Não	Feminino	3.000	6.000	9.000
	Masculino	2.000	4.000	6.000
	Total	5.000	10.000	15.000

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela mostra que 75% (45 informantes) dos participantes são favoráveis a essa crença, ou seja, que a maioria de nossos participantes juízes acreditam que os usuários desse tipo de sintagma devem policiar a sua fala e evitar o seu uso em ambientes formais. Já, 25% (15 informantes) afirmaram não serem favoráveis a essa crença e acreditarem que o falante não precisa se policiar em ambientes formais.

Sendo essa uma variante que não é abrigada pela gramática tradicional, e sendo os ambientes formais lugares que privilegiam a norma gramatical, esse resultado já era esperado por nós. Esse tipo de crença acaba colaborando para a sua exclusão dessa variante em ambientes de uso formal da língua, como ambiente de trabalho formal, palestras, apresentações. Quando ela é utilizada em ambientes formais, ela acaba sendo hostilizada por pessoas que não a têm como parte de seu repertório.

Dessarte, como observamos diante dos resultados expostos nos parágrafos anteriores, percebemos que nem sempre o favorecimento ou desfavorecimento de uma crença linguística está associada às variáveis sociais controladas. O fato de não haver associação entre as variáveis controladas e as crenças observadas sugere que homens e mulheres, LGBT+ e não LGBT+, compartilham da mesma visão acerca do objeto controlado, ou seja, os resultados fazem parte de uma visão coletiva. O controle dessas crenças, ainda, ajudou-nos a verificar como os nossos participantes viam não só a forma linguística julgada, mas também o seu usuário. Esses resultados ainda serão de suma importância para entendermos melhor os julgamentos subjetivos acerca dos itens de testagens referentes às atitudes linguísticas que serão expostos a seguir.

6.3 OBSERVANDO AS ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

Como já mencionamos na metodologia deste trabalho, para que obtivéssemos os dados de atitudes, utilizamos como instrumento de coleta a Escala de Julgamento Likert, de 1 a 5, por meio do qual foram apresentadas aos informantes cinco opções de respostas para cada item a ser testado. Na escala produzida para este trabalho, atribuímos as seguintes características aos seus níveis: as respostas obtidas em 1 e 2, estariam enquadradas no que julgamos ser atitudes negativas; as situadas em 3, foram entendidas como neutras; e as distribuídas em 4 e 5, foram analisadas como positivas. Com a utilização da referida escala, obtivemos os dados que posteriormente foram tratados por meio do uso de ANOVA. Ainda vale lembrarmos que, tal como acontece nas ciências humanas, estamos considerando o valor α (p-valor) de 0,05.

Os itens de testagem foram: (VI) sentimento de inclusão; (VII) estética da forma; (VIII)

sonoridade da variante; (IX) nível de profissionalismo do usuário; (XI) nível de profissionalismo do usuário em trabalho informal.

6.3.1 Sentimento de inclusão

Com o controle do sentimento de inclusão, objetivamos verificar o quanto os informantes se sentem incluídos pela variante em avaliação. Esse sentimento expressa a representatividade que uma ou outra forma possui para o participante de um grupo social.

Para a observação do sentimento de inclusão dos participantes, consideramos os seguintes níveis para a escala:

- 11 – Totalmente Excluído;
- 12 – Parcialmente Excluído;
- 13 – Indiferente;
- 4 – Parcialmente Incluído;
- 5 – Totalmente Incluído.

A tabela 23 apresenta os resultados obtidos por meio da análise da forma tida como padrão na cidade de Recife, a saber: aquela em que o antropônimo não é antecedido por um artigo definido (CALLOU; SILVA, 1997; VERÍSSIMO, 2021).

Tabela 23 – Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma sem artigo

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.017	1	1	0.017	0.818
Comunidade	0.017	1	1	0.017	0.818
Gênero x Comunidade	0.150	1	1	0.150	0.491
Residual	17.467	5 6	56	0.312	

Fonte: Autor desta pesquisa

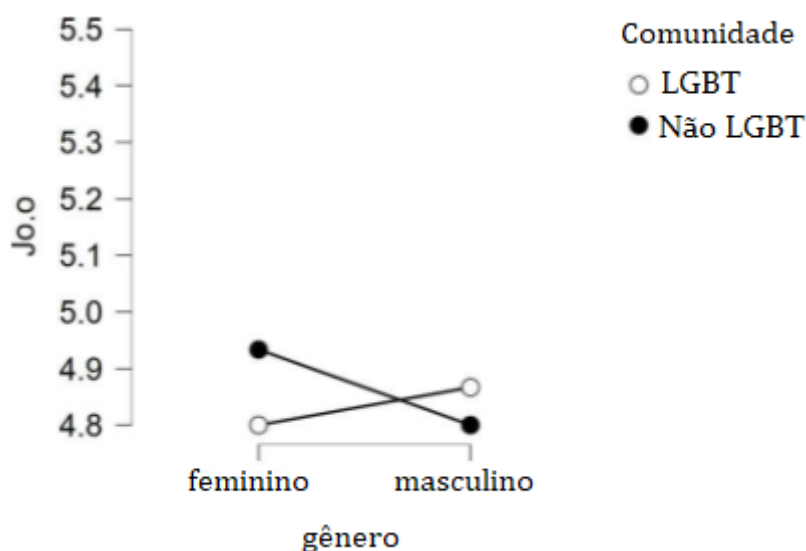
A análise das avaliações dos informantes juízes acerca da variante local, mostra- nos que diante dela as variáveis gênero e comunidade não são estatisticamente significativas, como

podemos observar na tabela acima.

O valor de p na tabela mostra que, no que diz respeito à variante sem artigo, não há, estatisticamente falando, interferência da variável gênero (p -valor = 0,818), tampouco da variável comunidade (p -valor = 0,818), uma vez que o valor de p obtido está acima do valor α estipulado nas ciências humanas: 0,05. Ainda podemos notar que a interação entre as duas variáveis também não é algo que interfere nos julgamentos (p -valor = 0,491), mostrando que, de fato, a avaliação desta variante não sofre interferência dessas variáveis externas à língua.

Os resultados expostos na tabela acima podem ser visualizados em forma de gráfico.

Gráfico 1 – Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a forma sem artigo



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico 1 apresenta as médias obtidas por meio do teste aplicado em nossos informantes. Como podemos perceber, tanto os informantes autodeclarados masculinos, quanto os femininos, sem distinção de comunidade (LGBT+ ou não LGBT+) se sentem incluídos no uso da variante sem artigo. Esse resultado já era esperado por nós, uma vez que, como mostramos por Veríssimo (2021), no segundo capítulo desta pesquisa, em Recife, a variante local é aquela em que o antropônimo não é antecedido por artigo. Os indivíduos tendem a apresentar percepções positivas acerca da variante local, ou seja, sentem-se incluídos/representados por ela. Evidentemente, isso acontece quando os indivíduos possuem sentimentos positivos a respeito de sua comunidade; caso contrário, os resultados se assemelham aos obtidos por Labov (1972) na Ilha de Martha's Vineyard, onde os informantes que gostariam de sair da ilha apresentaram avaliações que não favorecem a forma local.

Apesar de o gráfico mostrar uma ligeira diferença entre as médias encontradas para LGBT+ masculinos e femininos e não LGBT+ masculinos e femininos, essa diferença não é estatisticamente significativa. As médias para cada um desses grupos foram: 4,8 para os LGBT+ feminino, 4,867 para os LGBT+ masculinos, mostrando uma diferença de apenas 0,067 dentro desse grupo; os informantes que se declararam como não LGBT+ masculinos obtiveram a média de 4,8, e os femininos 4,95, uma diferença de apenas 0,15. Assim, as diferenças entre as médias obtidas não foram significativas o suficiente para causar uma assimetria entre os participantes.

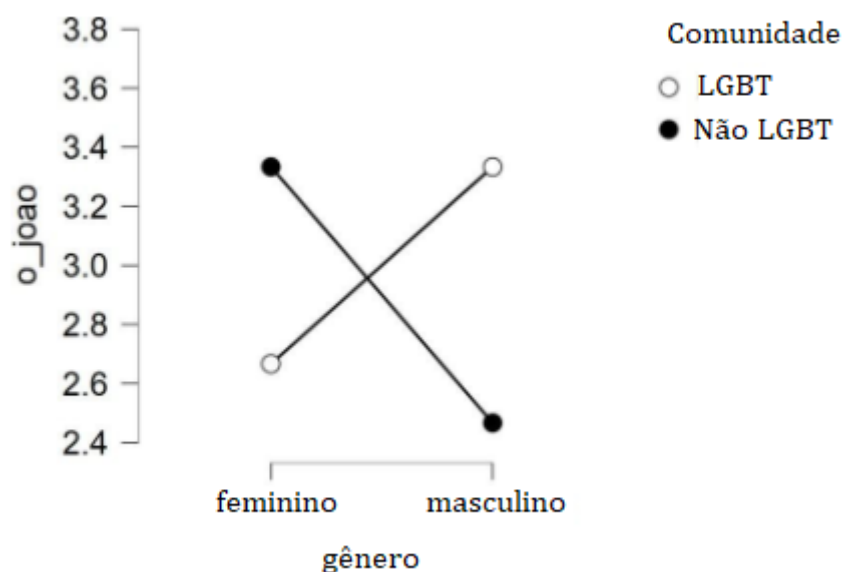
Vejam os resultados obtidos para a variante nova, ou seja, aquela em que um artigo definido antecede o antropônimo e estes possuem o mesmo gênero gramatical (ex.: O Pedro).

Tabela 24 – Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma com artigo

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.150	1	0.600	0.393	0.150
Comunidade	0.150	1	52.267	34.246	0.150
Gênero x Comunidade	8.817	1	2.400	1.573	8.817
Residual	167.733	56	1.526	0.393	2.995

Fonte: Autor desta pesquisa

Assim como aconteceu diante da forma sem artigo, não encontramos diferenças significativas entre os gêneros ou as comunidades controladas aqui, ou seja, o resultado não foi afetado por tais variáveis. A tabela mostra que o p-valor alcançado para a variável gênero é de 0,824, valor bem acima do valor pré-estabelecido de 0,05. O mesmo acontece com a variável comunidade, que obteve um p-valor de 0,824.

Gráfico 2 – Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a forma com artigo

Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico acima mostra que os julgamentos de nossos participantes oscilaram do ponto 2, parcialmente excluídos, ao ponto 3, indiferente, mostrando que, diferentemente do que aconteceu com a variante local, nossos participantes não se sentem incluídos/representados por sintagmas como “o João”, em que um artigo antecede um antropônimo e estes compartilham do mesmo gênero gramatical.

Ainda com a visualização do gráfico, podemos identificar as médias de cada grupo de participantes e, a partir disso, perceber o motivo pelo qual as variáveis sociais controladas não foram consideradas significativas. O gráfico mostra que a média alcançada pelo público feminino variou entre 2,66 e 3,3 enquanto que o masculino oscilou de 2,46 a 3,3, sugerindo que não há diferença significativa entre os gêneros no que diz respeito ao sentimento de inclusão dos participantes acerca da variante em que o artigo antecede um antropônimo de mesmo gênero gramatical, uma vez que as médias se encontram próximas uma da outra. No que diz respeito à comunidade, a ANOVA aponta que o grupo LGBT+ oscilou suas médias de 2,66 a 3,3; já a média do grupo não LGBT+ foi de 2,46 a 3,3, mostrando que diante dessa variável a diferença entre os grupos formados por meio da comunidade do participante não é significativa.

Ainda podemos notar que a interação entre as duas variáveis também não obteve médias estatisticamente significativas. As mulheres LGBT+ obtiveram uma média de avaliação de 2,66, já os homens do mesmo grupo social tiveram médias de 3,3. Os homens não LGBT+ possuíram uma média de 2,46, e as mulheres não LGBT+, 3,3. Assim, as médias apresentadas não estão muito distantes uma das outras, logo a interação entre as variáveis não é algo

significativo em nossa análise. Ou seja, homens e mulheres, independentemente de suas comunidades, possuem percepções semelhantes sobre o sentimento de inclusão nessa forma.

Entretanto, se diante das formas previstas pela gramática tradicional não encontramos diferenças estatísticas causadas pela interferência das variáveis, diante da forma não reconhecida, o resultado foi outro. Vejamos a tabela abaixo:

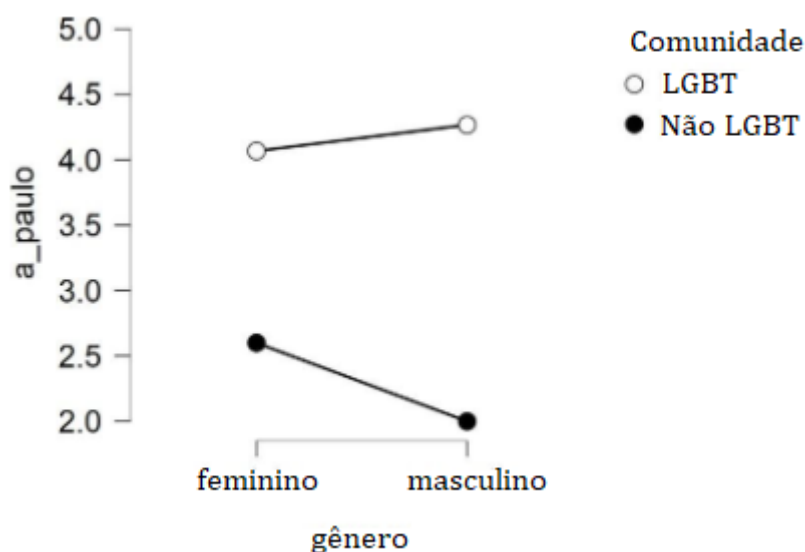
Tabela 25 – Resultado da Análise de Variância para o sentimento de inclusão da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.600	1	0.600	0.393	0.533
Comunidade	52.267	1	52.267	34.246	<.001
Gênero x Comunidade	2.400	1	2.400	1.573	0.215
Residual	85.467	56	1.526		

Fonte: Autor desta pesquisa

Diante da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical (ex.: A João), os dados mostram que existe interferência da variável comunidade ($p < 0,01$) nos julgamentos dos informantes quanto aos seus sentimentos de inclusão nessa variante. Ainda podemos perceber que esta é a única variável que interfere de forma significativa nos julgamentos dos informantes juízes desta pesquisa, ou seja, a variável gênero social, com valor de p de 0,533, não se mostra estatisticamente significativa. Nem mesmo a observação de uma possível interação entre as variáveis faz com que o gênero dos informantes obtenha significância estatística, uma vez que o valor de p para o cruzamento das variáveis sociais foi de 0,215.

Gráfico 3 – Médias do julgamento do sentimento de inclusão dos informantes para a forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico acima deixa claro a existência da assimetria entre as comunidades no que diz respeito ao sentimento de inclusão da variante emergente. O resultado aponta que o grupo LGBT+ é aquele que possui sentimento de inclusão diante dessa forma, com médias permeando pelo ponto 4, “incluído”, indo de encontro ao sentimento do grupo não LGBT+, que não se sente incluído no uso dessa variante. Este variou entre 2,0 e 2,6, mostrando que não se sentem incluídos quando a variante em questão é aquela tida como sendo típica da fala LGBT+. Já o grupo formado por indivíduos LGBT+ oscilou de 4,0 a 4,2, atestando a presença de um senso de pertencimento no que diz respeito ao uso dessa variante. Assim, os informantes universitários LGBT+ de Recife se sentem representados por essa variável; enquanto que não LGBT+ correm no sentido contrário. Esse resultado também já era esperado por nós, uma vez que essa variante carrega questões sócio-políticas que não pertencem a indivíduos não LGBT+ e, por isso, estes não se sentem representados e se afastam dela, uma vez que não veem necessidade em seu uso. A nossa observação das crenças dos participantes acerca dessa variante também já apontava para esse resultado, haja vista que, como vimos, nossos respondentes acreditam que ela pertence à fala LGBT+. É interessante não perdermos de vista que os informantes LGBT+ desta pesquisa apresentam avaliações distintas a depender do tipo de artigo que antecede o antropônimo. Eles não se sentem representados pela variante em que o SN nucleado por antropônimo masculino vem acompanhado por um artigo definido de mesmo gênero gramatical, mas se sentem incluídos quando estes dois elementos não compartilham do mesmo traço de gênero. Essa constatação evidencia os valores sociais dados a essa variante,

discutidos no capítulo 2, pelos membros da comunidade LGBT+. De fato, essa variante possui significados sociais voltados para a identidade do indivíduo.

Ainda com a observação do gráfico, percebemos que a variável gênero social do respondente não apresentou significância estatística. As médias obtidas para o grupo feminino variaram entre os pontos 2,6 e 4,0; enquanto que as do público masculino foi de 2,0 a 4,2, indicando uma diferença, estatisticamente falando, não significativa, já que estão variando entre os mesmos pontos da escala (2 a 4).

Como vimos, a depender da variante que estão analisando, o sentimento de inclusão de nossos informantes pode ser semelhante ou divergente. Diante da variante padrão em Recife, aquela sem artigo, constatamos que todos os participantes apresentam sentimento de inclusão, ou seja, se sentem representados pela forma. O contrário acontece quando estão em frente à variante em que o artigo e o antropônimo compartilham do mesmo gênero gramatical. Já diante da variante emergente, aquela em que o artigo e o antropônimo não possuem o mesmo gênero gramatical, os informantes divergem: enquanto que os pertencentes à comunidade LGBT+ se sentem incluídos na forma, os não LGBT+ não apresentam esse senso de pertencimento.

Esta observação corrobora com a afirmativa de que esta é uma forma linguística típica da comunidade LGBT+, pois o sentimento de pertença é um dos requisitos indispensáveis para a permanência de um sujeito em um grupo (cf. TAJFEL, 1981). Outros itens de testagem podem nos dar uma base mais sólida para essa observação de que estamos diante de dois grupos separados por percepções distintas acerca das formas. Vejamos o próximo item relacionado a estética da forma.

6.3.2 Estética da forma

Nesta subseção são analisadas características puramente estéticas das variantes. Para este julgamento, a escala foi a seguinte:

- 1 – Muito feio;
- 2 – Feio;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Bonito;
- 5 – Muito bonito.

Iniciamos a discussão acerca do julgamento da estética da variante com os resultados obtidos por meio da ANOVA referente à avaliação dos informantes acerca da forma local.

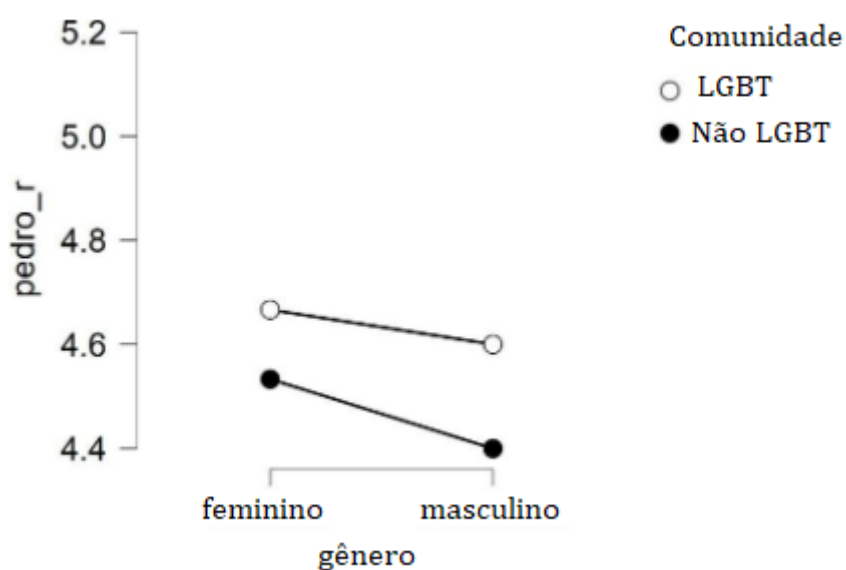
Tabela 26 – Resultado da Análise de Variância para a estética da forma sem artigo

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.150	1	0.150	0.377	0.542
Comunidade	0.417	1	0.417	1.048	0.310
Gênero x Comunidade	0.017	1	0.017	0.042	0.839
Residual	22.267	56	0.398		

Fonte: Autor desta pesquisa

No julgamento do item sobre a estética da variante local, os informantes apresentaram médias de avaliações semelhantes, não deixando que variáveis investigadas interferissem em suas percepções. A tabela acima traz evidências empíricas de que nem o gênero social do informante, como p-valor de 0,542, tampouco a sua comunidade, com valor-p de 0,310, são estatisticamente intervenientes em seus julgamentos. Também percebemos que nem mesmo na observação da interação entre as variáveis houve uma significância estatística. O gráfico 4 serve para reforçar o que é mostrado na tabela.

Gráfico 4 – Médias do julgamento da estética da forma sem artigo por parte dos informantes



Fonte: Autor desta pesquisa

Primeiramente, podemos notar que nossos participantes possuem percepção semelhante acerca da estética da variante sem artigo: todos marcaram o ponto 4 de nossa escala, mostrando que julgam de forma positiva a estética de SN como “João”.

Como podemos perceber, por meio da observação do gráfico acima, as médias apresentadas para os dois gêneros presentes em nossa amostra não estão muito distantes uma da outra. O gênero feminino varia sua média de avaliação entre os pontos 4,53 e 4,66; já o gênero masculino, dos pontos 4,40 e 4,60, mostrando uma diferença quase que mínima entre eles. As comunidades presentes em nosso *corpus* também não obtiveram médias de avaliação tão distantes assim: LGBT+ obtiveram médias variando entre os pontos 4,60 e 4,66, e não LGBT+, de 4,40 e 4,53. A diferença entre as médias, então, não são estatisticamente significativas, mostrando que não há um gênero ou uma comunidade que avalia melhor ou pior a estética da variável local. Assim, as avaliações são similares, todos os informantes avaliam positivamente a forma padrão encontrada na comunidade. Esse resultado se assemelha ao observado por Cardoso (2015 [1989]) quando a autora verificou que seus informantes avaliaram de forma positiva a estética do seu próprio falar.

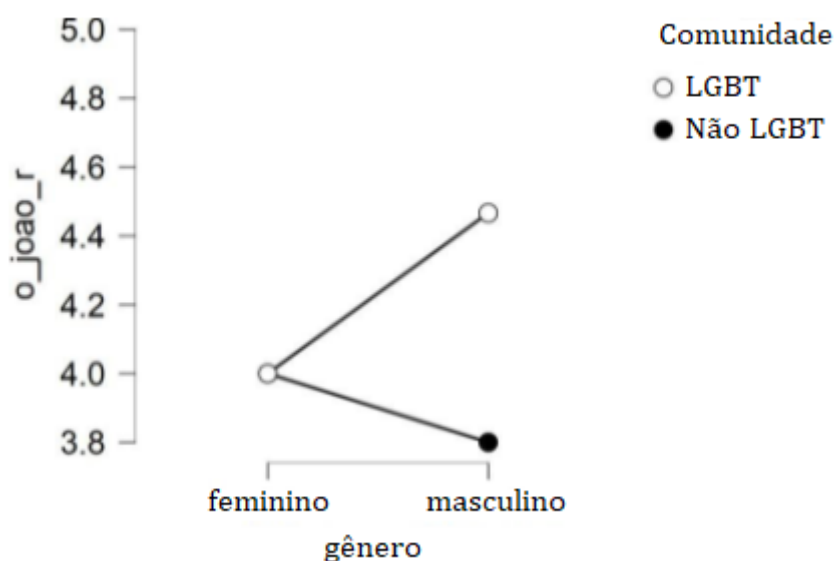
Ainda podemos notar que não há significância estatística na interação entre as variáveis como bem exposto na tabela que antecedeu o gráfico mencionado. Mulheres LGBT+ e não LGBT+, assim como homens LGBT+ e não LGBT+ avaliam de forma semelhante a estética de formas como “João”. Agora, vejamos os julgamentos da estética da forma com artigo:

Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a estética da forma com artigo

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.267	1	0.267	0.437	0.511
Comunidade	1.667	1	1.667	2.734	0.104
Gênero x Comunidade	1.667	1	1.667	2.734	0.104
Residual	34.133	56	0.610		

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela acima nos mostra que, diante da estética de SNs em que o antropônimo vem antecedido por artigo de mesmo gênero, as variáveis gênero ($p = 0,511$) e comunidade ($p = 0,104$) não são estatisticamente significativas para interferir nas atitudes de nossos informantes acerca da forma avaliada. Vejamos, por meio do gráfico a seguir, como os julgamentos se deram.

Gráfico 5 – Médias do julgamento da estética da forma com artigo por parte dos informantes

Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico 5 nos mostra que os informantes autodeclarados do gênero feminino e aqueles declarados como do gênero masculino possuem reações similares. O primeiro concentrou sua média no ponto 4,0, sem apresentar oscilação; o segundo, por sua vez, oscilou entre os pontos 3,8 a 4,46. Diante deste resultado exposto no gráfico 5, vale a pena pontuarmos que, apesar de a análise estatística não apontar uma interferência das variáveis sociais, o gênero feminino concentrou seu julgamento no ponto 4, mostrando uma espécie de consenso feminino quanto a estética dessa variante, enquanto que os homens apresentam uma tendência de reação variável, oscilando na escala. Mesmo assim, para a análise estatística, esse comportamento não se demonstrou significativo.

O gráfico também nos mostra que as médias apresentadas para a variável comunidade não foram consideradas significativas em nossa análise de variância. O grupo LGBT+ variou de 4,0 a 4,46; enquanto que o grupo não LGBT+ oscilou de 3,8 a 4,0. Assim, a comunidade do informante também não é algo interveniente neste item de testagem.

Se as variáveis sociais não interferiram nos resultados dos julgamentos acerca da estética das variantes anteriores, diante da variante tida como típica da comunidade LGBT+, o resultado foi outro.

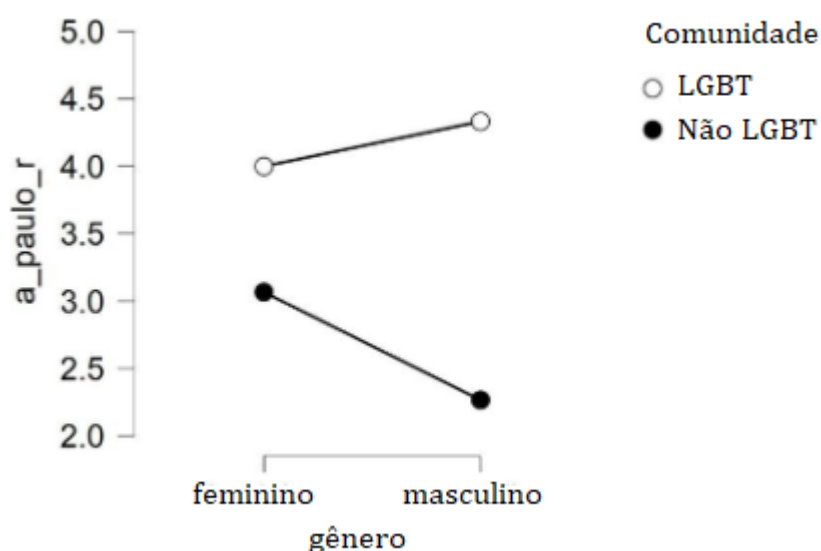
Tabela 28 – Resultado da Análise de Variância para a estética da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.817	1	0.817	0.829	0.367
Comunidade	33.750	1	33.750	34.239	< .001
Gênero x Comunidade	4.817	1	4.817	4.886	0.031
Residual	55.200	56	0.986		

Fonte: Autor desta pesquisa

Diante da forma em que os elementos que compõem o SN analisado não compartilham do mesmo gênero gramatical, verificamos que a variável comunidade se comporta como sendo estatisticamente significativa. Segundo o que está exposto na tabela acima, enquanto que a variável gênero apresentou um p de 0,367, a variável comunidade alcançou um p-valor de <0,001, indicando um alto nível de significância e interferência nos julgamentos. Os valores expostos na tabela ainda mostram que o gênero social do indivíduo quando analisado sozinho, não apresenta significância estatística, pois possui um p valor de 0,36. Todavia, essa variável torna-se significativa quando cruzada com a comunidade. A interação entre essas duas variáveis apresenta um p valor de 0,031. Vejamos essa distribuição em forma de gráfico.

Gráfico 6 – Médias do julgamento da estética da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical



Fonte: Autor desta pesquisa

Com a visualização gráfica, podemos perceber como a comunidade do informante se apresenta estatisticamente significativa. Percebemos sem dificuldade como essas duas linhas representativas das duas comunidades estão distantes. O grupo LGBTQ+ possui média oscilando de 4,0 a 4,3, mostrando uma atitude positiva quando a estética da variante; já o grupo não LGBTQ+ possui médias que oscilam de 2,2 a 3,06, mostrando uma avaliação entre o ponto negativo e o neutro de nossa escala.

O gênero, como vimos na tabela, não foi significativo na análise de variância. O grupo feminino variou sua média entre 3,06 e 4,0, e o masculino, de 2,2 e 4,3. Essa variável, no entanto, torna-se significativa quando cruzada com a comunidade do informante.

No grupo LGBTQ+, percebemos que não existe uma diferença tão acentuada entre os gêneros, ou seja, LGBTQ+ femininos e masculinos avaliam de forma semelhante, apresentando médias entre 4 e 4,5. Todavia, no grupo não LGBTQ+, percebemos um comportamento assimétrico entre os gêneros, em que os juízes autodeclarados femininos se apresentam com uma avaliação neutra acerca da estética de variantes como “a Paulo”, com média 3; já os participantes masculinos se posicionaram, apresentando uma avaliação negativa sobre a estética da variante, com média entre 2 e 2,5.

Na comparação entre os informantes do gênero masculino, percebemos que os participantes LGBTQ+ são mais favoráveis que os participantes não LGBTQ+ de mesmo gênero. Esse já era um resultado esperado por nós, visto que homens não LGBTQ+ são resistentes a objetos sociais tidos como típicos da comunidade LGBTQ+. A diferença entre o público feminino não é tão acentuada quanto a observada no julgamento dos participantes masculinos; porém, conseguimos perceber que as mulheres LGBTQ+ possuem uma inclinação maior que as não LGBTQ+ para o prestígio da estética da variante.

6.3.3 Sonoridade da forma

Como vimos em Cardoso (2015 [1989]), a sonoridade de uma fala ou, no caso, de uma variante é alvo de julgamento por parte dos indivíduos. Por esse motivo, nosso teste englobou a questão sonora dos três SNs em foco.

A escala utilizada para o controle desse critério é a que segue:

- 1 – Muito desagradável;
- 2 – Desagradável;

- 3 – Indiferente;
- 4 – Agradável;
- 5 – Muito agradável.

No que tange à sonoridade da forma sem artigo, nosso teste apontou para o fato de as variáveis não interferirem nos julgamentos coletados. Na tabela X, trazemos os resultados alcançados com a utilização da Análise de variância feito por meio do pacote estatístico do JASP.

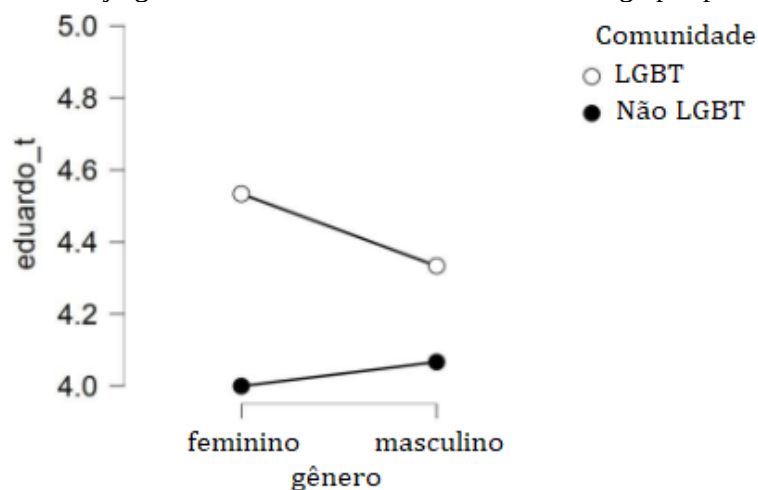
Tabela 29 – Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma sem artigo

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadra do médio	F	p
Gênero	0.067	1	0.067	0.078	0.781
Comunidade	2.400	1	2.400	2.800	0.100
Gênero x Comunidade	0.267	1	0.267	0.311	0.579
Residual	48.000	56	0.857		

Fonte: Autor desta pesquisa

Como podemos perceber na tabela acima, não encontramos valores de p menores ou iguais a 0,05, o que indica que as variáveis gênero social ($p = 0,781$) e comunidade ($p = 0,100$) não interferem na avaliação de nossos informantes sobre a sonoridade da variante sem artigo, atentando a hipótese de que não há diferença entre os grupos quando a forma local está sob análise.

Gráfico 7 – Médias do julgamento da sonoridade da forma sem artigo por parte dos informante



Fonte: Autor desta pesquisa

A primeira observação a ser feita diz respeito ao favorecimento da sonoridade desse SN por parte dos informantes. Estes concentram seus julgamentos em um dos dois pontos positivos da escala Lickert apresentada a eles, evidenciando que, diante da sonoridade da forma local, nossos participantes possuem reações positivas, independentemente da ação de qualquer variável social.

Quando observamos o gráfico representativo dos julgamentos feitos, percebemos que as médias entre os grupos não estão tão distantes assim, haja vista que eles permeiam seus julgamentos em torno do ponto 4 da escala proposta. Esse resultado ocasionou a não existência de assimetrias entre os gêneros e entre as comunidades presentes em nosso *corpus*. Na observação do comportamento dos gêneros, observamos que o feminino varia entre o ponto 4,00 e o ponto 4,53. O masculino, por seu turno, oscilou do ponto 4,06 ao ponto 4,33, não ocasionando em uma diferença significativa entre os participantes.

Na observação da interferência da orientação afetivo-sexual do participante, encontramos as seguintes médias de avaliação: os informantes do grupo LGBT+ oscilaram entre as médias 4,33 e 4,54; já, as médias correspondentes aos informantes não LGBT+, foram 4,00 e 4,06. Isto é, também permearam o ponto 4 da nossa escala de julgamento, assinalando uma percepção positiva (agradável). Com essas médias, o pacote estatístico utilizado apontou que, assim como o gênero, a comunidade não é estatisticamente significativa.

No que diz respeito à sonoridade da forma com artigo, a análise de variância mostra que as variáveis sociais gênero e comunidade também não possuem força estatística para interferirem nas avaliações. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 30 – Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma com artigo

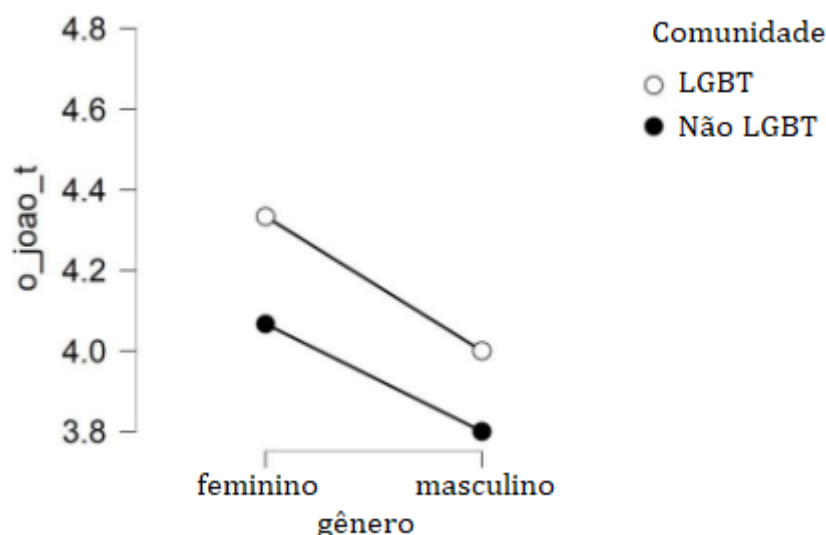
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	1.350	1	1.350	2.181	0.145
Comunidade	0.817	1	0.817	1.319	0.256
Gênero x Comunidade	0.017	1	0.017	0.027	0.870
Residual	34.667	56	0.619		

Fonte: Autor desta pesquisa

Por meio dos números apresentados acima, percebemos que não há interferência estatística de nenhuma das variáveis sociais controladas na avaliação feita acerca da sonoridade de SNs como “o Paulo”. Assim como aconteceu com a forma sem artigo, diante desta, o gênero

se comporta como uma variável que não interfere na avaliação dos informantes acerca desta variante, com um valor-p de 0,145. Da mesma forma, a comunidade, com $p = 0,256$, não possui significância estatística para interferir nas avaliações de nossos informantes. Vejamos a representação gráfica:

Gráfico 8 – Médias do julgamento da sonoridade da forma com artigo por parte dos informantes



Fonte: Autor desta pesquisa

Como podemos perceber, as avaliações de nossos informantes oscilaram entre os pontos 3 e 4 da escala, sinalizando que não há julgamentos negativos quanto à sonoridade da forma em questão. Partindo da observação do gráfico, percebemos que as médias correspondentes ao gênero feminino possuem médias variando entre 4,06 e 4,33; enquanto que as alcançadas pelo grupo masculino foram de 4,00 e 3,80, sinalizando um comportamento estatístico semelhante. Com esse resultado, concluímos que, diante da avaliação da sonoridade de SNs como “O João”, não encontramos avaliações divergentes entre os gêneros observados, fazendo com que homens e mulheres tenham percepções semelhantes.

A variável comunidade seguiu pelo mesmo caminho. As médias de avaliações dos informantes pertencentes ao grupo LGBT+ foram 4,00 e 4,33; já as médias do grupo não LGBT+ foram 3,800 e 4,06. Assim, a comunidade do indivíduo também não se apresenta como variável causadora de divergência de percepções acerca da sonoridade da variante em que o artigo e o antropônimo compartilham do mesmo gênero.

Também é interessante pontuarmos que não há interferência da interação dessas duas variáveis. Mulheres LGBT+ e não LGBT+, assim como homens LGBT+ e não LGBT+, apresentam avaliações semelhantes.

Agora, quando estes mesmos informantes se voltam para a avaliação da terceira forma, aquela não acobertada pela gramática tradicional, o resultado muda drasticamente. Vejamos:

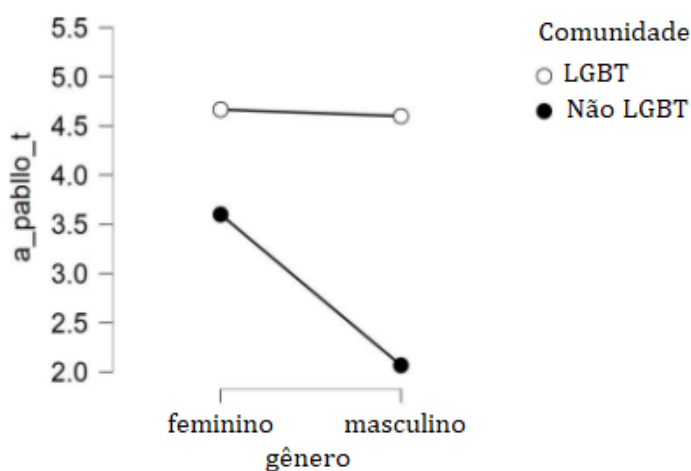
Tabela 31 – Resultado da Análise de Variância para a sonoridade da forma da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	9.600	1	9.600	10.446	0.002
Comunidade	48.600	1	48.600	52.881	< .001
Gênero x Comunidade	8.067	1	8.067	8.777	0.004
Residual	51.467	56	0.919		

Fonte: Autor desta pesquisa

Diante da sonoridade da forma em que o antropônimo e o artigo que o segue não compartilham do mesmo gênero gramatical, a análise nos mostra que ambas as variáveis são, estatisticamente falando, significativas e causam divergências nas avaliações de nossos informantes juízes. O gênero do informante que, até então, vinha se mostrando como uma variável que não interferia na avaliação dos nossos informantes, diante da avaliação de sintagma, como “A Pedro”, se mostrou significativa, com um p-valor de 0,002. A variável comunidade, seguindo o comportamento que vínhamos encontrando diante desta forma, também foi considerada uma variável de alta significância, com $p < 0,001$. Os valores ainda nos mostram que a interação entre as duas variáveis também é algo que interfere na avaliação feita pelos informantes.

Gráfico 9 – Médias do julgamento da sonoridade da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico 9 nos ajuda a perceber como esse resultado está distribuído em nosso *corpus*. No que diz respeito ao gênero do informante, notamos que homens e mulheres universitários moradores de Recife avaliam de forma distinta a sonoridade da variante julgada. O gênero feminino oscilou entre as médias 3,60 e 4,66; já os participantes de gênero masculino oscilaram entre as médias 2,06 e 4,6. Esse resultado sugere que as mulheres são mais sensíveis, em comparação aos homens, à sonoridade da variante avaliada, ou seja, são mais propensas a terem atitudes positivas a respeito do que está sendo julgado.

A diferença entre as comunidades controladas fica ainda mais clara quando olhamos para o gráfico. Os informantes do grupo LGBTQ+ são mais favoráveis que os informantes não LGBTQ+. Os primeiros concentraram suas médias quase que no mesmo ponto: 4,60 e 4,66, mostrando uma avaliação positiva; já os segundos apresentaram médias oscilando entre 3,60 e 2,06, evidenciando uma tendência a avaliações negativas quanto a sonoridade dessa forma. Sendo essa uma forma típica da comunidade LGBTQ+, era de se esperar o seu favorecimento por parte dos membros desse grupo.

É interessante percebermos que, diante do item de testagem acerca da sonoridade da forma, o gênero só é estatisticamente significativo no grupo não LGBTQ+. Neste grupo, os homens, em comparação às mulheres, são mais claros quanto a sua posição desfavorável à sonoridade da variante. Como podemos observar, os indivíduos não LGBTQ+ masculinos concentram seus julgamentos no ponto 2 da escala, evidenciando um sentimento desfavorável ao sintagma nominal típico da comunidade LGBTQ+. Os participantes não LGBTQ+ femininos, por seu turno, concentram suas avaliações no ponto 3, mantendo-se neutros quanto ao julgamento da sonoridade da forma. Esse resultado não se distancia do que era esperado, pois sabemos que indivíduos masculinos não LGBTQ+ são mais resistentes à variantes e/ou expressões linguísticas que não pertencem ao grupo social ao qual se identificam. Já no grupo formado por indivíduos LGBTQ+, o gênero não parece atuar, sendo quase que imperceptível a diferença entre homens e mulheres. Esse comportamento já vinha sendo observado nos outros itens de testagem e está ligado ao comprometimento desses indivíduos com as causas sociais e políticas que envolvem essa estrutura nominal.

6.3.5 Nível de profissionalismo do usuário em ambiente formal

Com este item de testagem, pretendemos verificar qual a avaliação feita por parte do participante acerca do nível de profissionalismo do usuário de cada variante em ambientes de

trabalho considerados mais formais (escolas, hospitais, empresas). Para responder a esse item, os informantes se depararam com a seguinte escala:

- 1 – Sem qualificação profissional
- 2 – Pouco profissional;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Profissional;
- 5 – Muito profissional.

Diante do julgamento do profissionalismo do usuário da variante em que o antropônimo não é precedido por um artigo definido, a análise de variância nos mostrou que não há interferência de nenhuma das duas variáveis controladas.

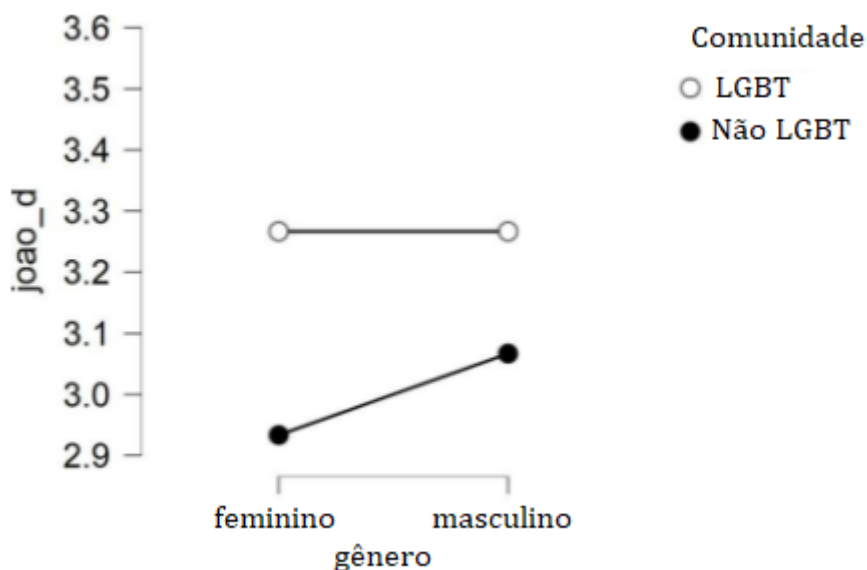
Tabela 32 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente formal

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadra do médio	F	p
Gênero	0.067	1	0.067	0.075	0.785
Comunidade	1.067	1	1.067	1.201	0.278
Gênero x Comunidade	0.067	1	0.067	0.075	0.785
Residual	49.733	56	0.888		

Fonte: Autor desta pesquisa

Diante dessa variante, a variável gênero social do informante não mostrou ter significância estatística na análise do nível de profissionalismo do usuário de sintagmas como “João”, apresentando um valor-p de 0,785. A variável comunidade obteve um resultado semelhante, isto é, também não foi estatisticamente significativa, com $p = 0,278$. A ANOVA também nos mostrou que não há significância na interação entre essas duas variáveis.

Gráfico 10 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente formal



Fonte: Autor desta pesquisa

Sobre a qualificação profissional do usuário da variante sem artigo, nossos informantes afirmam que não há como medir o nível de profissionalismo do indivíduo com base na utilização desse sintagma, uma vez que o ponto 3 recebe quase que majoritariamente as avaliações feitas.

A diferença das médias obtidas por meio da análise da variável comunidade não é tão grande assim: não LGBT+ variam entre 2,9 e 3,06, e LGBT+ permanecem concentrados na média 3,26. Essa diferença é pouca para ser considerada estatisticamente significativa, ou seja, informantes LGBT+ ou não LGBT+ possuem percepções semelhantes sobre o nível de profissionalismo de pessoas que usam esse sintagma em contexto formal de trabalho.

No que diz respeito ao gênero, os informantes femininos oscilaram suas médias entre os pontos 2,9 e 3,26; enquanto que os informantes autodeclarados pertencentes ao gênero masculino, médias de 3,06 e 3,26. Assim, percebemos que não há diferença estatística suficiente para comprovarmos uma assimetria entre homens e mulheres na comunidade universitária do Recife.

Também percebemos o porquê da interação entre as duas variáveis não ter sido considerada pela ANOVA. Como podemos ver no gráfico, o grupo LGBT+ não apresenta variação entre os gêneros, isto é, homens e mulheres possuem a mesma percepção, apresentando uma simetria entre os participantes; já o grupo formado por não LGBT+, a variação é mínima: 2,9, para os informantes feminino, e 3,1, para os informantes de gênero social masculino.

Diante da forma em que o artigo e o antropônimo compartilham do mesmo gênero gramatical, percebemos que os resultados sofrem algumas alterações.

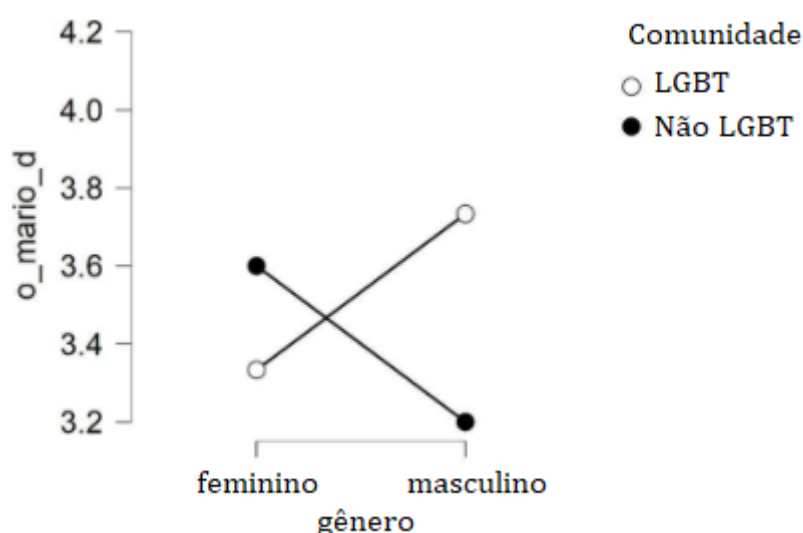
Tabela 33 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente formal

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.000	1	0.000	0.000	1.000
Comunidade	0.267	1	0.267	0.412	0.524
Gênero x Comunidade	2.400	1	2.400	3.706	0.059
Residual	36.267	56	0.648		

Fonte: Autor desta pesquisa

A tabela nos mostra que as variáveis analisadas isoladamente não têm força para se tornarem significante estatisticamente falando, uma vez que ambas possuem um p-valor acima do valor estipulado de 0,05. Todavia, a tabela mostra que existe interferência na observação da relação entre gênero e comunidade, uma vez que nesse cruzamento das variáveis o valor de p foi de 0,05. A distribuição gráfica pode nos ajudar a entender esses resultados. Vejamos:

Gráfico 11 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente formal



Fonte: Autor desta pesquisa

A significância estatística da interação entre as variáveis mostrada por intermédio do valor de p, na tabela acima, pode ser observada por meio do cruzamento das linhas indicadoras das médias dos julgamentos dos informantes no gráfico. Como podemos ver, o gráfico mostra

que os homens LGBTQ+, em comparação as mulheres, avaliam melhor o nível de profissionalismo do usuário da variante, uma vez que: enquanto que as mulheres possuem médias em torno do ponto 3,3, os homens possuem média próximo ao ponto 3,8; o contrário, no entanto, acontece no grupo não LGBTQ+: as mulheres são mais sensíveis, com média 3,6, e os homens, com média 3,2. Isso sugere que, apesar de as médias estarem variando dentro do ponto correspondente a “independente”, os homens LGBTQ+, em comparação às mulheres dessa comunidade, são mais propensos a julgar os usuários dessa variante como bons profissionais. No grupo não LGBTQ+, o contrário acontece.

Sozinhas, no entanto, as variáveis não têm forças para causar uma divergência entre os participantes. Sobre o gênero do informante, notamos que os juízes femininos possuem médias entre os pontos 3,33 e 3,60; já os masculinos, médias entre os pontos 3,2 e 3,7 da escala. Essas médias não apontam para um resultado divergente entre os gêneros no que diz respeito ao item testado.

A variável comunidade sozinha também não possui força estatística para causar divergência entre LGBTQ+ e não LGBTQ+ acerca do nível de profissionalismo dos usuários dessa variante. Enquanto LGBTQ+ apresentaram médias de 3,3 e 3,7, os informantes não LGBTQ+ apresentaram médias de 3,2 e 3,6.

Se diante da variável mencionada as variáveis só foram significativas em meio a uma interação entre elas, diante da forma tida como típica da comunidade LGBTQ+, o resultado tomou outro rumo.

Tabela 34 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente formal

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Gênero	1.667	1	1.667	1.392	0.243
Comunidade	4.267	1	4.267	3.563	0.054
Gênero x Comunidade	0.600	1	0.600	0.501	0.482
Residual	67.067	56	1.198		

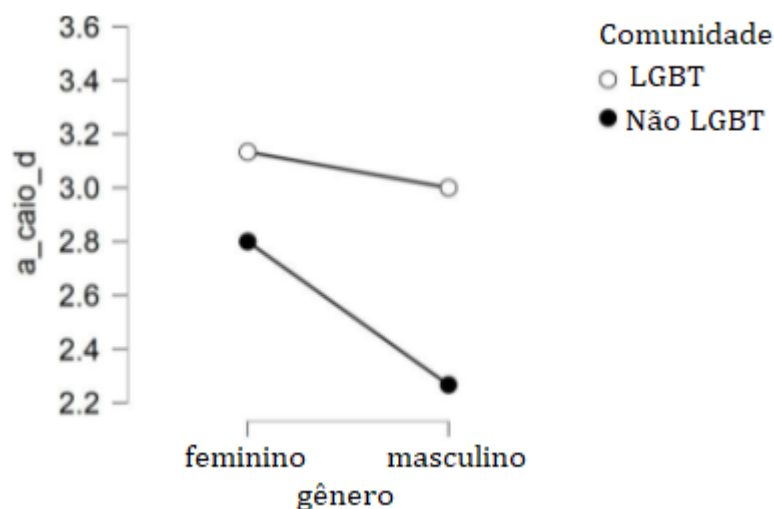
Fonte: Autor desta pesquisa

Os números apresentados na tabela 34 mostram que o gênero social do informante não interfere em sua avaliação acerca do nível de profissionalismo do usuário de SNs, como “A Caio” em ambiente de trabalho considerado formal, haja vista que esta variável obteve um p-

valor de 0,243. A variável comunidade, por sua vez, rumou em sentido contrário, mostrando-se estatisticamente significativa ($p = 0,054$). É importante, ainda, mencionarmos que a análise nos mostrou que não há significância na interação entre as variáveis ($p = 0,482$).

Vejamos, por meio do gráfico oferecido pelo JASP, a distribuição das médias dos informantes no que concerne à sua comunidade.

Gráfico 12 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente formal



Fonte: Autor desta pesquisa

Os informantes do gênero masculino variam suas médias nos pontos 2,2 e 3,0; já os femininos, nos pontos 2,8 e 3,1. A proximidade entre as médias sugere que não há interferência do gênero social do informante quanto a avaliação do nível de profissionalismo do usuário dessa variante.

No entanto, como dito anteriormente, a comunidade é algo que interfere em nossos dados. O gráfico mostra que LGBT+ e não LGBT+ avaliam de forma diferente o nível de profissionalismo de usuários da referida variante em ambiente formal. Enquanto que a média do grupo LGBT+ fica entre 3,0 e 3,1, sugerindo o julgamento de que o uso desse sintagma não é capaz de prejudicar ou favorecer o profissionalismo de seu usuário, a média dos não LGBT+ varia entre 2,2 e 2,8, mostrando uma avaliação negativa acerca do profissional que faz uso desse tipo de sintagma em ambiente de trabalho formal, como escolas, hospitais, empresas.

Dessa forma, notamos que os informantes LGBT+ se colocam neutros, acreditando que o profissionalismo do sujeito independe do uso de uma ou de outra forma. Já os sujeitos não LGBT+ vão de encontro a essa aceitação, colocando-se desfavoráveis à utilização de variantes como “A João” em ambientes formais.

Esse resultado, sem muita sombra de dúvidas, deve-se ao fato de esta construção linguística, como já mencionamos em outras partes desse trabalho, não ser reconhecida pela gramática tradicional do português falado no Brasil. Como as variantes que não encontram espaços na referida gramática são, facilmente, estigmatizadas, os seus usuários também o são, principalmente, em ambientes tidos como formais, onde o padrão culto da língua é exigido pela tradição social

Mesmo os informantes LGBTQ+ não tendo marcado o nível negativo de nossa escala, mas sim o neutro, os resultados apontam para o fato de os informantes serem um tanto resistentes no que diz respeito ao emprego dessa forma em ambientes formais, sugerindo que o seu lugar de produção seja outro. Para essa verificação, iremos observar como os participantes avaliaram o uso das formas em ambiente de trabalho informal.

6.3.5 Nível de profissionalismo do usuário em ambiente informal

Com este item de testagem, pretendemos verificar qual o julgamento que o informante faz acerca do profissionalismo do usuário de cada variante em ambiente considerados como sendo mais informais (salão de beleza, casas de show). Para responder a esse item, os informantes se depararam com a seguinte escala:

- 1– Sem qualificação profissional
- 2– Pouco profissional;
- 3– Indiferente;
- 4– Profissional;
- 5– Muito profissional.

A primeira variável a ter seus resultados expostos foi a local, isto é, aquela em que o SN em questão não vem antecedido de artigo.

Tabela 35 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente informal

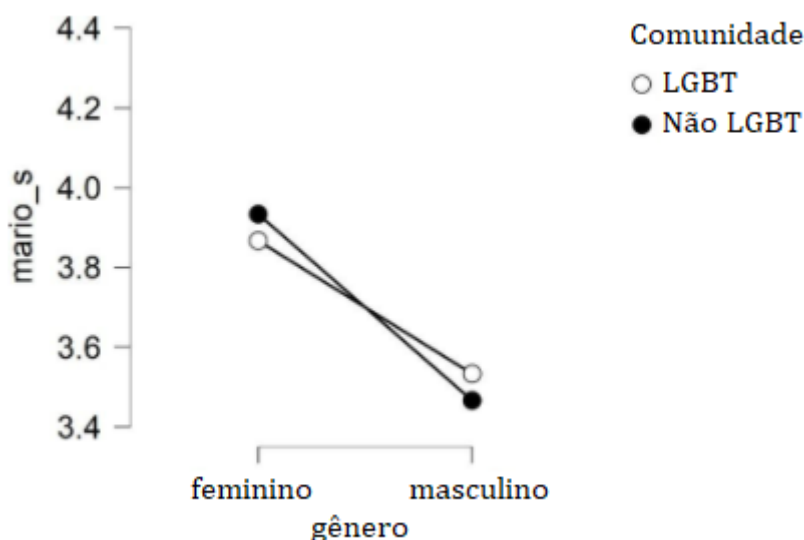
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Gênero	2.400	1	2.400	2.578	0.114
Comunidade	0.000	1	0.000	0.000	1.000

Gênero x Comunidade	0.067	1	0.067	0.072	0.790
Residual	52.133	56	0.931		

Fonte: Autor desta pesquisa

Os resultados mostram que, diante da avaliação do uso dessa variante em contexto considerado informal, as variáveis controladas não interferem nos resultados. O p-valor do gênero foi de 0,114, enquanto que o p-valor alcançado pela variável comunidade foi de 1,000. A tabela ainda nos mostra que a interação entre as duas variantes também não é algo estatisticamente significativo para a análise aqui feita.

Gráfico 13 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo em ambiente informal



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico nos mostra que não há diferença significativa entre os gêneros, tampouco entre as comunidades investigadas. Como podemos perceber todos os informantes masculinos ou femininos, não LGBT+ ou LGBT+, possuem distribuições entre as médias do ponto 3, com médias variando entre 3,4 e 3,9, sugerindo uma neutralidade quanto ao nível de profissionalismo do usuário da forma sem artigo, ou seja, utilizar sentenças como “João saiu” não é condição *sine qua non* para que o sujeito seja mais ou menos profissional em ambientes que não exigem um policiamento linguístico.

Os informantes do gênero masculino possuem médias de 3,4 e 3,5; já os informantes do gênero feminino, médias de 3,8 e 3,9. Essas médias mostram que, de fato, não há diferença significativa entre os gêneros. No que diz respeito à comunidade do informante, vemos que os

informantes LGBT+ possuem médias 3,5 e 3,8, enquanto que os não LGBT+, médias 3,4 e 3,9, mostrando que também não encontramos diferença estatisticamente significativas na avaliação dessa variável no que concerne o item de testagem mencionado.

Quando cruzadas, as variáveis também não possuem forças para causar uma divergência estatística entre os informantes. No grupo LGBT+, os homens têm média de 3,5, e as mulheres têm média de 3,8. No grupo não LGBT+, os homens possuem média de 3,4, e as mulheres, 3,9.

A avaliação da forma em que o artigo acompanha um antropônimo de mesmo gênero gramatical não se apresenta de forma muito diferente do que vimos nos parágrafos anteriores. Vejamos:

Tabela 36 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente informal

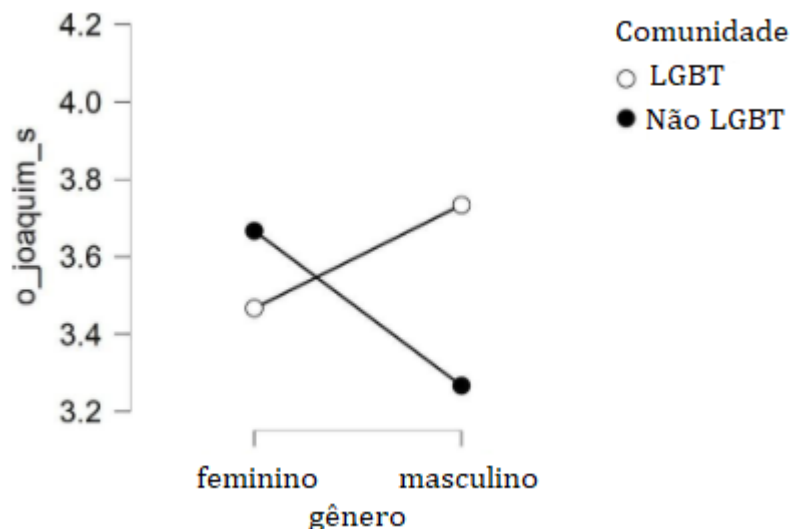
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.067	1	0.067	0.129	0.721
Comunidade	0.267	1	0.267	0.516	0.475
Gênero x Comunidade	1.667	1	1.667	3.226	0.078
Residual	28.933	56	0.517		

Fonte: Autor desta pesquisa

Assim como aconteceu diante do julgamento da variante anterior, diante da forma com artigo, as variáveis não se apresentam, à luz da estatística, como sendo significativas para a análise. Observando a tabela, vemos que o gênero social do informante possui um $p = 0,721$, indicando que esta variável não interfere nas avaliações subjetivas observadas. A variável comunidade do respondente, com $p = 0,475$, também não demonstrou ser uma variante significativa nos julgamentos dos participantes. A interação entre as variáveis também não foi considerada pelo programa como sendo significativa.

Vejamos como esses números se apresentam no gráfico.

Gráfico 14 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma com artigo em ambiente informal



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico nos apresenta as médias alcançadas por cada variável. Podemos perceber que entre os gêneros as médias permeiam entre o ponto 3, mostrando um posicionamento neutro quanto ao item testado, sendo que o gênero feminino variou entre 3,46 e 3,66, e o masculino 3,26 e 3,73, mostrando que não há uma diferença estatística significativa. Quando observamos a variável comunidade, percebemos que esta permanece no ponto 3 também: LGBT+ variaram sua média entre 3,46 e 3,73, e os não LGBT+, 3,26 e 3,66.

Quando olhamos para a interação, percebemos que as médias não sugerem uma diferença entre os informantes. No grupo LGBT+, os homens possuem média de 3,73, enquanto as mulheres, 3,46; já, no grupo não LGBT+, os homens possuem média 3,26, e as mulheres, 3,66.

Como vimos, diante das formas acolhidas pela gramática tradicional, os informantes se mantiveram neutros sobre o julgamento do profissionalismo de seus usuários, independentemente de variáveis como gênero e comunidade. Diante da forma não prevista pela gramática, o resultado não foi diferente.

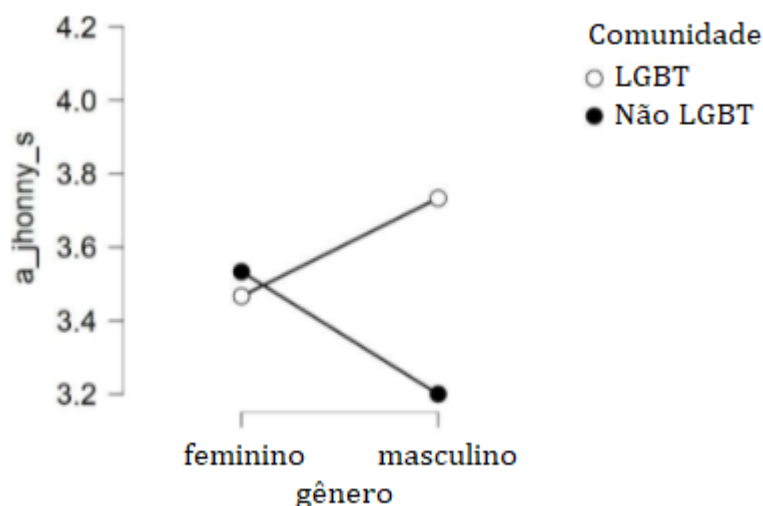
Tabela 37 – Resultado da Análise de Variância para o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente informal

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Gênero	0.017	1	0.017	0.018	0.893
Comunidade	0.817	1	0.817	0.900	0.347
Gênero x Comunidade	1.350	1	1.350	1.488	0.228
Residual	50.800	56	0.907		

Fonte: Autor desta pesquisa

Assim como aconteceu diante do julgamento da produção das formas previstas pela gramática em ambientes informais, as variáveis sociais controladas não foram estatisticamente significativas no julgamento do nível de profissionalismo do usuário da variante “A João” em ambiente informal. O p-valor do gênero foi de 0,893, e o da comunidade foi de 0,347, ambos acima do valor pré-estabelecido de 0,005. Nem mesmo a interação entre as duas variáveis foi considerada significativa para a avaliação da produção dessa forma em contexto de uso informal da língua portuguesa.

Gráfico 15 – Médias dos julgamentos sobre o nível de profissionalismo do usuário da forma em que o artigo e o antropônimo não compartilham do mesmo gênero gramatical em ambiente informal



Fonte: Autor desta pesquisa

O gráfico nos mostra que não há, estatisticamente falando, diferença entre as médias dos gêneros e das comunidades controladas quando o ambiente informal é o contexto que está em jogo. No que diz respeito aos gêneros, percebemos que eles se mantêm no ponto 3 da escala,

sendo que o gênero feminino varia entre 3,46 e 3,56, e o masculino, entre 3,2 e 3,73. Resultado semelhante temos a observação das comunidades. Como podemos perceber, os informantes LGBT+ concentram suas médias de avaliação entre as médias correspondentes ao ponto 3, mais especificamente nos pontos 3,46 e 3,73, assim como os informantes não LGBT+ que possuem médias de 3,2 e 3,56.

A interação entre as duas variáveis também não é um fato a ser considerado como interveniente. Os resultados nos mostram que as médias de homens e mulheres não LGBT+ ou LGBT+ não são estatisticamente significativas. Os informantes masculinos LGBT+ possuem média de 3,73, enquanto os femininos, 3,46. Os informantes não LGBT+ masculinos possuem média de 3,2, já os femininos, 3,53.

A comparação entre os resultados alcançados diante do julgamento da forma não prevista pela gramática tradicional em ambiente informal e o julgamento dessa mesma forma em ambiente formal, mostra-nos uma mudança na percepção dos informantes do grupo não LGBT+. Enquanto esses informantes avaliaram negativamente o uso dessa forma em ambiente formal de uso da língua, em ambiente considerado informal, ou seja, aquele em que o usuário não precisa fazer uso da norma culta, esses mesmos juízes indicaram que o uso dessa forma não interfere no nível de profissionalismo do usuário. Tal resultado mostra que, para os universitários não LGBT+ desta pesquisa, o uso de SN em que um artigo feminino antecede um antropônimo masculino é aceitável apenas em ambientes informais, excluindo essa forma de ambientes como escolas, empresas. Esse resultado mostra como o pensamento tradicional sobre a gramática da língua, conhecido por ser algo fechado em si, não dando espaço para um “novo”, ainda é forte em nossa sociedade e marginaliza construções linguísticas presentes na fala de muitas comunidades.

Essa percepção excludente, no entanto, não foi verificada nos julgamentos dos informantes LGBT+, que mantiveram suas percepções, indicando que, para eles, o indivíduo não pode ter seu nível de profissionalismo, em ambiente formal ou informal, medido por meio do uso dessa construção nominal.

Dessarte, verificamos, por meio dos testes realizados, que as avaliações subjetivas de nossos informantes sobre variantes, como “a João”, estão relacionadas ao seu senso de pertencimento a comunidade na qual ela emergiu. Essa afirmação é comprovada quando constatamos que a variável comunidade é a única que se demonstrou, estatisticamente falando, significativa em nossa análise. Em todos os itens de testagem, excetuando aqueles com relação ao profissionalismo do usuário, essa variável foi considerada como sendo uma “influenciadora de avaliações”, levando o público LGBT+ a avaliar positivamente e os não LGBT+ a terem

reações mais voltadas para os pontos negativos de nossa escala.

O gênero, por seu turno, não apresentou o mesmo comportamento. Nossos testes de julgamento por escala mostraram que a variável gênero não interfere significativamente nas avaliações de nossos informantes. Esse resultado mostra que, diferentemente de outros fenômenos, como o estudado por Cardoso (2015 [1989]), diante deste fenômeno, os gêneros, masculino e feminino, não são assimétricos no que diz respeito a suas avaliações.

6.4 O QUE SUGEREM OS RESULTADOS?

Como vimos, a observação das atitudes foi de extrema importância para o entendimento deste fenômeno. Percebemos que nossos informantes avaliam de forma distinta a variante a depender do senso de pertencimento que possuem com o grupo social no qual ela emergiu, semelhante ao que aconteceu em Labov (2008 [1972]). Esse sentimento de inclusão afetou de forma significativa as demais avaliações: os indivíduos que se sentem incluídos na variante, os LGBTQ+, avaliaram-na positivamente; enquanto os informantes que não possuem tal sentimento, os não LGBTQ+, mostraram um posicionamento contrário às características estéticas e sonoras da variante, assim como o nível de profissionalismo do seu usuário. Sendo assim, a nossa hipótese principal, a saber: os informantes apresentarão reações distintas a partir de seus perfis sociais (gênero e/ou comunidade), é confirmada, haja vista que a comunidade do entrevistado é uma variável estatisticamente significativa.

Esses resultados, atrelado a observações feitas na ficha social de nossos informantes, indicam-nos que: o uso dessa variante se comporta como uma marca linguística da comunidade LGBTQ+.

Guy (2003), elabora três critérios para identificar indivíduos pertencentes à mesma comunidade. Segundo o autor, A comunidade de fala é um grupo de falantes que: - compartilham traços linguísticos que distinguem este grupo de outros; - se comunicam relativamente mais entre eles do que com outros; - compartilham normas e atitudes frente ao uso da linguagem (GUY, 2003, p.33).

Os três critérios mencionados pelo autor podem ser verificados com este trabalho. Segundo o pensamento do autor sobre o primeiro critério, a comunidade é definida pelo uso de uma língua em comum aos indivíduos; mas, ao mesmo tempo, a variedade da língua usada na comunidade é distinta, pelo menos em alguns aspectos, das variedades usadas em outras comunidades. Esta parte da definição nos ajuda a distinguir as fronteiras externas da

comunidade. Com este trabalho, percebemos que os limites externos da comunidade serão definidos, em parte, pelo favorecimento de construções linguísticas em que um artigo definido feminino antecede um antropônimo masculino, como em “a Douglas” e outros traços da fala LGBT+.

Sobre o segundo, ele afirma que “a comunidade é caracterizada por uma densidade de comunicação interna relativamente mais alta do que a densidade externa” (GUY, 2003, p.33). Em nosso questionário para a obtenção dos dados pessoais de nossos participantes (cf. Apêndice 1), realizamos um questionamento sobre a frequência com a qual esse indivíduo interagia com membros de outros grupos sociais (LGBT+ e não LGBT+). Com as respostas, foi possível constatar que a maioria de nossos informantes não LGBT+ afirmaram não ter contato frequente com integrantes da comunidade LGBT+, principalmente os informantes masculinos, o que explica o desfavorecimento das características da variante “a Diego”. Esse aspecto da comunidade é o que, segundo Guy (2003, p. 33), explica o primeiro, pois o contato intensivo “é o que mantém a coerência linguística entre os usuários; ao mesmo tempo, a falta de contato linguístico entre uma comunidade e outra é o que permite o desenvolvimento de diferenças linguísticas”.

Mas esses dois critérios não são suficientes para a observação dos limites de uma comunidade, o autor aduz que, juntamente com os aspectos anteriores, os indivíduos precisam compartilhar de normas e atitudes acerca de determinado objeto para que pertençam a uma mesma comunidade. Esta tese mostra que nossos informantes possuem atitudes distintas quanto a variante sem compartilhamento de traço de gênero entre o artigo e o antropônimo: não LGBT+ são propensos a não favorecerem a variante tanto no que diz respeito às suas características estéticas, pontuando que ela é “feia”, quanto sua característica sonora, pontuando que ela é uma variante “desagradável, além de afirmar que um indivíduo que a utiliza em um ambiente formal pode ter seu nível de profissionalismo questionado; já os LGBT+ favorecem fortemente a variante que os representam, considerando-a “bonita” e “agradável”, além de não acreditar que o nível de profissionalismo de seu usuário pode ser questionado quando ele a utiliza em ambiente formal.

Sendo esse favorecimento dependente da comunidade a qual o indivíduo pertence, percebemos a presença do que a psicologia social chama de “favoritismo *ingroup*”, definido como o desejo do indivíduo de beneficiar algo ou alguém do grupo ao qual pertence (BALLIET; WU; DE DREU, 2014). Como discorreremos no segundo capítulo deste trabalho, essa variante é tomada pelo grupo LGBT+ como sendo uma arma linguística na luta pela aquisição de direitos políticos, assim como uma forma de desempenhar suas questões identitárias (de gênero, de

orientação afetivo-sexual etc.), sendo assim, favorecida pelos membros dessa comunidade, ou seja, pelo *ingroup*. Esse favoritismo pôde ser visto também nos dados obtidos por meio do teste de crença. Nossos dados apontam para o fato de nossos informantes compartilharem crenças acerca da variante emergente, excetuando o caso da crença acerca da classe social. Essa discordância quanto ao nível social do usuário da variante mostra o quanto os informantes LGBTQ+ estão empenhados em valorizar os membros de seu grupo que têm essa variante em seu repertório linguístico, uma vez que eles não acreditam que construções como “a Paulo” pertencem apenas a pessoas de baixo poder aquisitivo.

Uma reação contrária à variante ou ao seu usuário também é um favoritismo *ingroup*: quando indivíduos não LGBTQ+ avaliaram negativamente a variante pertencente ao grupo LGBTQ+, neste caso, o *outgroup*, eles estavam favorecendo a variante presente em sua norma linguística. Nesse caso, o favoritismo *ingroup* resulta em um sentimento desfavorável aos indivíduos e à variante de outras comunidades (HEWSTONE *et al*, 2002).

É justamente pela existência de *outgroup*, isto é, outros grupos sociais (comunidades), que os indivíduos realizam comparações, na tentativa de buscar valores socialmente mais positivos que trarão benefícios para a sua comunidade, como acontece com os indivíduos desta pesquisa. Na percepção do sujeito, o componente valorativo é, como afirma Resendes Fernandes *et al* (2009), combinado à maneira como se estabelece a valorização, positiva ou negativa, de seu grupo social pelos outros grupos, demonstrando não só o valor e o prestígio das marcas de seu grupo, mas também a crítica às características dos demais grupos. Tal situação é responsável por um forte compartilhamento de valores, normas e (re)organizações dos grupos.

Esse favoritismo *ingroup*, verificado em nossos dados, é um mecanismo poderoso para promover as práticas sociais que unem esses indivíduos em uma mesma comunidade e, por sua vez, os diferenciam de outros grupos. Em se tratando de indivíduos dinamizadores de regras, como os participantes desta tese, esse favoritismo é ainda mais forte, como evidenciam nossos resultados.

Dessa forma, este trabalho, por meio dos resultados alcançados, constata que estamos diante de um fenômeno que separa duas comunidades distintas, mais especificamente, a LGBTQ+ e a não LGBTQ+. Assim, a variante aqui investigada se apresenta como sendo fortemente condicionada pela realidade sócio-histórica-política do indivíduo e, por isso, atua como um dos traços linguísticos de fronteira entre grupos sociais. O fato de essa variante ser uma marca linguística pertencente a uma comunidade determinada: LGBTQ+, explica a dificuldade metodológica que encontramos ao tentar estudar esse fenômeno com base na produção do

falante.

Com esta tese, constatamos que estamos diante de um fenômeno regular dentro da língua portuguesa, que possui um funcionamento social, que é linguisticamente encaixado e que se apresenta como uma marca linguística identitária de uma comunidade.

Essas conclusões só foram possíveis a partir da observação dos resultados que obtivemos por meio de nosso protocolo metodológico. Utilizamos uma metodologia estruturada que, como já mencionamos, possibilita uma pesquisa à distância e em larga escala. Além de uma observação segura dos dados ao utilizarmos pacotes estatísticos para o tratamento desses dados. Contudo, esses resultados podem ser ainda mais representativos com a ampliação da amostra. Como já falamos no quinto capítulo deste trabalho, nosso banco de dados não pôde ser expandido devido à pandemia do COVID- 19, que atingiu números significativos de infecções e mortes no período da produção desta tese de doutoramento. O controle de outras variáveis sociais, como a área de atuação desses universitários (humanas, saúde, exatas), também poderiam trazer mais contribuições para nossa discussão, haja vista que, pelo que é facilmente observado, a área das humanas se apresenta como sendo mais acolhedor desse tipo de discussão.

Apesar dessas limitações, nosso trabalho oferece uma visão significativa de como essa variante que emerge na comunidade LGBT+ é avaliada por indivíduos dinamizadores de regras linguísticas que estão dentro e fora da referida comunidade, constatando que estamos diante de comunidades distintas, com percepções distintas.

7 CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, verificamos as avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca do fenômeno da realização de artigo definido diante de antropônimo, considerando e focando em uma terceira variante deste fenômeno, a saber: aquela em que um artigo feminino antecede um antropônimo masculino, como “a Pedro”. Conforme discutimos ao decorrer desta tese, apesar de esta variante não ser acobertada pela gramática tradicional da língua portuguesa falada no Brasil, estudos já realizados, a exemplo de Lau (2015) e Carvalho (2020), atestam a sua existência no português brasileiro, mais especificamente na fala de indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQ+.

Vimos que o uso dessa variante está atrelado a diversas questões sociais que envolvem o seu usuário, como o seu sentimento de pertença à comunidade de prática LGBTQ+ e a exposição de sua identidade enquanto membro dessa comunidade. Partindo disso, discutimos acerca do fato de que quando o sujeito faz uso desse tipo de variante, ele não está simplesmente mencionando uma pessoa em sua fala, mas realizando ações concretas no mundo.

Diante da emergência dessa variante, objetivamos verificar como universitários recifenses a avaliam. Para tanto, selecionamos 60 universitários domiciliados em Recife e os estratificamos de acordo com sua autoidentificação de gênero e comunidade de prática, a fim de verificar quais os efeitos dessas variáveis na percepção desses informantes. Para tanto, elaboramos dois instrumentos de coleta de dados: um questionário de perguntas objetivas – para a obtenção dos dados de crença – e outro contendo teste de julgamento com escala, mais especificamente a escala Likert – para a obtenção dos dados de atitudes.

Ao observarmos os resultados alcançados com os testes de crenças, verificamos que não há interação entre as respostas dadas por nossos entrevistados e as variáveis de controle selecionadas, excetuando a crença sobre a classe social do usuário. Esse resultado mostra que, no que diz respeito às demais crenças, LGBTQ+ e não LGBTQ+, assim como indivíduos masculinos e femininos, possuem crenças compartilhadas sobre a variante, ou seja, não há assimetrias de gênero e comunidade.

Os resultados obtidos com o teste de crença sobre a gramaticalidade da variante mostraram que nossos informantes são tolerantes às construções em que um artigo definido feminino antecede um antropônimo de gênero gramatical masculino, como “a Paulo”, uma vez que todos se mostraram desfavoráveis à crença de que “falar “a João” é errado”. Esse resultado foi de encontro ao que era esperado por nós. Sendo uma variante emergente e pertencente a

uma comunidade marginalizada, esperávamos que a comunidade fosse um fator que interferiria nas avaliações. Porém, os resultados mostraram que LGBT+ e não LGBT+ têm conhecimento sobre a forma e são tolerantes a ela.

Os testes também mostraram que todos os informantes reconhecem essa variante como sendo uma marca linguística típica da fala de indivíduos da comunidade LGBT+, mostrando o estereótipo criado para ela por parte da comunidade universitária do Recife. Para eles, a construção nominal “a João” é tão pertencente à fala LGBT+ que quando não LGBT+, mais especificamente os de gênero social masculino, a utiliza, sua comunidade é alvo de avaliação. Esse tipo de crença, por sua vez, é responsável por fazer com que homens que não pertencem à comunidade LGBT+ acabem se distanciando de marcas linguísticas que não pertencem ao seu grupo social. Essa necessidade de se afastar das formas linguísticas que não são suas, em alguns casos, acabam gerando atitudes hostis tanto com relação ao valor social da variante, quanto ao seu usuário, a exemplo da reação que vimos na figura 5, no segundo capítulo deste trabalho.

Com a aplicação do questionário para a obtenção das crenças, ainda conseguimos verificar como os nossos informantes estereotipam o usuário dessa variante. Segundo os resultados, para os universitários recifenses não LGBT+, a variante em questão pertence à fala de LGBT+ afeminados pertencentes à classe média baixa da sociedade. É interessante não perdermos de vista que as características sociais atribuídas ao usuário dessa variante são as mais marginalizadas pela sociedade. Esse estereótipo é motivado por dois fatores ainda enraizados na sociedade: o primeiro diz respeito ao machismo que, no campo da linguagem, categoriza variantes e expressões que devem (ou não devem) haver na fala de um ser masculino; o segundo, a preferência da classe alta por variantes previstas pela gramática como uma forma de adquirir *status* social.

Com o favorecimento da crença de que os usuários dessa variante devem controlar o seu uso em ambiente formal, notamos uma visão limitadora dos espaços por onde essa construção linguística pode circular. Nossos informantes acreditam que o uso dessa variante deve se limitar aos espaços informais. Esse tipo de pensamento está ligado diretamente ao fato de os ambientes formais privilegiarem as variantes que são previstas pela gramática tradicional.

Se diante da observação das crenças de nossos informantes acerca da variante em questão não notamos associação entre as respostas dadas e as variáveis de gênero e comunidade, diante das atitudes, percebemos que certa característica social do indivíduo acaba interferindo de forma significativa em suas reações.

Diante do teste de análise de variância (ANOVA) aplicado para a observação das atitudes linguísticas dos informantes juízes, percebemos que o gênero não é uma variável social

que interfere de forma significativa. Quando observamos apenas o gênero, notamos que indivíduos femininos e masculinos possuem percepções semelhantes, ou seja, os dados não evidenciam uma assimetria entre os participantes. Por outro lado, a análise mostrou que a comunidade do informante interfere de forma, estatisticamente falando, significativa a depender da variante que está sendo julgada.

No que diz respeito a variante local, ou seja, aquele em que o antropônimo não é antecedido por um artigo, nossos informantes apresentam julgamentos semelhantes, sendo todos favoráveis aos itens testados: inclusão, estética, sonoridade, nível de profissionalismo do usuário. Diante da variante em que um artigo definido antecede um antropônimo de mesmo gênero gramatical que o seu, nossos informantes também apresentam percepções semelhantes: todos atestaram não possuírem senso de pertencimento diante dessa variante, além disso, mostraram ter percepções favoráveis quanto a sua estética, sonoridade e nível de profissionalismo do usuário. Esse comportamento mostra que, diante das variantes previstas pela tradição gramatical, os universitários recifenses tendem a ter bons julgamentos.

Já diante da variante emergente, encontramos uma assimetria no que tange a comunidade do informante. Ao observarmos as avaliações dos itens, percebemos que o favorecimento ou desfavorecimento de determinada característica dessa variante está ligado à orientação afetivo-sexual do indivíduo juiz: enquanto que os informantes do grupo LGBTQ+ são mais favoráveis à variante, os informantes não LGBTQ+ são mais resistentes, ou seja, desfavorecem o sintagma analisado, assim como o seu usuário. Para os LGBTQ+, a variante “a João” é esteticamente bonita, possui uma boa sonoridade, e o seu uso não interfere no nível de profissionalismo de um indivíduo, seja em ambiente formal ou informal. Já para os não LGBTQ+ que não se colocaram como neutros em suas avaliações, essa variante é feia, desagradável e o indivíduo que a utiliza em ambiente formal é considerado pouco profissional.

Por meio dos resultados alcançados, constatamos que a variante em questão se apresenta como sendo um traço linguístico que diferencia esses dois grupos. O compartilhamento de traços linguísticos e atitudes com relação a tais traços fazem parte dos critérios que delimitam a inclusão de um indivíduo em uma dada comunidade (GUY, 2020). Esse tipo de variante, então, é uma espécie de arma usada pelos usuários para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade de grupo social separado.

Percebemos, então, que a construção linguística em análise neste trabalho recebe valores sociais distintos a depender do grupo ao qual pertencem os indivíduos: valores favoráveis dentro da comunidade na qual emergiu, e valores desfavoráveis fora dessa comunidade. Constatação semelhante foi verificada em Labov (2008 [1972]), quando o autor verificou que

a centralização estava relacionada com o sentimento de pertencimento de determinado grupo de moradores da ilha de Martha's Vineyard, e em Cardoso (2015 [1989]), quando a autora verificou que os aracajuanos possuem avaliações distintas a depender da fala que estão julgando.

Como mencionamos no final do capítulo anterior, esses resultados poderiam ser ainda mais expressivos com a ampliação de nosso *corpus*. Sendo assim, a expansão do banco de dados será feita em pesquisas futuras que proporcionarão um debate maior sobre os estudos de identidade como um todo. Salientamos que, em um momento em que se tem várias tentativas de criminalizar reflexões inclusivas, este trabalho serve como um ponto para auxiliar a esclarecer o debate acerca da linguagem inclusiva no português brasileiro. A variante aqui investigada, por muitas vezes, passa despercebida por muitos usuários da língua, e isso acaba fazendo com que as pessoas não entendam os significados que há por trás de seu uso, encarando-a apenas como um “erro” na língua portuguesa. Acreditamos que trazer à luz o tipo de discussão feito aqui é de suma importância para que os indivíduos entendam que a linguagem inclusiva não é algo problemático como eles pensam.

Em suma, neste estudo trouxemos à luz um fenômeno emergente e ainda não estudado na linguística brasileira, principalmente no âmbito da avaliação, selecionando uma comunidade de prática que ainda não recebe tanta atenção nos estudos acadêmicos, mas que tem muito a oferecer. Apresentamos também um protocolo metodológico que pode ser, facilmente, replicado e adaptado às mais diversas situações. Diante disso, esperamos que este trabalho de caráter pioneiro contribua de forma significativa para os estudos linguísticos desenvolvidos no país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vivian. Corpo em cena: tecendo ‘masculinidades’ nas imagens em movimento. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 80, 2008.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990
- BALLIET, Daniel; WU, Junhui; DE DREU, Carsten. Ingroup favoritism in cooperation: a meta-analysis. **Psychological Bulletin**, v. 140, n 6, 2014
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática do português**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEJAR, Santi. **Phi-syntax**: a theory of agreement. 2003. Ph.D. dissertation. University of Toronto, Canadá.
- BISMARCK LOPES, Ícaro Carvalho. **Traço e concordância de gênero na constituição na gramática do português**. 141f. Dissertação (mestrado), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: AGUIAR, Renato. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CARDOSO, Denise Porto. **Atitudes linguísticas a avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. [Prefácio de Raquel Meister Ko. Freitag] Raquel Meister Ko. Freitag (editora). São Paulo: Blucher, 2015.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.) **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.
- CALVO, Luciana Cabrini Simões. **Reflexões sobre uma comunidade de prática constituída a partir das interações de formadoras de professores de inglês em um grupo de estudos**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Londrina, 2017.
- CAMARA, Enilso. **História do Recife**: do surgimento aos dias atuais. Disponível em <<https://visitarecife.com.br/historia-do-recife/>>. Acesso em 17/07/2019.
- CARVALHO, Dannel, da Silva. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- CARVALHO, Dannel da Silva. **Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro**: um estudo de caso. *Papia* n. 21, v. 1, p. 83-98, 2011.

CARVALHO, Dannel da Silva. Aspectos morfossintáticos de gênero no português brasileiro. **Cuadernos de la ALFA**. 2020.

CASTRO, Ana. **On Possessives in Portuguese**. Ph.D. Dissertação (mestrado em linguística), FCSH. Universidade Nova de Lisboa e Universite Paris 8 – CLI. 2006

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Nova minigramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Minimalism Inquiries: the Framework**. MITWPL 15. Cambridge, MA.: Mitwpl, 1998.

CLEMENTS, . The Geometry of Phonological Features. In. *Phonology Yearbook*, Vol. 2, Cambridge University Press, 1985. pp. 225-252

COVAS, Fabíola Sucasas Negrão; BERGAMINI, Lucas Matias. **Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n. 6, p. 54892 – 54913 jun. 2021.M

CUNHA, Luísa Margarida Antunes. **Modelo Rasch e Escala Likert e Thurstone na medição de atitudes**. Dissertação (Mestrado em Probabilidade e Estatística) – Departamento de Estatística e Investigação Operacional, Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

DERWING, Bruce L.; ALMEIDA, Roberto, G. Método experimental em linguística. In MAIA, Marcos; FINGER, Ingrid. (Orgs.), **Processamento da linguagem**, pp. 401-442, Pelotas, Educat, 2005.

DEWEY, John. **How we think**. Lexington, MA: D. C. Heath, 1933.

EAGLY, Aalice; CHAIKEN, Shelly. **The psychology of attitudes**. Belmont, California: Wadsworth Group/Thomson Learning, 1993.

ECKERT, Penelope. **Language Variation as social Practice**. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde cohabitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, Ana. Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem. Gênero. Comunidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p 93-107.

ECKERT, Penelope. **Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation**. Annual Review of Anthropology, 2012, v. 41, p. 87- 100.

ECKERT, Penelope.; WENGER, Etienne. **From school to work: An apprenticeship in institutional identity**. Learning and Identity Series. Institute for Research on Learning, Palo Alto, Calif., 1994.

FRANÇA, Anieli Improta; FERRARI, Lilian; MAIA, Marcus. **A linguística no século XXI:**

convergências e divergências no estudo da linguagem. São Paulo: Contexto, 2016. 224p.

FREITAG, Raquel Maister Ko. **Teste de hipóteses e valores de significância**, 2020. Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/Pvalor.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

GAMA, Juliana Fonssêca de Almeida. **Né homem não?** – Retratos das masculinidades: entre singularidades e a hegemonia. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e Termos**. 1ª ed. Goiânia: Ser-tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e comunidade/UFG, 2012.

GUY, Gregory. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. **ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística/Associação Brasileira de Lingüística**. - v.1, 1979. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2003

GUISAN, Pierre. Língua: a ambiguidade do conceito. In: BARRETTO, Mônica Maria Guimarães Savedra; SALGADO, Ana Claudia Peters (Orgs.). **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas de/em contato**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GRICE, Herbert. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol. V. Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: edição do autor, 1982.

GROSS, Jacson; CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk. O direito de existir para a sociedade: cidadania e comunidade na luta por direitos da comunidade LGBT. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas**, Universidade Federal da Paraíba V. 7 - Nº 03, 2018.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumento de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HARLEY, Heidi; RITTER, Elizabeth. **Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis**. *Language* 78, 2002. p. 482-526.

HEWSTONE, Milis; RUBIN, Mark; WILLIS, Hazel. Intergroup bias. **Annual Review of Psychology**, 53(1), 575-604., 2002

KOMORITA, S. S. (1963). Attitude content, intensity, and the neutral point on a Likert scale. **Journal of Social Psychology**, 61(2), 327-334.

KORPELA, Kalevi. Place-identity as a product of environmental self-regulation. **Journal of environmental psychology**. P 241-256, 1989.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAMBERT, Wallace. E. **A social psychology of bilingualism**. *Journal of Social Issues*, 23, 91-109, 1967.

LAMBERT, William. W.; LAMBERT, Wallace. E. **Psicologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LAU, Hélio Diego. A (des)formação do pajubá: fatores da linguagem da comunidade LGBT. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/TESE/TESE/textos/Identidade%20e%20g%C3%AAnero/LAU.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2018

LAVE, Jean.; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991

LE MOS, Diego Jose Sousa. **Contando as mortes da violência trans-homofóbicas**: uma pesquisa socio-jurídica dos processos criminais na cidade do Recife e uma análise criminológico-queer da violência letal. 302f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LIKERT, Rensis. (1932). A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, 22(140), 1-55,

LIKERT, Rensis; ROSLOW, Sydney; MURPHY, Gardner. (1993). A simple and reliable method of scoring the Thurstone attitude scales. **Personnel Psychology**, 46, 689-690. (Original publicado em 1934).

LUCIAN Rafael; DORNELAS, Jairo Simião. **Mensuração de Atitude**: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, 2ª Edição Especial, art. 3, pp. 157-177, 2015.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015.

MARCELINO, Pedro Alexandre Feliciano de Almeida. **Representações sociais e relações intragrupais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia social e das organizações) - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2007.

MENDONÇA, Josilene; FREITAG, Raquel Meister Ko. Inclusão, cooperação e gênero. In: LOPES, N. da Silva; CARVALHO, C. dos Santos; SOUZA, C. M. B. de. (orgs.) **Fala e contexto no português brasileiro: estudos sobre variação e mudança linguísticas**. Salvador: EDUNEB, 2018.

MENDES, Ronald Belini. **Diminutivos como marcadores de sexo/gênero**. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 8, número 1, junho de 2012b.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. **Da sombra às cores**: análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia. 148f. Tese (doutorado em linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LOBATO, Monteiro. **Emília no país da gramática**. 1ª ed. São Paulo: Editora Globinho, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Larissa Alves do. LEÃO, Adriana. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **Revista história, ciência, saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 26, n 4. Jan/Mar, 2019.

NASCIMENTO, Sheyla Christine Santos; PEREIRA, Marcos Emanuel. Endogrupo versus exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. **Estudos e pesquisas em psicologia** (ONLINE), v. 18, p. 30-49, 2018.

OSGOOD, Charles E. (1952) The nature and measurement of meaning. **Psychological Bulletin**, v.49, p.197-237.

PANAGIOTIDIS, Phoevos. (Grammatical) gender troubles and the gender of pronouns. In: MATHIEU, Eric, DALI, Myriam, ZAREIKAR, Gita Zareikar (Orgs.). **Gender and Noun Classification**. Oxford, Oxford University Press, 2019.

PEDREIRA, Carlos Wilson de Jesus. **Abordagem sociolinguística sobre o ensino de concordância de número no sintagma verbal**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras)

– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira **A realização de artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú-PE**. 2017. 206f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira; SILVA, Cláudia Roberta Tavares. As atitudes linguísticas de serra-talhadenses sobre a realização de artigo definido diante de antropônimos. In: FREITAG, Raquela Maister Ko. (org). **Dossiê temático de atitudes e estereótipos**. Aracaju: Interdisciplinar, v. 29, p. 109-137, 2018.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira. Falar “A Pablllo” é possível no português? **Revista Roseta**. Campinas- sp, p 1- 3, v3, n2, 2020a.

PEREIRA, Déreck K. Ferreira. **Atitudes linguísticas acerca da realização de artigo definido em uma variedade não europeia do português**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/71960>. Acesso em: 22 de Dezembro de 2020b.

POYNTER, Ray. **The Likert scale**: things all researchers should know. Disponível em:

<https://thefutureplace.typepad.com/the_future_place/2010/09/the-likert-scale-tarsk-14-things-all-researchers-should-know.html>. Acesso em 01/08/2019.

RESENDE FERNANDES, Maria Elizabeth; MARQUES, Antonio Luiz; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. Identidade organizacional e os componentes do processo de identificação: uma proposta de integração. **Cadernos**, EBAPE.BR, vol. 7, núm. 4, dezembro, 2009, pp. 687-703

RODRIGUEZ, Michael. C. (2005). Three options are optimal for multiple-choice items: a meta analysis of 80 years of research. **Educational Measurement: Issues and Practice**, 24(2), 3-13.

ROKEACH, Milton. Naturaleza de las actitudes. **Enciclopedia internacional de las ciencias**

sociales, vol. I, Madrid, Aguilar, 1974, p. 14-21.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 1, p. 1-23, 17 nov. 2020

SJOBERG, Gideon; NETT, Roger. **A methodology for social research**. New York: Harper & Row, 1968.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TAKIMOTO, Tatiana. **Afinal, o que é uma comunidade de prática?** Disponível em: <<http://www.sbgc.org.br/blog/afinal-o-que-e-uma-comunidade-de-pratica>>. Acesso em 07/03/2019.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1997.

TARDE, Gabriel. **Les lois d'imitation**. Réimpression, Paris: Kimé Éditeur, 1913.

VASSOLER, Aline; CAMACHO, Roberto Gomes. Crenças e atitudes linguísticas: a variante retroflexa na variedade rio-pretense. **Revista do GEL**, v. 13, p. 163, 2016.

VERÍSSIMO, Victor. **A sintaxe dos antropônimos em variedades do português brasileiro**. Tese (doutorado). Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: **Directions for historical linguistics**. Austin, University of Texas Press, 1968.

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard Arnold.; SNYDER, William. **Cultivating Communities of Practice: A Guide to Managing Knowledge**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 2002

WENGER, Etienne. **Toward a theory of cultural transparency: elements of a social discourse of the visible and the invisible**. Unpublished Doctoral Dissertation – University of California, Irvine, 1990.

APÊNDICE A – FICHA SOCIAL

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO
Centro de Artes e
Comunicação Programa de
Pós-Graduação em Letras**



Déreck K. Ferreira Pereira – Doutorando PPGL – UFPE
Cláudia Roberta Tavares Silva – Orientadora PPGL
– UFPE Raquel Meister Ko. Freitag –
Coorientadora – UFS

FICHA SOCIAL

Código do informante	
Gênero	Feminino () Masculino () Outro () especifique: _____
Comunidade	LGBT+ () Não LGBT+ () observação: _____
Sexo	Mulher () Homem () Observação: _____
Idade	Especifique: _____
Escolaridade	Superior completo () Superior incompleto/cursando () Pós-graduação concluída () Pós-graduação não concluída ()
Curso	Especifique: _____
Domiciliado em	Recife () Outro município () especifique _____
Já moro em Recife por mais de 5 anos	Sim () Não ()
Já morei fora de Recife por mais de 5 anos	Não () Sim () onde: _____
Tenho contato frequente com LGBT+	Não () Sim () onde: _____
Ocupação	Trabalho () especifique: _____ Trabalho e estudo ()
Sou caseiro	Sim () Não ()

APÊNDICE B – TESTE DE CRENÇA

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO**
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós Graduação em
Letras



Déreck K. Ferreira Pereira – Doutorando PPGL - UFPE
Claudia Roberta Tavares Silva – Orientadora PPGL
– UFPE Raquel Meister Ko. Freitag –
Coorientadora – UFS

TESTE DE CRENÇA

Este questionário tem como objetivo verificar suas crenças linguísticas acerca de estruturas linguísticas que têm como foco o antropônimo (nome próprio de pessoa). As informações adquiridas, através deste questionário, serão utilizadas no trabalho “Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimo masculino no português brasileiro”, que tem como pesquisador principal o doutorando Déreck K. Ferreira Pereira (PPGL/UFPE), orientado pela Profa. Dra. Claudia Roberta Tavares Silva (PPGL/UFPE) e co-orientado pela Profa. Dra. Raquel Meister Ko. Freitag (UFS).

Crenças	SIM	NÃO
Para mim, falar “A PEDRO” está errado		
Para mim, falar “O PEDRO” está errado		
Para mim, falar “PEDRO” está errado		
Colocar artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Pedro) é algo exclusivo da população LGBT+		
Quando não LGBT+ masculinos utilizam esse tipo de construção (ex.: A João), eles podem ter intenções discriminatórias.		
Não LGBT+ masculinos também podem realizar construções como “A PAULO” sem que seu pertencimento à sua comunidade seja questionado por integrantes da comunidade LGBT+		
LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Ricardo) pode ser visto como afeminado		

LGBT+ que usa artigo feminino diante de nomes masculinos (ex.: A Pedro) pode ser visto como normativo (isto é, aquele que segue o padrão de comunidade e gênero imposto pela sociedade heterocisnormativa – todos do gênero masculino são geneticamente homens e, por isso, precisam agir como tal)		
Quem utiliza construções, como, por exemplo, “A DANIEL” deve policiar sua fala em um contexto formal		
Quem falar “A PEDRO” é uma pessoa que desrespeita a língua portuguesa		
Construções linguísticas como “A CÉSAR” são mais comuns na fala de LGBT+ de classe média a classe média-baixa.		
Construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe média a classe média-alta.		
Construções linguísticas como “A CÉSAR” é mais comum na fala de LGBT+ de classe alta.		
Quem fala “A MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Quem fala “O MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Quem fala “MARCELO” pode ser vítima de preconceito		
Uma mulher que fala “A PAULO” pode sofrer mais discriminação do que um homem que realiza a mesma construção		

APÊNDICE C – TESTE DE ATITUDE

APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós Graduação em
Letras

Déreck K. Ferreira Pereira – Doutorando PPGL -
 UFPE Claudia Roberta Tavares Silva –
 Orientadora PPGL – UFPE
 Raquel Meister Ko. Freitag – Coorientadora – UFS



TESTE DE ATITUDE

Este teste tem como objetivo verificar seus julgamentos acerca de estruturas linguísticas que têm como foco o antropônimo (nome próprio de pessoa). As informações adquiridas, através deste teste, serão utilizadas no trabalho “Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimo masculino no português brasileiro”, que tem como pesquisador principal o doutorando Déreck K. Ferreira Pereira (PPGL/UFPE), orientado pela Profa. Dra. Claudia Roberta Tavares Silva (PPGL/UFPE) e co-orientado pela Profa. Dra. Raquel Maister Ko. Freitag (UFS).

A seguir, você deve julgar as sentenças, tomando como base a seguinte escala de concordância:

- 1 - Totalmente excluído
- 1 - Parcialmente excluído
- 2 - Indiferente
- 4 - Parcialmente incluído
- 5 - Totalmente incluído

Diga-nos o quanto você se sente incluído em um grupo que produz as construções abaixo:

- 1) O João é muito calado.
 1() 2() 3() 4() 5()
- 2) Nós brincamos muito na
 infância 1() 2() 3() 4() 5()
- 3) A gente somos brasileiros e não desistimos nunca.

4) A Paulo demora demais para se arrumar.

1() 2() 3() 4() 5()

5) João é amigo de nós.

1() 2() 3() 4() 5()

6) Eu vou encontrar o Marcela.

1() 2() 3() 4() 5()

7) A Vanessa é uma boa pessoa.

1() 2() 3() 4() 5()

8) Quando eu encontrar Maria eu pido.

1() 2() 3() 4() 5()

9) Prefiro cinema do que balada

1() 2() 3() 4() 5()

10) Você viu Tereza na aula hoje?

1() 2() 3() 4() 5()

11) Pedro parece ser esforçado.

1() 2() 3() 4() 5()

12) Maçã é gostosa

1() 2() 3() 4() 5()

Considere agora a estética das formas expostas nas sentenças abaixo. Para esse julgamento, você deve utilizar a seguinte escala:

1 - muito bonito

2 - bonito

3 - indiferente

4 - feio

5 - horroroso

1) O João é muito calado.

1() 2() 3() 4() 5()

2) Não faz bem a saúde mascar chiclete pela manhã

1() 2() 3() 4() 5()

3) Este arquivo está demasiadamente claro.

1() 2() 3() 4() 5()

4) A Paulo demora demais para se arrumar.

1() 2() 3() 4() 5()

5) Eu vou encontrar o Marcela.

1() 2() 3() 4() 5()

6) Fiquei estarecido com o que vi.

- 7) A Vanessa é uma boa pessoa.
1() 2() 3() 4() 5()
- 8) Vamos encontrarmos durante o dia.
1() 2() 3() 4() 5()
- 9) Você viu Tereza na aula hoje?
1() 2() 3() 4() 5()
- 10) Existiam muitos alunos na sala antes do ocorrido.
1() 2() 3() 4() 5()
- 11) Pedro parece ser esforçado.
1() 2() 3() 4() 5()
- 12) As menina não sabe o caminho de volta pra casa
1() 2() 3() 4() 5()

Considerando a sonoridade das construções que seguem, como você as classifica? Use a seguinte escala:

- 1- Muito agradável
- 2- Agradável
- 3- Neutro
- 4- Desagradável
- 5- Muito desagradável

- 1) A Maria é muito calada.
1() 2() 3() 4() 5()
- 2) Paula é bem inteligente.
1() 2() 3() 4() 5()
- 3) Tu eres o melhor do grupo de teatro.
1() 2() 3() 4() 5()
- 4) São vários os problemas encontrados nesta escola
1() 2() 3() 4() 5()
- 5) O Joana parece ser estressada.
1() 2() 3() 4() 5()
- 6) Hoje eu não vi ela passar por minha rua.
1() 2() 3() 4() 5()
- 7) Maçã é gostoso
1() 2() 3() 4() 5()
- 8) Eduardo acabou o namoro dele.
1() 2() 3() 4() 5()
- 9) Eu acho a Pablo linda.
1() 2() 3() 4() 5()
- 10) Este trabalho carece de mais
detalhes.
1() 2() 3() 4() 5()
- 11) Maria pretende fritar os peixe na sexta-feira.

- 1() 2() 3() 4() 5()
 12) Eu vou encontrar o João.
 1() 2() 3() 4() 5()

Tendo em vista as próximas construções, em sua opinião, qual o perfil escolar do indivíduo que as produzem? Use a seguinte escala de concordância:

- 1- Alto nível de escolaridade (ensino universitário, pós-graduação)
- 2- 2- Escolarizada (ensino médio)
- 3- Todos (independe de escolarização)
- 4- Baixo nível de escolaridade (ensino fundamental)
- 5- 5- Analfabeto

- 1) A Paulo chegou cedo hoje.
1() 2() 3() 4() 5()
- 2) O Vanessa fez um doce maravilhoso.
1() 2() 3() 4() 5()
- 3) Eu encontrei tu na venda da esquina ontem.
1() 2() 3() 4() 5()
- 4) Quando a gente vai ver João novamente?
1() 2() 3() 4() 5()
- 5) O problema do Brasil é a corrupção
1() 2() 3() 4() 5()
- 6) Entre mim e ti não há mais desavenças.
1() 2() 3() 4() 5()
- 7) O Carlos tem as respostas dos exercícios.
1() 2() 3() 4() 5()
- 8) Vamos à escola pela manhã.
1() 2() 3() 4() 5()
- 9) A Marcela é um barraqueiro fino.
1() 2() 3() 4() 5()
- 10) Preciso ir ao banco pela manhã com Maria.
1() 2() 3() 4() 5()
- 11) Sempre que encontro Maria, ela me diz o quanto está feliz.
1() 2() 3() 4() 5()
- 12) Sinto que irei encontrarei uma saída em breve
1() 2() 3() 4() 5()

Se você escutasse alguém produzindo as sentenças abaixo em um ambiente de trabalho (escola, empresa, hospitais), qual seria seu julgamento sobre tal pessoa? Leve em consideração a seguinte escala:

1- Muito profissional

2 - Profissional

3 - Neutro

4 - Pouco profissional

5 -Sem qualificação

1) Você não tem ideia de tudo que deixaram para mim fazer

1() 2() 3() 4() 5()

2) O Mário demora demais para se arrumar.

1() 2() 3() 4() 5()

3) Preciso ir no banco pela manhã com Maria.

1() 2() 3() 4() 5()

4) Deixa eu te contar o que João fez ontem na festa.

1() 2() 3() 4() 5()

5) Soube da confusão que a Caio começou na boate ontem.

1() 2() 3() 4() 5()

6) Não há mais nada que se possa fazer sobre esse caso.

1() 2() 3() 4() 5()

7) Tu sabes de todas as respostas.

1() 2() 3() 4() 5()

8) Joana saiu cedo hoje.

1() 2() 3() 4() 5()

9) Há um déficit muito grande nesta empresa.

1() 2() 3() 4() 5()

10) A Beatriz é um problema.

1() 2() 3() 4() 5()

11) A gente somos os responsáveis por esse setor.

1() 2() 3() 4() 5()

12) O Vanessa passou no teste de aptidão física.

1() 2() 3() 4() 5()

Se você escutasse alguém produzindo as sentenças abaixo em um ambiente de trabalho (boates, salão de beleza, lojas de artigos LGBT+), qual seria seu julgamento sobre tal pessoa. Leve em consideração a seguinte escala:

1- Muito profissional

2 - Profissional

3 - Neutro

4 - Pouco profissional

5 - Sem qualificação profissional

- 1) O Carla é braba, viu?!
1() 2() 3() 4() 5()
- 2) Você poderia ir no banco da esquina pagar esta conta?
1() 2() 3() 4() 5()
- 3) Vamos ver o que a Jhonny tem para mostrar.
1() 2() 3() 4() 5()
- 4) Essa roupa vai ficar muito bonita em você.
1() 2() 3() 4() 5()
- 5) Bianca é fã daquela banda.
1() 2() 3() 4() 5()
- 6) Eu prefiro peixe a frango
1() 2() 3() 4() 5()
- 7) Quando encontras Mario, pergunte-o sobre os boletos.
1() 2() 3() 4() 5()
- 8) Ele sempre volta de bicicleta pa casa.
1() 2() 3() 4() 5()
- 9) Eu definitivamente não entendo Mário.
1() 2() 3() 4() 5()
- 10) Deixa eu te contar o que a Joana fez ontem na festa.
1() 2() 3() 4() 5()
- 11) Encontremos uma saída.
1() 2() 3() 4() 5()
- 12) O Joaquim parece uma pessoa legal.
1() 2() 3() 4() 5()